



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

SULLY CAMPOS FREIRE

**Rankings Internacionais de Sustentabilidade: Fatores que Influenciam a
Participação das Universidades Federais de Pernambuco**

Recife, 2025

SULLY CAMPOS FREIRE

**Rankings Internacionais de Sustentabilidade: Fatores que Influenciam a
Participação das Universidades Federais de Pernambuco**

Dissertação apresentada como
requisito para obtenção do grau de
Mestra em Administração, no Campo
temático Estratégia, Operações e
Sustentabilidade, do Programa de
Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal de Pernambuco

Orientadora: Profa. Dra. Carla Regina Pasa Gómez

Recife, 2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Freire, Sully Campos.

Rankings internacionais de sustentabilidade: fatores que influenciam a participação das universidades federais de Pernambuco / Sully Campos Freire. - Recife, 2025.

Of.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2025.

Orientação: Carla Regina Pasa Gómez.

Inclui referências e apêndices.

1. Rankings de sustentabilidade; 2. Universidades federais; 3. Gestão universitária; 4. Sustentabilidade; 5. Planejamento estratégico. I. Gómez, Carla Regina Pasa. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

RESUMO

A presente dissertação investiga os fatores que influenciam a participação das universidades federais de Pernambuco (UFPE, UFRPE e UNIVASF) em rankings internacionais de sustentabilidade, como o UI GreenMetric, THE Impact Rankings e QS World University Rankings: Sustainability. A pesquisa utilizou uma abordagem metodológica que combina revisão sistemática da literatura, análise documental de materiais institucionais e entrevistas semiestruturadas com servidores diretamente envolvidos na gestão da participação das universidades nos rankings. Os resultados revelaram que a participação das universidades é motivada por uma combinação de fatores, incluindo a busca por competitividade e legitimidade institucional, a utilização dos rankings como ferramentas de autoavaliação e planejamento estratégico, e a intenção de contribuir com dados para o ecossistema regional. No entanto, a pesquisa também identificou desafios importantes, como a escassez de recursos financeiros e humanos, a descontinuidade das ações e a ausência de políticas institucionais robustas. Conclui-se que, embora os rankings de sustentabilidade ofereçam oportunidades para o aprimoramento da gestão e a institucionalização de práticas sustentáveis, é essencial que as universidades adotem uma abordagem crítica e adaptada às suas realidades locais, integrando a sustentabilidade como um valor estratégico e permanente.

Palavras-chave: rankings de sustentabilidade; universidades federais; gestão universitária; sustentabilidade; planejamento estratégico.

ABSTRACT

This dissertation investigates the factors influencing the participation of federal universities in Pernambuco, Brazil (UFPE, UFRPE, and UNIVASF) in international sustainability rankings, such as the UI GreenMetric, THE Impact Rankings, and QS World University Rankings: Sustainability. The research employs a methodological approach combining a systematic literature review, document analysis of institutional materials, and semi-structured interviews with staff directly involved in managing the universities' participation in the rankings. The results revealed that the universities' participation is motivated by a combination of internal and external factors, including the pursuit of competitiveness and institutional legitimacy, the use of rankings as tools for self-assessment and strategic planning, and the intention to contribute to the regional ecosystem. However, the research also identified significant challenges, such as the scarcity of financial and human resources, the discontinuity of actions, and the absence of robust institutional policies. It concludes that, although sustainability rankings offer opportunities for improving management and institutionalizing sustainable practices, it is essential for universities to adopt a critical approach adapted to their local realities, integrating sustainability as a strategic and permanent value.

Keywords: sustainability rankings; federal universities; university management; sustainability; strategic planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Instituições brasileiras membros da UNAI	15
Figura 02: Logomarca do UI GreenMetric	31
Figura 03: Ponderação dos critérios - UI GreenMetric	32
Figura 04: Logomarca do The Impact Ranking	33
Figura 05: Desempenho da UFPE e UFRPE no THE Impact Ranking - 2024	34
Figura 06: Logomarca do QS World University Rankings	35
Figura 07: Desempenho da UFPE no QS World University Rankings: Sustainability	36
Figura 08: Comparação entre os rankings analisados	38
Figura 09: Etapas da construção do corpus de pesquisa	40
Figura 10: Desenho metodológico aplicando a técnica SPIDER ao processo de identificação PRISMA.	44
Figura 11: Artigos selecionados do periódico Sustainability - Linha do tempo	45
Figura 12: Análise de Similitude dos Termos Mais Frequentes no Corpus Textual	47
Figura 13: Classificação hierárquica descendente no Corpus Textual	49
Figura 14: Destaques recebidos pela UFRPE no THE Impact Ranking 2024	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Instrumentos de coleta por objetivos específicos	40
Quadro 02: Procedimentos de coleta e análise de dados	41
Quadro 03: Documentos institucionais analisados	52
Quadro 04: Presença da Sustentabilidade nos Documentos Institucionais	53
Quadro 05: Entrevistados	55
Quadro 06: Categorias iniciais	56
Quadro 07: Categorias finais	59
Quadro 08: Desempenho da UFPE nos rankings internacionais de sustentabilidade	64
Quadro 09: Resumo dos achados da UFPE	70
Quadro 10: Desempenho da UFRPE nos rankings de sustentabilidade	75
Quadro 11: Resumo dos achados da UFRPE	83
Quadro 12: Resumo dos achados da Univasf	92
Quadro 13: Estrutura organizacional para participação nos rankings de sustentabilidade	96
Quadro 14: Resumo dos achados das três universidades	98

LISTA DE TABELA

Tabela 01: Características do corpus textual

46

LISTA DE SIGLAS

Academic Ranking of World Universities (ARWU)
Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education (AASHE)
Center for World University Rankings (CWUR)
Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES)
Comissão Própria de Avaliação (CPA)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Controladoria-Geral da União (CGU)
Environmental Association for Universities and Colleges (EAUC)
Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)
Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos em Sustentabilidade (GIPES)
Instituições de Ensino Superior (IES)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
Índice Geral de Cursos (IGC)
Iniciativa para a Sustentabilidade do Ensino Superior (HESI)
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Ministério da Educação (MEC)
Meio Ambiente (MMA)
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
Organização das Nações Unidas (ONU)
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
Plano de Logística Sustentável (PLS)
Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)
Princípios para a Educação Executiva Responsável (PRME)
Programa de Pós-Graduação em Administração (Propad)
Programa Impacto Acadêmico das Nações Unidas (UNAI)
Relatório de Autoavaliação Institucional (RAI)
Responsabilidade Social Universitária (RSU)

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

Sustainable Campus Index (SCI)

Times Higher Education (THE)

Tribunal de Contas da União (TCU)

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	5
LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE TABELA	9
LISTA DE SIGLAS	10
1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Contextualização e Problema de Pesquisa.....	8
1.2 Objetivos da Pesquisa:.....	14
1.2.1 Objetivo Geral:.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos:.....	14
1.3 Justificativa:.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Universidades e suas Dimensões.....	17
2.2 Agenda Sustentável das Universidades.....	18
2.2.1 Linha do Tempo dos Principais Marcos de Sustentabilidade nas Universidades.....	20
2.2.2 Obrigações legais brasileiras.....	24
2.3 Avaliação Institucional Universitária.....	25
2.3.1 Rankings Universitários.....	27
2.3.2 Rankings de Sustentabilidade.....	30
2.3.2.1 UI Greenmetric Ranking of World Universities.....	31
2.3.2.2 THE Impact Ranking.....	33
2.3.2.3 QS World University Rankings: Sustainability.....	35
2.3.3 Comparação entre os rankings.....	36
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
3.1 Natureza do Estudo.....	38
3.2 Critérios de qualidade e confiabilidade.....	39
3.3 Construção do Corpus.....	40
3.3.1 Revisão Sistemática de Literatura.....	42
3.3.2 Pesquisa Documental.....	51
3.3.3 Entrevistas.....	54
3.4 Categorias.....	55
4. RESULTADOS	60
4.1 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).....	60
4.1.1 Caracterização institucional.....	60
4.1.2 Resultados apurados na análise documental.....	62
4.1.3 Resultados apurados na entrevista.....	65
4.2 Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).....	71
4.2.1 Caracterização institucional.....	71
4.2.2 Resultados apurados na análise documental.....	72

4.2.3 Resultados apurados na entrevista.....	77
4.3 Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).....	83
4.3.1 Caracterização institucional.....	83
4.3.2 Resultados apurados na análise documental.....	85
4.3.3 Resultados apurados na entrevista.....	88
4.4 Análise crítica e discussão dos dos resultados.....	93
4.4.1 Análise Comparativa das Universidades Federais de Pernambuco.....	94
4.4.2 Análise do fatores que influenciam a participação nos rankings de sustentabilidade.....	98
4.4.3 Desafios e Limitações.....	106
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	109
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICE A - Relação dos artigos selecionados na revisão sistemática de literatura.....	120
APÊNDICE B - Roteiro da entrevista.....	122
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	124

1. INTRODUÇÃO

A organização deste primeiro capítulo deu-se da seguinte forma: a primeira parte tratou da contextualização, dos pressupostos teóricos e da formulação do problema de pesquisa. Em seguida, foram definidos os objetivos geral e específicos. Por fim, a última parte apresentou a justificativa do estudo.

1.1 Contextualização e Problema de Pesquisa

Desde a publicação do Academic Ranking of World Universities (ARWU) em 2003, também conhecido como o ranking de Xangai, as classificações chamaram a atenção de muitas universidades, dos governos e dos meios de comunicação, representando o início do desenvolvimento de um conjunto de indicadores para outros rankings universitários internacionais, como o QS University Ranking e o The Times Higher Education (THE) e o U-Multirank (Vanz, 2018). Inicialmente, esses rankings se concentraram em medir, sobretudo, a excelência acadêmica e de pesquisa das instituições em áreas como internacionalização, inovação e impacto econômico, refletindo diferentes aspectos do desempenho universitário.

A participação em rankings de universidades é uma prática cada vez mais recorrente no cenário educacional global, pois permite que as instituições se posicionem em relação a outras, facilitando a comparação e a medição de seu desempenho, independentemente de sua localização. Essa abordagem não apenas ajuda as instituições a identificar áreas de melhoria, mas também contribui para a construção de uma boa reputação. A forma como uma universidade está classificada nos rankings pode influenciar sua imagem e, conseqüentemente, sua capacidade de competir por talentos acadêmicos, recursos e colaborações internacionais (Escandon-Barbosa e Salas-Paramo, 2023).

A crescente preocupação com a sustentabilidade tem impulsionado os rankings acadêmicos internacionais a incorporarem métricas relacionadas à responsabilidade ambiental, social e econômica como

critérios de avaliação que também impactam na reputação das instituições de ensino superior (IES). Os rankings passam a medir indicadores que variam entre práticas de gestão socioambiental no campus a políticas de inclusão social e programas acadêmicos focados em sustentabilidade.

A qualidade no processo de ensino universitário é fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois uma boa formação acadêmica contribui para a capacitação de profissionais críticos e inovadores, capazes de enfrentar desafios ambientais, sociais e econômicos. A inserção de critérios de sustentabilidade nos currículos universitários e a adoção de metodologias de ensino que incentivam a aprendizagem ativa e interdisciplinar reforçam a conexão entre a excelência acadêmica e a sustentabilidade.

Além disso, a relação entre qualidade acadêmica e a sustentabilidade pode ser observada na maneira como as universidades interagem com suas comunidades locais. A adoção de práticas pedagógicas que valorizam a pesquisa aplicada, a extensão universitária e a inclusão social contribui para que a universidade atue como um agente de transformação, promovendo não apenas a formação profissional, mas também o engajamento cívico e o impacto social positivo.

A criação de metodologias para medir e avaliar a sustentabilidade incentiva as IES a coletarem e relatarem dados relevantes, promovendo a transparência e a comparabilidade dos esforços institucionais. Entretanto, a adoção desses instrumentos de avaliação também gera desafios e controvérsias, especialmente no que se refere à confiabilidade das métricas e à possibilidade de manipulação dos dados (Escandon-Barbosa e Salas-Paramo, 2023). A busca por uma posição favorável nos rankings pode incentivar uma priorização excessiva de indicadores específicos em detrimento de um compromisso genuíno com a sustentabilidade.

Além disso, a forma como os rankings acadêmicos avaliam a qualidade do ensino e sua associação com a sustentabilidade apresenta

limitações importantes. Em muitos casos, os indicadores utilizados não capturam de maneira adequada as contribuições das universidades para o desenvolvimento social e ambiental, focando-se em métricas quantitativas que podem obscurecer aspectos qualitativos essenciais. O uso do gerenciamento métrico sugere uma preferência pela objetividade em oposição à profundidade (Jódar e De la Poza, 2020), o que pode comprometer a análise holística das iniciativas universitárias.

Assim, a dependência de dados numéricos pode criar distorções, privilegiando instituições que otimizam suas estratégias para atender aos critérios dos rankings, sem necessariamente refletirem avanços reais na sustentabilidade. A ênfase excessiva no monitoramento e na melhoria de indicadores específicos pode levar gestores universitários a priorizarem a promoção de suas próprias imagens, ao invés de investirem em políticas institucionais de longo prazo (Jódar e De la Poza, 2020).

Dessa forma, embora os rankings internacionais de sustentabilidade desempenhem um papel importante na visibilidade e no reconhecimento das universidades, é essencial que suas metodologias sejam aprimoradas para minimizar disfunções e distorções. O desafio está em garantir que esses instrumentos realmente incentivem ações concretas voltadas para a sustentabilidade, ao invés de se tornarem apenas ferramentas de marketing institucional. Para isso, é necessário um debate crítico sobre a construção e a aplicação desses rankings, bem como o desenvolvimento de mecanismos que garantam uma avaliação mais equilibrada e alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Isso evidencia a necessidade de indicadores que, além de serem comparáveis internacionalmente, respeitem as particularidades regionais e permitam uma avaliação mais equitativa entre instituições inseridas em realidades socioeconômicas distintas (Veidemane, 2022).

No contexto brasileiro, as IES são direcionadas por diversas políticas e legislações para adoção de estratégias sustentáveis. De acordo com a Constituição Federal de 1988, as universidades devem

atuar nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, reforçando a importância das universidades como potenciais agentes de transformação da sociedade. Além disso, a Agenda 2030 Brasileira, alinhada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), orienta as universidades a incorporarem práticas sustentáveis em suas atividades.

Em 2012 foram estabelecidas, pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução nº 2, de 15/06/22), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Tais diretrizes incluem objetivos específicos para o ensino superior em educação ambiental, incorporando-os no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que se desdobra no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e, conseqüentemente, nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).

Embora não haja uma exigência legal específica que obriga as universidades brasileiras a participarem de rankings, elas devem cumprir um conjunto extenso de obrigações legais e diretrizes em relação à sustentabilidade, como por exemplo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e o Plano de Logística Sustentável (PLS) e são fiscalizadas pelo Governo Federal por meio dos Ministérios da Educação (MEC) e do Meio Ambiente (MMA).

As universidades federais são cobradas pela sociedade por implementação de ações afirmativas que visem justiça social, transparência na prestação de contas e uma agenda com práticas ambientais, sociais e econômicas consistentes. Além disso, sofrem pressões no ambiente institucional e concorrem por convênios e investimentos internacionais e são fiscalizadas por órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU), além do MEC.

Para ser considerada sustentável, a universidade precisa implantar mudanças não só na sua estrutura física, mas também em seus processos administrativos e de gestão, nos projetos dos cursos, nos processos de pesquisa e impactar positivamente a comunidade

acadêmica e o entorno (Wachholz, 2014). Assim, uma universidade sustentável deve integrar gestão, ensino, pesquisa e extensão em sua agenda para sustentabilidade.

Mello e Tomazzoni (2012) complementam essa visão ao destacar que a integração dessas atividades promove uma abordagem mais completa e sistêmica do papel das universidades. Eles argumentam que a sustentabilidade não pode ser alcançada sem a interação contínua entre ensino, pesquisa e extensão, mediada por uma gestão eficiente e comprometida com os princípios de desenvolvimento sustentável.

As universidades brasileiras têm demonstrado um engajamento crescente nos rankings internacionais de sustentabilidade. Dados do UI GreenMetric mostram que, em 2010, apenas três instituições brasileiras participaram da primeira edição do ranking, número que aumentou para 43 na edição de 2023. No THE Impact Rankings, essa evolução é ainda mais expressiva: em sua primeira edição, em 2019, 15 instituições brasileiras participaram, das quais 11 eram públicas (73,3%). Em 2024, esse número subiu para 55 universidades (aumento de 266,7%), sendo 38 públicas (69%) e 17 privadas (31%).

Vale destacar a participação das universidades nordestinas nos rankings internacionais de sustentabilidade, evidenciando que fatores como vocação institucional, engajamento acadêmico e soluções adaptadas ao contexto local são determinantes para o avanço da agenda sustentável. Um exemplo disso é a última edição do THE Impact Rankings, na qual 9 universidades do Nordeste participaram, representando 16,36% das instituições brasileiras no ranking. Dessas, 7 são públicas, incluindo duas pernambucanas. Esse desempenho reforça a importância de considerar a vocação institucional, o engajamento acadêmico e a adaptação às particularidades regionais na avaliação do impacto sustentável das universidades.

Em Pernambuco, as três universidades federais — Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Universidade Federal do Vale do São Francisco

(UNIVASF) — participam de pelo menos um dos rankings de sustentabilidade que serão apresentados no decorrer deste estudo.

Os pressupostos teóricos desta pesquisa são fundamentados em uma perspectiva pós-positivista. Essa abordagem reconhece que o conhecimento é construído através de múltiplas realidades, influenciadas por contextos sociais e institucionais. Conforme Schwandt (2015), o pós-positivismo desafia a noção de uma verdade única, enfatizando a importância do contexto na interpretação dos dados e valorizando as diversas percepções dos participantes. Dessa forma, a participação das universidades em rankings internacionais de sustentabilidade deve ser analisada à luz dessas múltiplas influências e realidades construídas.

Primeiramente, parte-se do pressuposto de que integrar esses rankings pode fortalecer a visibilidade das universidades, contribuindo para a construção de sua reputação e reconhecimento tanto no meio acadêmico quanto perante a sociedade e órgãos reguladores.

Nesse sentido, assume-se que a inserção das universidades nos rankings de sustentabilidade pode ser compreendida como uma estratégia para destacar suas iniciativas no cenário acadêmico, ao mesmo tempo em que se torna um mecanismo de transparência para demonstrar conformidade com diretrizes governamentais e de órgãos de controle. Além disso, parte-se da premissa que a divulgação nos rankings pode ampliar oportunidades de cooperação e inserção em redes estratégicas voltadas à sustentabilidade, facilitando a mobilização de recursos, por exemplo.

Isso levanta a seguinte pergunta de pesquisa: quais fatores influenciam a participação das universidades federais de Pernambuco em rankings internacionais de sustentabilidade?

1.2 Objetivos da Pesquisa:

1.2.1 Objetivo Geral:

Analisar os fatores que influenciam a participação das universidades federais de Pernambuco em rankings internacionais de sustentabilidade.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- Identificar as divergências e convergências entre os critérios de avaliação adotados pelos rankings UI GreenMetric, THE Impact Rankings e QS World University Rankings: Sustainability.
- Investigar a importância atribuída aos rankings de sustentabilidade pelas universidades federais de Pernambuco, identificando os níveis hierárquicos e o número de servidores envolvidos na gestão da participação nesses rankings.
- Relacionar os elementos dos contextos em que estão inseridas as Universidades investigadas com a motivação da participação no rankings

1.3 Justificativa:

As universidades são reconhecidas como centros de aprendizado e pesquisa, bem como agentes ativos na promoção de práticas sustentáveis. Este reconhecimento impõe o desafio de integrar princípios sustentáveis nas operações, no currículo e nas políticas institucionais dessas instituições (Leal Filho et al., 2019).

O engajamento em prol da sustentabilidade tem sido um movimento tanto de instituições privadas como públicas. De acordo com publicação no site do programa Impacto Acadêmico das Nações Unidas (UNAI, na sigla em inglês), o número de membros (atualizado em maio de 2024) é de 1.645 instituições de 156 países. O documento lista 85 instituições do Brasil, sendo 49 públicas (57,6%) e 36 privadas (42,4%), distribuídas de acordo com as regiões do país.

Figura 01: Instituições brasileiras membros da UNAI



Fonte: Autora

O Nordeste aparece como a região com o maior número de instituições públicas membros da UNAI, superando inclusive a região Sudeste, que tem mais membros em números absolutos. No Nordeste, 19 das 21 instituições participantes são públicas, representando 90,48% do total de instituições da região. Em comparação, no Sudeste, 15 das 39 instituições participantes são públicas, o que equivale a 38,46% do total de instituições da região.

Apesar do aumento de universidades participantes em rankings e da existência de diversos estudos sobre o tema, ainda há uma lacuna significativa na literatura quanto à análise da importância e contribuição desses rankings para o ensino superior (Lauder et al., 2015). De acordo com um levantamento quantitativo, realizado para este estudo e que será melhor detalhado no quarto capítulo, foram encontrados apenas nove artigos com autores brasileiros, publicados na última década e abordando os termos de busca: "*sustainability AND universit* AND ranking*". Esses dados evidenciam a lacuna na literatura existente, especialmente em

estudos que realizam uma análise crítica dos principais rankings internacionais de sustentabilidade.

Diante disso, a pesquisa se justifica pela necessidade de compreender as pressões das universidades federais de Pernambuco em participar de rankings de sustentabilidade. Esta pesquisa pretende contribuir para ampliação do conhecimento acadêmico sobre sustentabilidade no ensino superior.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico, apresentado no segundo capítulo desta dissertação, está organizado em três seções. A primeira seção explora conceitos relacionados às universidades e suas dimensões institucionais. A segunda seção discute a agenda sustentável das universidades, apresentando os principais marcos históricos e as obrigações legais brasileiras. Finalmente, a terceira seção aborda a reputação institucional e descreve os rankings internacionais de sustentabilidade em universidades.

2.1 Universidades e suas Dimensões

Por atuarem como produtoras de conhecimento, as universidades são consideradas um dos principais motores do crescimento econômico (Carree, 2014), fazendo contribuições sociais, econômicas, acadêmicas, científicas e tecnológicas significativas para o crescimento e progresso das comunidades onde estão inseridas (De Filippo, 2019).

As universidades são divididas em duas áreas que coexistem e colaboram entre si. A área acadêmica, que abrange ensino, pesquisa e extensão, e a área administrativa, que está relacionada à gestão das universidades, incluindo as operações do campus, processos internos e suporte para a área acadêmica.

O ensino abrange atividades voltadas ao aprendizado dos alunos, como aulas em sala, laboratórios e atividades de monitoria. A pesquisa envolve ações para fomentar a investigação científica dentro das universidades. Já a extensão visa criar uma relação entre a comunidade e a universidade, desenvolvendo ações que possibilitem a troca de conhecimentos.

As Instituições de Ensino Superior no Brasil são definidas pelo Decreto nº 3.860 de 9 de julho de 2001, e incluem Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos, Escolas Superiores Isoladas e Centros de Educação Tecnológica. Essas instituições diferem entre si em termos de dimensão, tipos de atividades

de ensino e pesquisa, nível de ensino oferecido (graduação e/ou pós-graduação), e limites de competência e autonomia na condução de suas atividades. Além disso, variam em sua natureza administrativa, podendo ser Públicas (Estaduais, Federais, Municipais) ou Privadas (Confessionais, Comunitárias, Filantrópicas e Particulares com fins lucrativos).

De acordo com a Constituição Brasileira, em seu artigo 207, é estabelecida a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que significa que as IES devem trabalhar esses três pilares de forma integrada. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/1996) define a extensão como um dos objetivos da educação superior, promovendo a difusão de conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Além dos três pilares, a Constituição Federal garante a autonomia na gestão universitária, permitindo que as IES brasileiras gerenciem suas atividades administrativas. Essa autonomia possibilita agilidade e eficácia em resposta aos desafios contemporâneos, incluindo os relacionados à sustentabilidade (Nunes e Oliveira, 2018).

2.2 Agenda Sustentável das Universidades

A sustentabilidade no ensino superior tem se consolidado como um tema de crescente relevância, reconhecendo que as universidades não são apenas centros de ensino e pesquisa, mas também agentes importantes na promoção de práticas sustentáveis (Sachs, 2015). Para ampliar o impacto social, as universidades precisam transcender a tradição de educação e pesquisa e impulsionar sua capacidade de colaborar com governos, empresas e comunidades. (El-Jardali, Nour e Fadlalla, 2018; Kalemaki et al, 2019; McDonnell-Naughton e Păunescu, 2022).

A sustentabilidade deve ser integrada de maneira transversal nos currículos acadêmicos, conforme argumentado por Filho et al. (2018). Isso

implica promover uma educação que não apenas informe, mas também capacite os alunos a atuar proativamente na resolução de problemas ambientais. A integração dos princípios sustentáveis deve permear todas as atividades acadêmicas e administrativas das instituições, desafiando-as a adotar uma abordagem holística para a sustentabilidade.

Para garantir a eficácia das políticas institucionais, é fundamental que as universidades integrem a sustentabilidade em todas as suas dimensões institucionais. A análise de iniciativas globais e a criação de rankings internacionais têm sido importantes para guiar as universidades na adoção e promoção de práticas sustentáveis. A gestão eficaz deve alinhar suas políticas com os objetivos de sustentabilidade para cumprir seu papel transformador na sociedade.

No ensino, a sustentabilidade refere-se à incorporação de princípios nos currículos e nas práticas pedagógicas, como a criação de cursos específicos, integração de tópicos sustentáveis em disciplinas existentes e metodologias de ensino que incentivem a ação sustentável entre os estudantes (Filho et al., 2018). Na pesquisa, a temática envolve a produção de conhecimento científico que contribua para o desenvolvimento sustentável, promovendo projetos interdisciplinares e publicações acadêmicas que influenciem políticas e práticas sustentáveis (Leal Filho et al., 2020). Já na extensão, a agenda sustentável pode incluir projetos de serviço comunitário, parcerias com organizações locais e iniciativas que disseminem conhecimentos sobre sustentabilidade para além dos limites do campus (Stewart e Fenwick, 2016).

No âmbito administrativo, a sustentabilidade abrange práticas operacionais como eficiência energética, gestão de resíduos, construções verdes e implementação de políticas institucionais que apoiem a sustentabilidade (Moraes et al., 2018; Amaral et al., 2015). Leal Filho (2020) descreve a Universidade Verde como um modelo que incorpora práticas sustentáveis em sua operação diária, influenciando positivamente a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

A Responsabilidade Social Universitária (RSU), conforme explorado por Teng et al. (2018), destaca o papel das universidades na promoção de práticas sustentáveis por meio de pesquisa e extensão, estabelecendo parcerias com comunidades e abordando questões sociais e ambientais. Stewart e Fenwick (2016) argumentam que iniciativas de extensão e serviço comunitário ampliam o impacto das universidades, disseminando práticas sustentáveis para além do campus.

No intuito de ilustrar a evolução e os marcos importantes na integração da sustentabilidade nas universidades, será apresentada a seguir uma linha do tempo com os principais eventos e iniciativas que moldaram a agenda sustentável no ensino superior ao longo das últimas décadas.

2.2.1 Linha do Tempo dos Principais Marcos de Sustentabilidade nas Universidades

A preocupação com a sustentabilidade no ensino superior não surgiu de forma isolada, mas como parte de um movimento global impulsionado por cientistas, ativistas e organizações internacionais. A figura 02 apresenta uma linha do tempo com os principais marcos históricos, destacando os eventos que moldaram a integração da sustentabilidade nas universidades.

Um marco importante para a conscientização ambiental global foi a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, em 1962. A obra denunciou os efeitos nocivos dos pesticidas na biodiversidade e na saúde humana, despertando um movimento ambientalista e incentivando legislações ambientais em diversos países. Dez anos depois, em 1972, o Clube de Roma publicou *Os Limites do Crescimento*, relatório que alertava para os riscos da exploração excessiva dos recursos naturais e a necessidade de um desenvolvimento mais equilibrado.

Ainda em 1972, a ONU organizou a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, o primeiro evento global a tratar amplamente das questões ambientais. Um dos principais resultados da

conferência de Estocolmo foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que passou a influenciar diretamente políticas governamentais e institucionais em todo o mundo (ONU, 2025).

Nos anos seguintes, a necessidade de integrar sustentabilidade e desenvolvimento ficou ainda mais evidente. Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, liderada por Gro Harlem Brundtland, publicou o relatório *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório Brundtland. Esse documento definiu o conceito do desenvolvimento sustentável como aquele capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, tornando-se a base para políticas ambientais e sociais em todo o mundo.

Em 1990, a Declaração de Talloires marcou o compromisso de universidades ao redor do mundo com a sustentabilidade, incentivando a inclusão de questões ambientais nos currículos e na gestão institucional. Esse movimento foi reforçado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que resultou na Agenda 21 e destacou o papel das universidades na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Já em 1998, a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior da UNESCO incentivou as universidades a integrarem a sustentabilidade em suas missões de ensino, pesquisa e extensão.

Outro marco relevante foi o Tratado de Bolonha, assinado em 1999, que estabeleceu diretrizes para harmonizar os sistemas educacionais europeus e promover a mobilidade acadêmica. Embora seu foco inicial fosse a padronização curricular, o tratado também incentivou a integração de princípios de sustentabilidade na governança universitária, consolidando o compromisso das instituições europeias com a responsabilidade socioambiental.

Em 2000, a ONU lançou o Pacto Global, estimulando empresas e instituições a adotarem políticas responsáveis, focando em direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Em 2007, como uma extensão do Pacto Global, a iniciativa Princípios para a

Educação Executiva Responsável (PRME) foi criada para estabelecer diretrizes para escolas de negócios e instituições de ensino superior, com o objetivo de formar lideranças sustentáveis. Com o apoio de 60 reitores de universidades globais, incluindo brasileiros, o PRME complementa o Pacto Global ao focar na educação de futuros líderes empresariais.

A ONU lançou, em 2010, o Impacto Acadêmico das Nações Unidas (UNAI) para envolver instituições de ensino superior no apoio aos princípios como direitos humanos, acesso à educação, sustentabilidade e resolução de conflitos. Desde então, a UNAI criou uma rede global de mais de 1.600 instituições em mais de 150 países. De acordo com uma publicação no site da UNAI, atualizada em maio de 2024, o número de membros chegou a 1.645 instituições de 156 países, incluindo 85 instituições do Brasil, das quais 49 são públicas (57,6%) e 36 privadas (42,4%). As três universidades federais de Pernambuco são membros da rede (UNAI, 2024).

Realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro, a Conferência Rio+20 foi um marco importante para a sustentabilidade global. Celebrando os 20 anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), o evento reuniu líderes de governo, representantes da sociedade civil e do setor privado para debater questões ambientais e de desenvolvimento sustentável. O principal objetivo foi renovar o compromisso global com a sustentabilidade e buscar soluções para desafios contemporâneos. Os participantes adotaram o documento final, "O Futuro Que Queremos", que estabeleceu diretrizes para promover uma economia verde, integrar a sustentabilidade nas políticas de desenvolvimento e fortalecer os sistemas de governança ambiental.

Além disso, o evento impulsionou a Iniciativa para a Sustentabilidade do Ensino Superior (HESI), que reforça o papel das universidades no desenvolvimento sustentável, facilitando discussões e ações entre diversas partes interessadas e disseminando melhores práticas. Anualmente, a HESI organiza um fórum global para destacar a

contribuição crítica das instituições de ensino superior para o Desenvolvimento Sustentável.

Em 2015, a ONU adotou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecendo uma agenda global para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir prosperidade até 2030. As universidades desempenham um papel importante na promoção e implementação dos ODS, integrando-os em currículos, pesquisas e operações. Essa adoção impulsionou diversas iniciativas dentro das universidades para promover a sustentabilidade em todas as áreas.

A Iniciativa Sul-Sul para Sustentabilidade Universitária, lançada pela ONU em 2017, promove a cooperação entre universidades de países em desenvolvimento, facilitando o compartilhamento de conhecimentos, recursos e melhores práticas em sustentabilidade, fortalecendo a colaboração regional e internacional para enfrentar desafios ambientais e sociais de maneira conjunta. Nos anos seguintes, outras iniciativas surgiram, como a Aliança pela Liderança Sustentável na Educação (EAUC) em 2018 e a organização Second Nature, que mobiliza universidades para iniciativas climáticas no campus.

A ONU declarou 2020 como a Década da Ação para os ODS, enfatizando a necessidade de acelerar esforços globais para alcançar os objetivos até 2030. As universidades foram chamadas a intensificar suas ações e inovações em prol da sustentabilidade.

Recentemente, em 2024, a UNESCO, em colaboração com outras agências da ONU e especialistas, lançou o SET4HEI. Uma ferramenta de avaliação de sustentabilidade para instituições de ensino superior mapearem suas contribuições atuais e potenciais futuras para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O recurso é gratuito, online e aberto para instituições de ensino superior em educação superior do mundo todo. Além da autoavaliação, as instituições de ensino superior podem contratar um serviço, opcional e pago à UNESCO, de validação externa, certificação e acesso a um selo digital (SET4HEI, 2024).

Esses marcos demonstram que a sustentabilidade no ensino

superior evoluiu de uma preocupação ambiental para uma abordagem integrada que envolve governança, pesquisa e extensão. As universidades assumiram um papel essencial na transformação da sociedade, tornando-se agentes ativos na busca por soluções sustentáveis. O fortalecimento das políticas acadêmicas voltadas à sustentabilidade continua a ser um desafio e uma necessidade para garantir que o ensino superior contribua efetivamente para um futuro sustentável.

2.2.2 Obrigações legais brasileiras

No Brasil, as universidades, especialmente as federais, são regidas por um conjunto abrangente de obrigações legais em relação à sustentabilidade que fornecem diretrizes jurídicas para incentivar as universidades a incorporar práticas sustentáveis tanto em seus currículos quanto em suas operações administrativas.

Dentre as principais legislações estão a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n.º 9.795/1999), que incentiva a inclusão de temas ambientais na educação formal e extracurricular, promovendo a conscientização e participação ativa da sociedade na proteção ambiental; a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei n.º 12.187/2009) que estabelece diretrizes para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas; e o Decreto n.º 7.746/2012, que regulamenta a Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/1993), impondo critérios de sustentabilidade nas contratações públicas e exigindo que as universidades considerem o impacto ambiental em suas aquisições (Brasil, 1999; Brasil, 2009; Brasil, 2012).

Adicionalmente, o governo brasileiro implementou o Plano de Logística Sustentável (PLS) no âmbito da administração pública federal, com a obrigatoriedade estabelecida pela Instrução Normativa n.º 10 de 2012. O PLS busca racionalizar o uso de recursos e minimizar os impactos ambientais das atividades administrativas (Brasil, 2012). As universidades federais, assim como toda administração pública federal

direta, autárquica, fundacional e nas empresas estatais dependentes, são orientadas a identificar e aplicar práticas sustentáveis em todas as suas operações, integrando essas práticas ao planejamento estratégico institucional para garantir a continuidade e efetividade das ações.

Além do arcabouço legal nacional, o governo brasileiro também se engaja em acordos de cooperação internacional para promover a sustentabilidade, incluindo parcerias estratégicas com outros países. Um exemplo recente é a declaração de intenções assinada em março de 2024 entre Brasil e França, que revitalizou o Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade Amazônica. Esse acordo, baseado no Protocolo assinado em 2008, visa coordenar e fortalecer a cooperação científica, tecnológica e de inovação em áreas como biodiversidade, bioeconomia, sustentabilidade e mudanças climáticas (MEC, 2024).

A iniciativa, que envolveu o Ministério da Educação (MEC), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), busca lançar editais conjuntos de pesquisa e sublinha a importância das instituições de ensino e pesquisa situadas na região de fronteira entre os dois países. Esta cooperação internacional reforça a relevância das iniciativas conjuntas para o avanço da sustentabilidade nas instituições de ensino superior brasileiras (MEC, 2024).

2.3 Avaliação Institucional Universitária

A avaliação institucional é um processo sistemático que analisa e julga as atividades acadêmicas e administrativas das universidades, identificando pontos fortes e áreas a serem melhoradas (Peterson e Laird, 2020). Esse processo oferece uma compreensão abrangente das instituições, considerando seu contexto e políticas globais, o que permite uma visão integrada de seu funcionamento e eficácia (Dias Sobrinho, 2003). Nas universidades, a avaliação institucional serve para subsidiar o

planejamento estratégico e promover ações voltadas à melhoria contínua das Instituições de Ensino Superior.

No Brasil, a avaliação institucional é regulamentada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O SINAES, coordenado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), foi criado com o objetivo de estabelecer um modelo mais abrangente e integrado de avaliação das IES, dividido em três modalidades: Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

De acordo com o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861/04, cada instituição deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) com as funções de coordenar o processo interno de avaliação e disponibilizar informações, por meio de um relatório final de avaliação interna que deve expressar o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de autoavaliação. Este documento registra o autoconhecimento gerado e as práticas de melhoria adotadas pelas instituições, além de servir como base para as avaliações externas (Moraes et al., 2018).

As universidades federais também sofrem avaliações externas por parte de Órgãos de controle como, por exemplo, o Tribunal de Contas da União (TCU), que organiza desde 2017 o Índice de Governança e Gestão (IGG), objetivando apontar a necessidade de desenvolvimento de ações de planejamento para melhoria contínua de processos primordiais para a administração organizacional.

Recentemente, em 2024 o IGG foi substituído pelo o iESGo. O novo índice avalia as práticas de governança e adota parâmetros de sustentabilidade social e ambiental, compondo as dimensões representadas no termo ESG (Environmental, Social and Governance), além de acompanhar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (TCU, 2024).

A obrigatoriedade de algumas políticas sustentáveis evidencia um movimento institucional que reforça a importância da sustentabilidade. No entanto, a existência de diretrizes legais não garante a implementação efetiva, uma vez que desafios operacionais, limitações orçamentárias e excesso de burocracia institucional, dentre outras causas, podem dificultar a concretização de tais medidas.

Apesar disso, observa-se um movimento global crescente de universidades aderindo voluntariamente a rankings de sustentabilidade. Tais rankings exercem pressão sobre as universidades e atuam como indicadores de qualidade que permitem comparar diferentes IES, fornecendo uma medida de desempenho institucional, impactando na reputação institucional das universidades. Assim, a experiência adquirida e o aprendizado das melhores práticas de outras instituições contribuem para o aprimoramento do desempenho universitário (Desai e Madsen, 2021; Malik et al., 2020).

2.3.1 Rankings Universitários

A partir dos anos 2000, a publicação de rankings globais ganhou força, impulsionada por instituições chinesas que buscavam se avaliar em relação ao resto do mundo e identificar possíveis parcerias (Charon e Wauters, 2008). Os rankings universitários são listas que comparam instituições com base em um conjunto de indicadores, classificando-as em ordem decrescente de desempenho, desde as melhores até as de menor pontuação nos critérios avaliados (Seoane, 2009).

De acordo com Valmorbidia (2016) foram encontradas na literatura 20 diferentes formas de ranqueamento de universidades e instituições de pesquisa. Importante destacar que cada ranking adota metodologias distintas e utiliza diferentes indicadores, que podem ser convergentes ou conflitantes, resultando frequentemente em posicionamentos divergentes das universidades (Aguillo et al., 2013; Jeremic e Milenkovic, 2014).

Além disso, as metodologias utilizadas neste rankings também são alvo de críticas, principalmente pelo fato de poderem ocultar falhas

metodológicos e anomalias nos indicadores, como definições arbitrárias e possibilidades de manipulações (Charon e Wauters, 2008; Lukman, Krajnc e Glavič, 2010).

Especialistas em educação superior destacam que os rankings ajudam as instituições a construir e manter sua reputação acadêmica. No entanto, Altbach (2006) argumenta que a posição de uma universidade em um determinado ranking não deve ser vista como um certificado de excelência.

A seguir serão brevemente apresentados os rankings mais conhecidos que foram selecionados por serem considerados os mais estáveis ao longo do tempo em suas metodologias (Altbach, 2006).

O Academic Ranking of World Universities (ARWU), também conhecido como Ranking de Xangai, foi desenvolvido em 2003 pela Universidade de Jiao Tong na China. Este ranking classifica anualmente as 1.000 melhores universidades do mundo, com mais de 1.800 instituições participantes (AWRU, 2024). Concentra-se em cinco dimensões de desempenho: pesquisa, citações, qualidade da educação, qualidade do corpo docente e desempenho per capita. Em virtude de seu ano de criação, pode-se afirmar que foi o primeiro ranking universitário de alcance global (Pandiella - Dominique et al., 2018).

Em 2004 duas organizações do Reino Unido, *Quacquarelli Symonds Limited* (QS) e a *Times Higher Education*, atuaram em cooperação para a criação do *THE-QS World University Rankings*. Em 2009, as empresas se desvincularam e com o término da parceria a QS passou a publicar o agora chamado *QS World University Rankings*, avaliando cinco dimensões de desempenho: ensino, citações, qualidade da educação, qualidade do corpo docente e perspectiva internacional (Huang, 2012).

Por sua vez, a *Times Higher Education* lançou em 2010 o *THE World University Rankings*, com uma nova metodologia que enfatiza: o ensino, a pesquisa, a indústria (transferência de conhecimento) e a perspectiva internacional (THE, 2024). Visando analisar diferentes contextos, além da classificação geral, o ranking possui outras 11

classificações específicas temáticas e regionais, dentre elas o *THE Impact Ranking*, que será apresentado detalhadamente na próxima seção (THE, 2024).

Além destes, também é possível citar outros rankings internacionais como o *Ranking Web of Universities (Webometrics)*, criado em 2004 na Espanha pelo Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC) e que mede a presença e visibilidade *online* das universidades (*Cybermetrics Lab*, 2024). O *Scimago Institutions Rankings*, lançado em 2009 pelo *Scimago Lab*, que avalia a produção científica e o impacto das pesquisas (*Scimago Lab*, 2024). E ainda o *Center for World University Rankings (CWUR)*, fundado em 2012, que considera indicadores como a qualidade do corpo docente e o impacto da pesquisa para analisar o desempenho acadêmico das universidades globalmente (CWUR, 2024).

No contexto brasileiro, pode-se exemplificar o Índice Geral de Cursos (IGC), desenvolvido em 2008 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal vinculada ao MEC, que classifica as instituições de ensino superior com base em critérios como a qualidade acadêmica e a infraestrutura (INEP, 2024), e o Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG) do TCU criado em 2017 para avaliar a capacidade de gestão e governança das instituições públicas, sendo substituído, em 2024, pelo IESGo após a inclusão das dimensões sociais, ambientais e de governança.

Essas classificações tentam ordenar as instituições acadêmicas e de pesquisa (Loannidis et al., 2007) e acabam por estimular o debate sobre qualidade e desempenho das universidades (Hazelkorn, 2013), além de contribuir para a melhoria do desempenho universitário (Desai e Madsen, 2021; Malik et al., 2020).

Apesar da importância dos rankings para a reputação e o desempenho das universidades, é crucial reconhecer que os critérios tradicionais de avaliação frequentemente negligenciam a dimensão da sustentabilidade. Como apontado por Gaitán-Angulo et al. (2022), os rankings mundiais de universidades tradicionalmente priorizam fatores

relacionados ao ensino e à pesquisa, deixando de lado critérios essenciais de sustentabilidade.

Diante dessa lacuna, torna-se cada vez mais relevante analisar como a sustentabilidade tem sido incorporada nos rankings universitários, e como as instituições de ensino superior estão respondendo a essa nova demanda por transparência e responsabilidade socioambiental.

2.3.2 Rankings de Sustentabilidade

O aumento da preocupação global com a sustentabilidade tem influenciado diretamente a forma como as instituições de ensino superior são avaliadas por estas classificações. Esse movimento impulsionou a incorporação de métricas relacionadas à responsabilidade ambiental, social e econômica nos rankings acadêmicos internacionais, que, em alguns casos, se alinham aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

A participação de universidades em rankings internacionais de sustentabilidade é uma estratégia que pode aumentar a visibilidade de suas agendas sustentáveis, além de permitir que as IES ampliem seu impacto social, impulsionando sua capacidade de colaborar com governos, setor produtivo e comunidades (El-Jardali, Nour e Fadlalla, 2018; Kalemaki et al, 2019; McDonnell-Naughton e Păunescu, 2022).

Para serem estudados nesta pesquisa os rankings precisavam atender aos seguintes critérios: abordar explicitamente a sustentabilidade, possibilitar a relação das práticas universitárias aos ODS, incluir universidades de todos os continentes e contar com a participação de pelo menos uma das universidades federais estudadas na pesquisa. Esses critérios possibilitaram a escolha de rankings com ampla abrangência e relevância global, permitindo uma avaliação comparativa das práticas sustentáveis das instituições.

Três classificações atenderam a esses requisitos, foram eles: o *UI GreenMetric* que se destaca por enfatizar indicadores ambientais, como gestão de resíduos e eficiência energética; o *THE Impact Rankings* que

prioriza a contribuição das universidades para os ODS, avaliando seu impacto social e econômico; e o *QS World University Rankings: Sustainability* que adota uma abordagem integrada, considerando tanto os impactos ambientais quanto sociais das instituições.

Na sequência, serão apresentados detalhadamente cada um desses rankings, seguidos de uma comparação entre eles, destacando as categorias de desempenho e as convergências e divergências nos critérios de avaliação adotados.

2.3.2.1 UI Greenmetric Ranking of World Universities

Fundado em 2010 pela Universitas Indonesia (UI), o UI GreenMetric Ranking of World Universities visa classificar universidades de todo o mundo com base em suas práticas e iniciativas sustentáveis, dando enfoque na sustentabilidade ambiental. A 12ª edição, em 2023, reuniu 1.183 instituições de 84 países, refletindo a crescente relevância da sustentabilidade no ambiente acadêmico global (UI, 2024).

Figura 02: Logomarca do UI GreenMetric

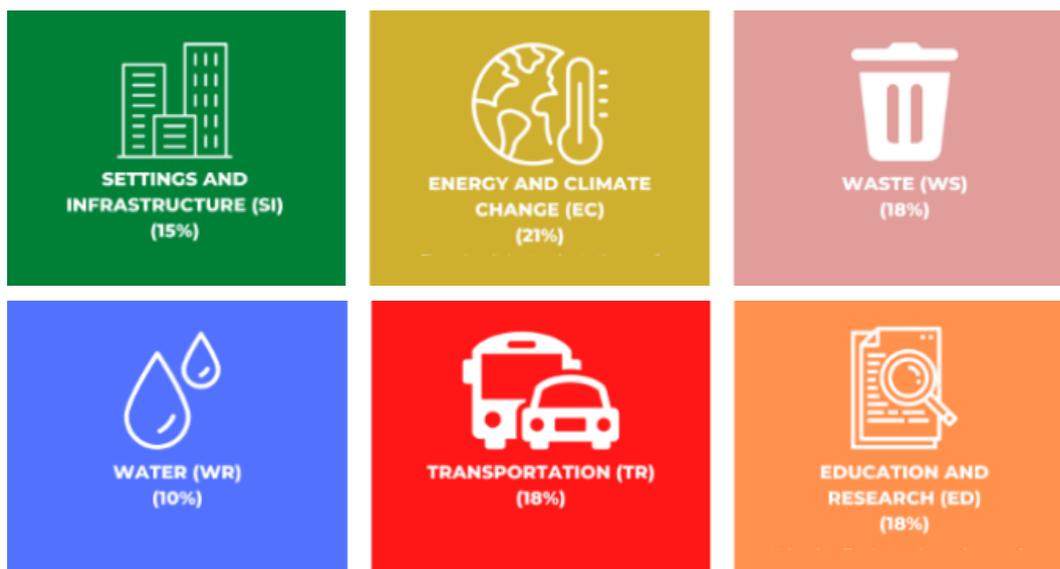


Fonte: The Impact Ranking

No site oficial do ranking, pode-se encontrar uma breve explicação sobre a metodologia, informando que a classificação avalia a sustentabilidade das universidades por meio de indicadores em 6 critérios: ambiente e infraestrutura, energia e mudança climática, gestão de resíduos, água e transporte e educação. A pontuação é numérica para viabilizar o processamento estatístico. Entretanto, cada critério é categorizado em uma classe geral de informações e, após o

processamento dos resultados, as pontuações brutas são ponderadas para fornecer um cálculo final. A instituição afirma revisar continuamente os critérios e as ponderações. A figura 03 demonstra o percentual aplicado a cada critério (UI, 2024)

Figura 03: Ponderação dos critérios - UI GreenMetric



Fonte: UI GreenMetric

Com base nos dados do arquivo de classificação, também disponível no site, a participação brasileira tem demonstrado um crescimento consistente ao longo dos anos. Desde a primeira edição em 2010 o Brasil passou de três, no ano de estreia, para 43 instituições participantes na edição mais recente, em 2023.

No contexto pernambucano, a UFPE marcou o início da participação do Nordeste no UI GreenMetric em 2011. Sendo a única representante da região no ranking até 2016, quando o Centro Universitário do Rio Grande do Norte também se juntou ao grupo. No entanto, de 2019 a 2020, Pernambuco ficou sem representação no ranking, até a entrada da Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico em 2021.

Na última edição, em 2023, das 43 instituições brasileiras participantes, 7 são do Nordeste, sendo duas pernambucanas. A

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) é atualmente a única universidade federal do estado a participar deste ranking.

2.3.2.2 THE Impact Ranking

O THE Impact Ranking, lançado em 2019 pela Times Higher Education, destaca-se por sua ênfase nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. As universidades participam fornecendo dados relacionados aos ODS, promovendo a responsabilidade social e ambiental por meio de uma ampla gama de indicadores. Na edição de 2024, o ranking avaliou 2.152 universidades de 125 países/regiões (Times Higher Education, 2024).

Figura 04: Logomarca do The Impact Ranking



Fonte: The Impact Ranking

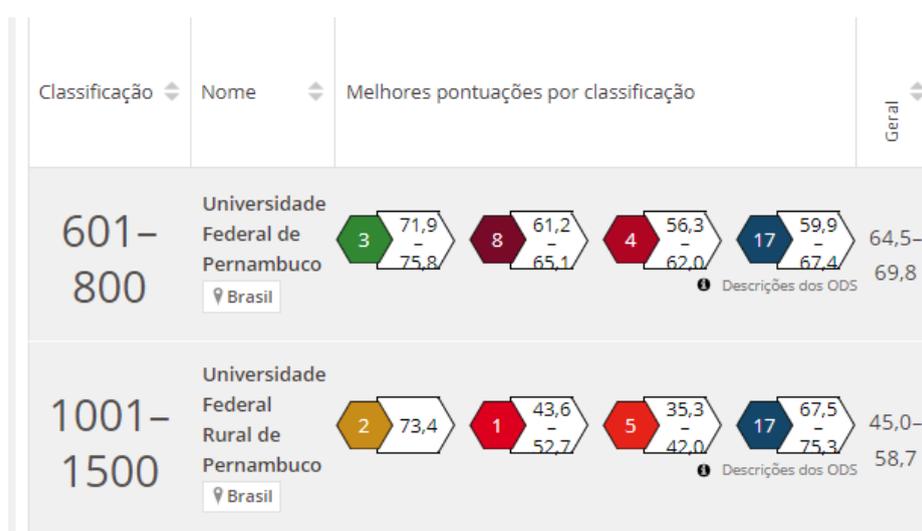
Este ranking não requer critérios mínimos de pesquisa, o que amplia e diversifica a participação de mais instituições ao redor do mundo. As classificações estão abertas a qualquer universidade que ofereça cursos de graduação ou pós-graduação. No entanto, a organização do ranking se reserva o direito de excluir qualquer instituição que seja flagrada utilizando dados falsos ou irregulares. (Times Higher Education, 2024).

A metodologia do ranking é projetada para ressaltar a interconexão dos ODS e a necessidade de abordagens integradas para o desenvolvimento sustentável. As universidades são avaliadas com base em sua contribuição para, no mínimo, quatro ODS, sendo obrigatório que um desses seja o ODS 17 (Parcerias para os Objetivos). Caso alguma universidade submeta dados sem cumprir tal requisito, ainda poderá participar do ranking, mas não será incluída na classificação geral.

As universidades recebem uma pontuação e uma classificação específica para cada ODS para o qual submetem dados, proporcionando uma visão detalhada de suas ações e impactos em diferentes áreas de desenvolvimento sustentável. As pontuações são atribuídas de forma a refletir o desempenho e o impacto geral das universidades: 22% do peso é dado ao ODS 17, enquanto 26% é atribuído a cada um dos três ODS em que a universidade apresenta a maior pontuação. Isso permite reconhecer as áreas de maior impacto e contribuição de cada instituição.

No Brasil, a participação de universidades, especialmente as públicas, no THE Impact Ranking tem crescido de forma notável. Conforme os dados divulgados no site oficial do ranking, na primeira edição em 2019, 15 universidades brasileiras participaram, das quais 11 eram públicas, representando 73,3%. Em 2024, o número de instituições brasileiras participantes aumentou para 55, com 38 IES públicas (69%) e 17 privadas (31%). Na região Nordeste, 9 instituições são participantes, sendo 7 públicas e 2 privadas. Em Pernambuco, a UFPE e a UFRPE fazem parte da classificação. A figura 04 demonstra as pontuações das instituições pernambucanas na edição 2024 do ranking.

Figura 05: Desempenho da UFPE e UFRPE no THE Impact Ranking - 2024



Fonte: THE Impact Ranking

2.3.2.3 QS World University Rankings: Sustainability

O QS World University Rankings: Sustainability criado em 2023 pela QS Quacquarelli Symonds (QS). Na segunda edição, 1.397 instituições foram avaliadas, mais que o dobro em relação à edição piloto do ano anterior (Top Universities, 2024). Essas universidades estão localizadas em 95 países e territórios, incluindo 34 IES brasileiras, das quais apenas a UFPE representa o estado de Pernambuco.

Figura 06: Logomarca do QS World University Rankings



Fonte: QS World University Rankings

As três categorias de desempenho na metodologia do QS World University Rankings: Sustainability são:

1. **Impacto Social (45%)** — Esta categoria considera cinco indicadores: igualdade, troca de conhecimento, impacto da educação, empregabilidade e resultados, e saúde e bem-estar.

2. **Impacto Ambiental (45%)** — Composta por três indicadores: sustentabilidade ambiental, educação ambiental e pesquisa ambiental.

3. **Governança (10%)** — Introduzida como novidade em 2024, a categoria inclui indicadores relacionados à boa governança, como ética, práticas de contratação, transparência e processos de tomada de decisões.

O ranking destaca a importância de políticas e práticas de sustentabilidade nas universidades, além de suas pesquisas em temas ambientais e eficiência energética. As atualizações periódicas do ranking enfatizam a relevância da pesquisa em sustentabilidade, destacando as instituições que lideram em inovações e práticas ecológicas (Top

Universities, 2024). A figura 05 demonstra as pontuações UFPE, única participante de Pernambuco no ranking.

Figura 07: Desempenho da UFPE no QS World University Rankings: Sustainability



Fonte: Top Universities

2.3.3 Comparação entre os rankings

O QS World University Rankings: Sustentabilidade enfatiza impacto social e ambiental, cada um representando 45% da avaliação, enquanto a governança corresponde a 10%. Esse modelo sugere uma abordagem equilibrada entre impacto socioambiental e governança institucional. Já o THE Impact Rankings, utiliza os ODS como referência, permitindo uma análise mais ampla da contribuição das universidades para a sustentabilidade global. A vinculação direta com os ODS facilita o alinhamento com as metas da Agenda 2030 da ONU, mas a falta de uma pontuação específica para cada classificação pode dificultar comparações diretas entre universidades.

O UI GreenMetric, por sua vez, tem um foco mais operacional, avaliando aspectos físicos e administrativos da sustentabilidade universitária. Essa abordagem é mais pragmática, considerando ações institucionais diretas que impactam o meio ambiente. No entanto, diferentemente dos outros rankings, o impacto acadêmico e social das universidades na promoção da sustentabilidade pode não ser percebido amplamente.

Como cada ranking possui critérios distintos para avaliar a sustentabilidade nas instituições de ensino superior, refletindo diferentes perspectivas sobre o tema, tais características também podem interferir na escolha das universidades em relação à participação. Uma instituição que busca destacar suas ações operacionais e infraestrutura sustentável pode optar pelo UI GreenMetric, enquanto outra que deseja evidenciar seu impacto nos ODS pode preferir o THE Impact Rankings. Já aqueles que querem equilibrar impacto ambiental, social e governança podem se alinhar melhor ao QS Sustentabilidade. Dessa forma, a decisão de participar de um ranking específico pode estar relacionada ao perfil institucional, às estratégias de internacionalização e à forma como uma universidade deseja ser reconhecida no cenário global de sustentabilidade.

A figura 08 apresenta uma comparação entre três rankings analisados, destacando informações sobre o ano de lançamento, a frequência da avaliação, a forma de adesão das instituições e as principais categorias de desempenho consideradas por cada ranking. Esses aspectos auxiliaram na identificação das convergências e divergências entre os critérios de avaliação adotados pelos rankings.

Figura 08: Comparação entre os rankings analisados

		
<ul style="list-style-type: none"> • QS Quacquarelli Symonds (QS) • Lançado em 2023 • Anual • Participação voluntária e gratuita • 2024 - 34 IES brasileiras • Categorias de desempenho: Impacto Social (45%) Impacto Ambiental (45%) Governança (10%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Times Higher Education (THE) • Lançado em 2019 • Anual • Participação voluntária e gratuita • 2024 - 55 IES brasileiras • Categorias de desempenho: Foco nos ODS 	<ul style="list-style-type: none"> • Universitas Indonesia (UI) • Lançado em 2010 • Anual • Participação voluntária e gratuita • 2023 - 43 IES brasileiras • Categorias de desempenho: 1. Cenário e Infraestrutura 2. Energia e Mudança Climática 3. Resíduos 4. Água 5. Transporte 6. Educação

Fonte: Autora

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos selecionados de acordo com o contexto da pesquisa, considerando que as decisões tomadas devem estar relacionadas a aspectos gerais como: (a) a natureza da pesquisa, (b) as condições do campo de estudo, e (c) o conhecimento disponível sobre o tema central (Flick, 2013).

3.1 Natureza do Estudo

A pesquisa se caracterizou como descritiva, uma vez que registrou e descreveu os fatos observados e as características de determinada população ou fenômeno sem interferir neles, estabelecendo relações entre as variáveis do estudo (Provdanov; Freitas, 2013). Especificamente, a pesquisa concentrou-se em descrever fenômenos relacionados ao planejamento, à avaliação e à gestão institucional, com base em análises realizadas nas Universidades Federais localizadas em Pernambuco.

O foco em um grupo específico de instituições reguladas e fiscalizadas pelos mesmos órgãos e normativos, possibilitou a comparação entre as iniciativas de sustentabilidade e os resultados alcançados, permitindo identificar padrões e singularidades nas abordagens adotadas. Essa delimitação não só tornou o estudo mais gerenciável, como também aumentou a possibilidade de generalização dos achados dentro do contexto regional (Creswell 2014). Os resultados encontrados por meio da interpretação e o compartilhamento de similaridades possibilitou uma generalidade analítica que pode servir de base para estudos mais aprofundados no futuro (Leão *et al.*, 2012).

Para garantir a viabilidade e a relevância da pesquisa, delimitou-se o tema de estudo. Segundo Yin (2018), a definição precisa do escopo do estudo é essencial para o desenvolvimento de uma pesquisa rigorosa e aplicável, uma vez que delimita os objetivos e as perguntas de pesquisa, além de estabelecer os limites para a coleta e análise de dados.

Ter um conjunto particular de instituições, como as Universidades Federais de Pernambuco, facilitou a avaliação das iniciativas de sustentabilidade e seus resultados, permitindo destacar padrões, convergências e divergências em relação às práticas implementadas. Essa escolha, além de tornar o estudo mais manejável, possibilita que os resultados sejam aplicáveis de forma mais ampla dentro do contexto regional, como sugerido por Creswell (2014) em suas discussões sobre metodologia de pesquisa qualitativa.

3.2 Critérios de qualidade e confiabilidade

Para assegurar a qualidade e a confiabilidade da pesquisa, foram adotados critérios fundamentados em literatura reconhecida na área de Administração (Gomes de Paiva Júnior, Souza Leão, e Mello, 2011). A validade foi garantida por meio da utilização de diferentes técnicas de coleta e análise de dados. Por sua vez, a confiabilidade foi alcançada por meio da consistência nos procedimentos de análise e registro sistemático das informações.

A triangulação foi uma das principais estratégias metodológicas adotadas, envolvendo múltiplas fontes de dados (entrevistas, documentos e revisão bibliográfica) e diferentes métodos de coleta. De acordo com Gaskell e Bauer (2005), a triangulação contribui tanto para a validade quanto para a confiabilidade, uma vez que permite a convergência de perspectivas distintas sobre o mesmo fenômeno.

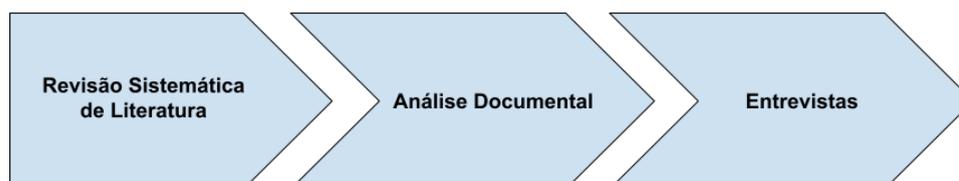
A reflexividade também foi considerada como critério importante, garantindo uma abordagem crítica e interativa durante todo o processo investigativo. O feedback dos entrevistados foi utilizado como um recurso complementar para validar as interpretações dos dados, contribuindo para a credibilidade da pesquisa.

3.3 Construção do Corpus

A construção do corpus de pesquisa ocorreu em três etapas (Figura 10): a primeira teórica, quando foi realizada uma revisão

sistemática de literatura, a segunda envolveu a análise documental e a terceira incluiu a realização de entrevistas semiestruturadas com servidores responsáveis pela gestão da participação de cada universidade estudada nos rankings de sustentabilidade.

Figura 09: Etapas da construção do corpus de pesquisa



Fonte: Autora

Para atender aos objetivos específicos desta pesquisa, foram definidos diferentes instrumentos de coleta de dados, adequados à natureza das informações buscadas. O quadro 01 apresenta a relação entre os objetivos específicos da pesquisa, os sujeitos envolvidos e os instrumentos de coleta de dados utilizados.

Quadro 01: Instrumentos de coleta por objetivos específicos

Objetivos Específicos	Sujeitos	Instrumento de coleta de dados
1. Identificar as divergências e convergências entre os critérios de avaliação adotados pelos rankings UI GreenMetric, THE Impact Rankings e QS World University Rankings: Sustainability.		Pesquisa documental, revisão sistemática de literatura e sites dos rankings.
2. Investigar a importância atribuída aos rankings de sustentabilidade pelas universidades federais de Pernambuco, identificando os níveis hierárquicos e o número de servidores envolvidos na gestão da participação nesses rankings	Servidores envolvidos na gestão da participação nesses rankings	Pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas
3. Relacionar os elementos dos contextos em que estão inseridas as Universidades investigadas com a motivação da participação no rankings	Servidores envolvidos na gestão da participação nesses rankings	Pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas

Fonte: Autora

As etapas de coleta e análise de dados foram estruturadas para garantir a consistência metodológica da pesquisa, combinando diferentes procedimentos para aprofundar a compreensão dos fatores que influenciam a participação das universidades federais de Pernambuco nos rankings internacionais de sustentabilidade. O quadro 02 sintetiza os procedimentos adotados na pesquisa, detalhando as fontes de coleta de dados e os softwares utilizados para auxiliar na organização e na análise dos materiais obtidos.

Quadro 02: Procedimentos de coleta e análise de dados

Procedimentos	RSL	Análise documental	Entrevistas
Coleta de dados	Base de dados: Scopus	Documentos institucionais de acesso público das universidades, Documentos e relatórios dos rankings, Legislações, Declarações e relatórios de Conferências Internacionais e outros	Entrevistas com servidores envolvidos com a participação das universidades nos rankings
Organização e Análise de dados	Software de apoio: Rayyan e Iramuteq	Atlas.ti	Atlas.ti

Fonte: Autora

A seguir, serão apresentadas as etapas da revisão sistemática da literatura, que permitiu identificar as principais abordagens e discussões acadêmicas sobre o tema, a análise documental, que viabilizou a contextualização das práticas institucionais e diretrizes adotadas por cada universidade, e as entrevistas com os servidores diretamente envolvidos na gestão da participação das universidades nesses rankings.

3.3.1 Revisão Sistemática de Literatura

A revisão sistemática da literatura (RSL), segundo o "Guia de Boas Práticas para uma Pesquisa Bibliográfica" (IFIS, n.d.), é fundamental para o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica, visto que permite a identificação e a síntese de estudos anteriores, contribuindo para um

entendimento ampliado sobre o tema investigado. Igualmente, a RSL ajuda a detectar lacunas na literatura existente, verifica se uma investigação específica já foi realizada e facilita o aprendizado de novas terminologias e conceitos na área de interesse.

Dada a crescente importância da sustentabilidade no ensino superior, os rankings internacionais, como o UI GreenMetric, THE Impact Rankings e QS World University Rankings: Sustainability, têm ganhado relevância. Este estudo buscou revisar a literatura para compreender de que forma a participação das universidades nesses rankings tem sido pesquisada e identificar fatores que interferem no interesse das instituições para aderir a essas classificações

O processo de identificação, seleção e avaliação dos artigos nesta revisão sistemática da literatura foi desenvolvido com base em evidências reproduzíveis, conforme recomendado por Tranfield et al. (2003). Para garantir a confiabilidade da análise, foram utilizados os protocolos PRISMA e SPIDER na triagem dos estudos. O PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) orientou as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos artigos (Moher et al., 2009), enquanto a estratégia SPIDER (Sample, Phenomenon of Interest, Design, Evaluation, Research type) auxiliou na definição dos critérios de busca e seleção das publicações (Cooke et al., 2012).

A pesquisa foi conduzida na base de dados Scopus, devido à sua ampla cobertura nas ciências sociais (Chim-Miki et al., 2024). As strings de busca booleanas utilizadas incluíram termos como "Sustainability AND universit*", "Universit* AND Ranking" e "Sustainability AND Universit* AND Ranking". Essa estratégia inicial resultou na identificação de 517 artigos.

Para refinar a seleção, foram aplicados filtros iniciais relacionados ao idioma de publicação dos artigos (português, inglês e espanhol) e a tipo de acesso aos documentos (livre). Após essa etapa, 173 artigos foram selecionados para a triagem. Vale destacar que a limitação por ano

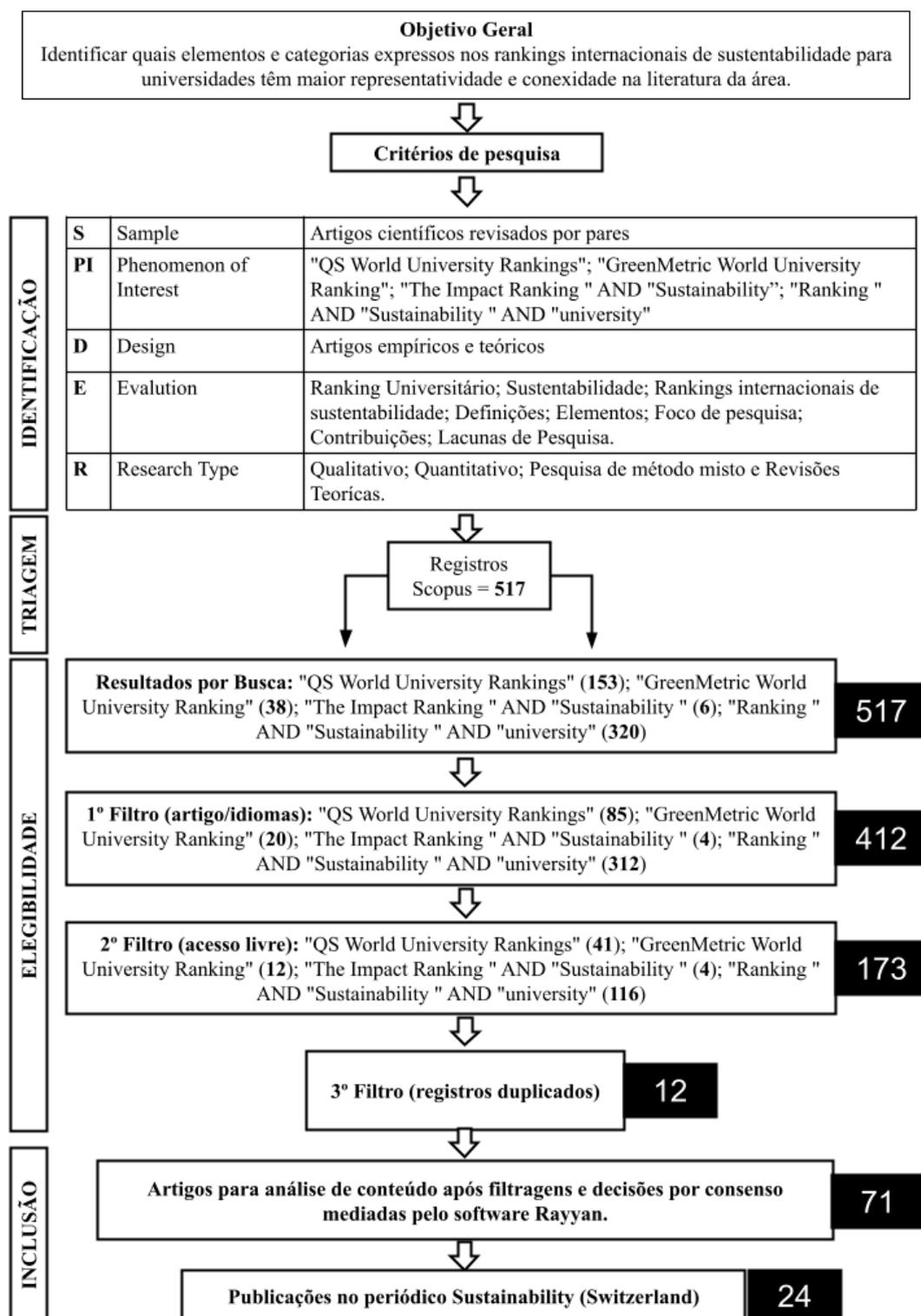
não foi aplicada nesta fase para proporcionar uma visão ampliada da evolução das pesquisas sobre os rankings.

Com o auxílio do *software* Rayyan, ferramenta especializada na triagem automatizada de revisões sistemáticas (Couban, 2016), foram identificados e excluídos 12 artigos duplicados, reduzindo para 161 o número de publicações.

A triagem dos artigos foi realizada com base no título, no resumo e nas palavras-chave. Com a finalidade de garantir a robustez da triagem, três pesquisadoras do grupo de pesquisa GIPES avaliaram independentemente todos os documentos, resultando na exclusão de 90 artigos e na seleção final de 71 documentos para análise aprofundada. A figura 10 apresenta o desenho metodológico aplicando a técnica SPIDER ao processo de identificação PRISMA.

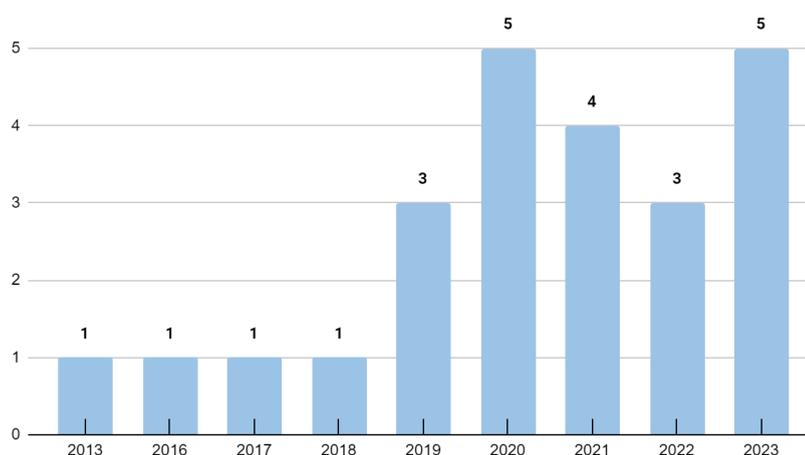
Os critérios de inclusão e exclusão foram definidos para refinar a seleção e garantir que apenas os estudos mais relevantes fossem considerados. Para serem selecionados, os artigos precisavam: abordar explicitamente a sustentabilidade, tratar sobre universidades e fazer referência aos rankings internacionais, especialmente os relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Figura 10: desenho metodológico aplicando a técnica SPIDER ao processo de identificação PRISMA.



O periódico Sustainability (Switzerland) destacou-se como a principal fonte de publicações, contribuindo com 24 dos 71 artigos, o que representa 33,8% do total. A figura 11 demonstra a distribuição por ano das publicações do periódico.

Figura 11: Artigos selecionados do periódico Sustainability - Linha do tempo



Fonte: Autora

Devido à sua relevância e à maior disponibilidade de documentos, os 24 artigos (Apêndice A) publicados no Sustainability (Switzerland) foram selecionados para uma análise aprofundada na revisão sistemática. Essa escolha justifica-se pelo fato de o periódico ter se tornado uma plataforma de referência para pesquisadores interessados em temas de sustentabilidade, oferecendo uma base robusta e diversificada de estudos que refletem as preocupações contemporâneas e emergentes na área.

A pesquisa caracterizou-se como um estudo de Análise Qualitativa Assistida por Computador (CAQDAS - Computer Assisted Qualitative Data Analysis), abordagem que confere rigor, qualidade e confiabilidade às análises qualitativas em revisões sistemáticas (Quintino Sant'Ana et al., 2024) e reforça a qualidade, o rigor e a confiabilidade de dados qualitativos em pesquisas focadas em análises sistemáticas (Oliveira-Ribeiro et al., 2021).

As análises qualitativas foram conduzidas por meio do software IRaMuTeQ versão 0.7 alpha 2, utilizando técnicas de análise lexicográfica

e de similaridade. A análise lexicográfica permitiu verificar o percentual de confiabilidade do corpus textual, enquanto a análise de similaridade possibilitou a identificação de núcleos semânticos detectados pelas ocorrências entre palavras e suas conexões a partir do grau de relevância entre elas (Oliveira-Ribeiro et al., 2021). O uso do IRaMuTeQ facilitou a organização e estruturação dos dados textuais, permitindo a visualização gráfica das relações entre os termos mais frequentes.

Análise Lexicográfica

A primeira técnica de análise refere-se à análise lexicográfica baseada na proximidade, repetição e poder de conexão entre elementos, categorias e conceitos elaborados e solidificados em um determinado campo do conhecimento (Dantas et. al., 2024; Guedes et al., 2023). Os aspectos estatísticos dos dados para análise lexical dos títulos, resumos e palavras-chave derivados dos 24 artigos elegíveis neste estudo estão expressos na Tabela 1. O corpus textual apresentou um total de 5.878 ocorrências segmentadas em 1.640 formas, das quais 405 aparecem com frequência igual ou superior a três vezes no total dos textos. A média de formas por segmentos de texto foi de 32,65%.

Tabela 1: Características do corpus textual

Nº ocorrências	Nº Formas	Média de formas por segmento de texto	Nº formas com frequência \geq 3	Nº Lemas	Nº Segmentos de Textos (ST)	Nº segmentos classificados	Nº Hapax
5878	1640	32,65%	405	1627	180	180(85%)	913

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados do software IRaMuTeQ.

Com um índice de segmentos de texto classificados em 85%, a confiabilidade do corpus textual foi confirmada, pois valores acima de 70% são considerados adequados para prosseguir com as análises (Oliveira-Ribeiro et al., 2021). O índice Hapax (913) indica que, em relação ao total de ocorrências (5.878), corresponde a 15,53%, enquanto em relação ao total de formas (1.640), equivale a 55,67%. Esses índices

O cluster vermelho, no centro da imagem, destaca a palavra "universidades" (universities) como o núcleo do gráfico, representando a centralidade das instituições de ensino superior no debate sobre sustentabilidade. As ramificações conectam termos como "análise" (analysis), "rankings", "gestão" (management) e "indicadores" (indicators), demonstram a preocupação da literatura em compreender os critérios de avaliação, o desempenho das universidades e os fatores que influenciam sua posição nos rankings.

Alshuwaikhat, Adenle e Saghir (2016) destacam que, embora esses rankings possam estimular o compromisso institucional com a sustentabilidade, há desafios como a falta de transparência nas metodologias e a variação nos critérios avaliativos, o que pode levar a diferentes interpretações sobre o que caracteriza uma universidade sustentável.

O segundo maior cluster, o amarelo, se organiza em torno da palavra "sustentabilidade" (sustainability) e inclui termos como "pesquisa" (research), "ensino" (teaching), "avaliação" (assessment) e "relatórios" (reporting). Esse agrupamento sugere que a sustentabilidade nas universidades é abordada em conexão com a pesquisa acadêmica, o ensino e os processos de avaliação institucional, especialmente com a divulgação dos esforços sustentáveis, o que pode estar relacionado à transparência ou a busca por posições mais elevadas nos rankings.

Guedes e Gosling (2023) alertam que, quando a motivação principal é a reputação institucional, há o risco de adoção de medidas superficiais voltadas apenas para melhorar a classificação. Esse comportamento pode comprometer a efetividade das políticas sustentáveis, tornando-as mais um instrumento de marketing do que uma transformação estrutural nas operações acadêmicas e administrativas.

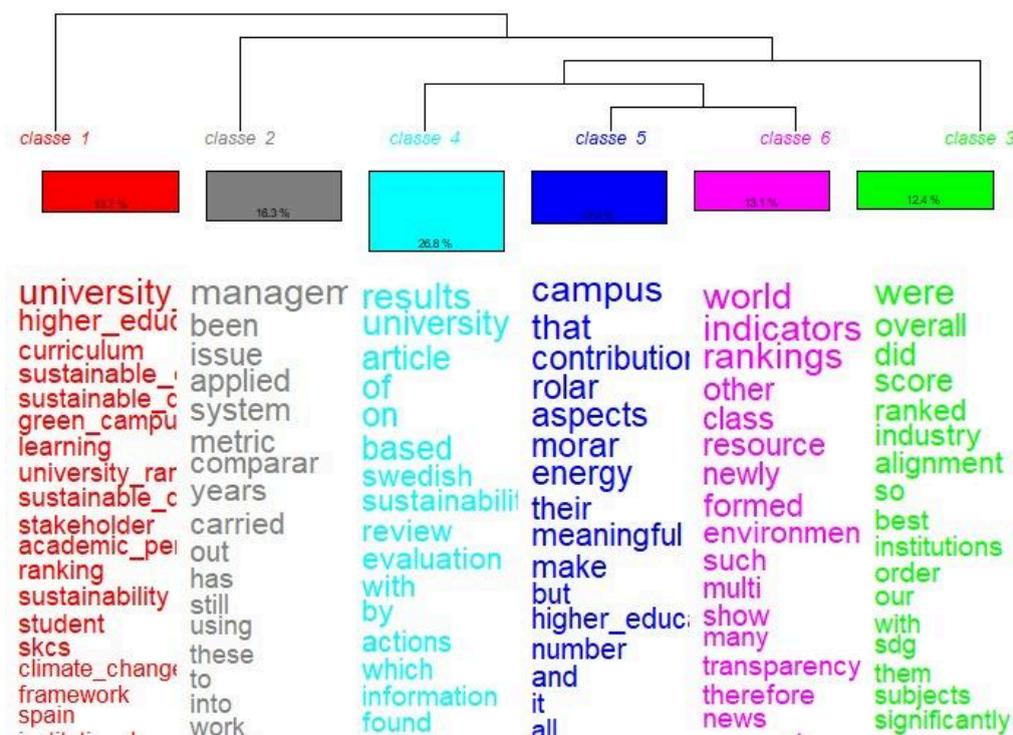
O cluster roxo apresenta os termos "instituições de ensino superior" (higher education institutions) e "ODSs" (SDGs) sugerindo uma análise mais direta da relação entre tais instituições e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esta ênfase pode indicar um

direcionamento específico para os aspectos globais e os compromissos das universidades com a agenda internacional de sustentabilidade, sem necessariamente conectá-los diretamente à prática interna de sustentabilidade, assim como é possível perceber no cluster amarelo.

Por fim, os clusters menores, como o azul e o verde, apresentam termos como "resultados" (results), "desenvolvimento" (development), "relacionados" (related), sugerindo uma abordagem mais metodológica, talvez associada a como os dados sobre sustentabilidade são encontrados, avaliados e apresentados.

O software IRAMuTeQ também possibilitou a segmentação do corpus em classes semânticas distintas por meio da classificação hierárquica descendente (CHD) ilustrada na figura 13.

Figura 13: Classificação hierárquica descendente no Corpus Textual



Fonte: Resultado gerado pelo software IRaMuTeQ.

O diagrama no topo da imagem representa a relação entre as classes, onde cores diferentes indicam agrupamentos semânticos mais próximos:

- Classe 1 (vermelho, 13,7%): Relacionada ao ensino superior e sustentabilidade, incluindo termos como "universidade" (university), "ensino superior" (higher education), "currículo" (curriculum), "campus verde" (green campus), "estudantes" (students), "ranking" (ranking) e "mudanças climáticas" (climate change).
- Classe 2 (cinza, 16,3%): Associada à gestão e métricas de avaliação da sustentabilidade, com termos como "gestão" (management), "sistema" (system), "métrica" (metric), "anos" (years), "questão" (issue), "uso" (using) e "trabalho" (work).
- Classe 3 (verde, 12,4%): Relacionada ao desempenho nos rankings, apresentando palavras como "pontuação" (score), "classificação" (ranking), "alinhamento" (alignment), "melhores instituições" (top institutions) e "ODS" (SDGs).
- Classe 4 (azul claro, 26,8%): Destaca uma abordagem acadêmica e metodológica da sustentabilidade, abrangendo termos como "resultados" (results), "universidade" (university), "artigo" (article), "revisão" (review), "avaliação" (evaluation) e "ações" (actions).
- Classe 5 (azul escuro, 10,8%): Relacionada ao contexto da sustentabilidade no campus e sua relevância, com palavras como "campus" (campus), "contribuição" (contribution) e "energia" (energy).
- Classe 6 (lilás, 13,1%): Associada a indicadores de ranking e transparência, com termos como "mundo" (world), "rankings" (rankings), "indicadores" (indicators) e "transparência" (transparency).

As análises confirmam que os rankings internacionais de sustentabilidade exercem um papel importante na promoção da sustentabilidade no ensino superior, influenciando políticas institucionais e incentivando práticas mais responsáveis e a busca por padrões de excelência. No entanto, a literatura também destaca limitações como o fato de os rankings frequentemente ignorarem especificidades regionais,

desconsiderando desafios locais e resultando em uma visão padronizada que nem sempre reflete a diversidade das práticas sustentáveis adotadas (Yarimee Tanaka, 2012; Du Preez et al., 2022). Além disso, a literatura evidencia a necessidade de indicadores que, apesar de possibilitarem comparações internacionais, respeitem as particularidades regionais (Veidemane, 2022).

Outra crítica importante é a ausência de critérios uniformes e a falta de transparência na metodologia adotada nos rankings, o que pode gerar distorções, levando algumas instituições a adotarem abordagens estratégicas sem um real comprometimento com a sustentabilidade (Lozano, 2015; Lozano et al., 2013).

A leitura dos artigos selecionados na revisão sistemática, juntamente com a pesquisa documental apresentada a seguir, serviu como base para a elaboração do roteiro pré-estruturado da entrevista, permitindo a formulação de perguntas alinhadas à compreensão dos fatores que influenciam as universidades na participação em rankings internacionais de sustentabilidade.

3.3.2 Pesquisa Documental

A pesquisa documental é de fundamental importância para a compreensão do contexto (Lakatos e Marconi, 2001). Esta análise auxiliou no entendimento das políticas institucionais relacionadas à agenda sustentável, bem como identificou referências à sustentabilidade nos objetivos estratégicos, nas metas e ações, facilitando o entendimento da importância atribuída aos rankings de sustentabilidade pelas UFs de Pernambuco.

A análise documental foi iniciada por meio da leitura de legislações, declarações internacionais, publicações de relevância global como as da ONU e dados disponíveis nos sites dos rankings utilizados na pesquisa. Em seguida foram analisados documentos institucionais e de acesso público das universidades objeto do estudo, como por exemplo: Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), Relatório de Gestão e Relatórios

de Autoavaliação Institucional (RAI). Os documentos analisados estão listados no quadro 03.

Quadro 03: Documentos institucionais analisados

Instituição	Documentos Institucionais
UFPE	PEI 2013-2027, PDI 2019-2023, Relatório de Autoavaliação 2024, Relatório de Gestão 2023
UFRPE	PDI 2021-2030, Relatório Institucional e de Autoavaliação, Projeto UFRPE Sustentável, Relatório de Gestão 2024
UNIVASF	Relato Integrado 2023, Relatório de Indicadores 2023, Univasf em números 2012 - 2019: dados e ações da gestão universitária.

Fonte: Autora

Inicialmente foi realizada uma leitura flutuante do material para ter uma visão geral do conteúdo. Em seguida, com auxílio do *software* Atlas.ti, os documentos foram analisados com intuito de identificar convergências e divergências nas escolhas e estratégias relacionadas à participação das universidades nos rankings de sustentabilidade.

Vale ressaltar que os documentos analisados pertencem a períodos distintos, o que reflete a diversidade temporal na produção e divulgação de informações institucionais. No entanto, como o objetivo da pesquisa não foi realizar uma comparação direta entre as instituições, essa variação temporal não representou um problema ou um ponto negativo para o estudo. Pelo contrário, permitiu uma análise mais abrangente das políticas e práticas institucionais ao longo do tempo, evidenciando a evolução dos compromissos e estratégias adotadas por cada universidade em relação à sustentabilidade

A análise dos documentos revelou diferenças na forma como o tema é abordado por cada instituição. No caso da UFPE, a sustentabilidade é reconhecida como um valor institucional desde a publicação do PEI em 2013. Entretanto, o relato de ações com foco na sustentabilidade ainda é limitado nos documentos institucionais analisados, com poucas menções explícitas, mesmo em relatórios

recentes como o Relatório de Gestão (2023) e o Relatório de Autoavaliação Institucional (2024). Na UFRPE a sustentabilidade também aparece como valor institucional, o Relatório de Gestão 2024 menciona a participação no The Impact Ranking. Na Univasf não há menções com relação a rankings de sustentabilidade. O quadro 04 apresenta as principais menções à sustentabilidade nos documentos Institucionais.

Quadro 04: Presença da Sustentabilidade nos Documentos Institucionais

UFs	UFPE	UFRPE	UNIVASF
Missão	Como instituição pública, promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais.	Semear conhecimento, inovação e inclusão, por meio de atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, atenta à complexidade, pluralidade e diversidade dos anseios da sociedade	Ofertar, com excelência, atividades de ensino superior, extensão, pesquisa e inovação em diversas áreas do conhecimento, na sua região de atuação e em consonância com as demandas de interesse público.
Visão	Ser uma universidade de classe mundial comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade.	Destacar-se, nacional e internacionalmente, pelo protagonismo e pela responsabilidade no enfrentamento dos desafios e diante das transformações da universidade pública	Ser reconhecida, nacional e internacionalmente, pela excelência da sua oferta de Educação Superior e da sua atuação em defesa da cidadania e do desenvolvimento regional.
Valores Institucionais	Sustentabilidade como valor institucional (PEI 2013-2027)	Sustentabilidade como valor institucional (PDI 2021-2030)	Sem menção
Objetivos estratégicos	Objetivo nº 8: Promover uma política de sustentabilidade e responsabilidade social (PDI 2019-2023)	Objetivo nº 11 Efetivar a logística sustentável. (PDI 2021-2030)	Sem menção
Rankings de sustentabilidade	Sem menção	Com menção	Sem menção

Fonte: Autora

No que se refere à participação em rankings de sustentabilidade, nenhuma das três universidades mencionam iniciativas sistemáticas voltadas para a participação neste tipo de avaliação.. Dentre os documentos analisados, apenas o RAI da UFPE faz alguma referência à participação da universidade em rankings, ainda que de forma geral, sem mencionar especificamente rankings de sustentabilidade. O documento destaca ainda que há uma meta institucional de figurar entre as 100 melhores universidades do mundo até 2027, mas não esclarece quais rankings ou indicadores serão utilizados para evidenciar essa posição.

A predominância de referências genéricas à sustentabilidade, sem menção específica aos rankings, pode ocorrer devido à inserção das universidades federais de Pernambuco nesses instrumentos de avaliação ainda ser recente e não plenamente institucionalizada. Para compreender, então, os fatores que influenciam esta participação nos rankings, passou-se para a próxima fase da pesquisa.

3.3.3 Entrevistas

A construção do roteiro pré-estruturado para as entrevistas foi fundamentada na leitura dos artigos da revisão sistemática e na análise documental apresentada na seção anterior. O roteiro utilizado (Apêndice B) foi elaborado com uma estrutura flexível, permitindo a adaptação das perguntas para explorar temas emergentes ao longo das conversas.

Para a seleção dos entrevistados foi adotado o critério de envolvimento com a participação das universidades nos rankings de sustentabilidade. Essa escolha buscou garantir que as respostas refletissem a percepção dos servidores responsáveis pela gestão desse processo, proporcionando uma visão mais precisa sobre as estratégias institucionais. Dessa forma, as entrevistas foram conduzidas com os servidores diretamente envolvidos na participação das universidades nos rankings de sustentabilidade. O quadro 05 apresenta os cargos ocupados pelos participantes, suas unidades de lotação, formação acadêmica e a duração das entrevistas.

Quadro 05: Entrevistados

Entrevistado	UF	Cargo	Duração entrevista
Entrevistado 1	UFPE	Coord.	01:24:13
Entrevistado 2	UFRPE	Coord.	01:05:02
Entrevistado 3	UNIVASF	Diretor	00:42:34

Fonte: Autora

Em conformidade com os preceitos éticos da pesquisa social (Flick, 2013), todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C), garantindo a voluntariedade e a confidencialidade das informações prestadas.

As entrevistas ocorreram entre novembro e dezembro de 2024 e foram conduzidas virtualmente por meio do *Google Meet*, o que viabilizou a gravação e a transcrição dos relatos, garantindo maior precisão na análise.

3.4 Categorias

Fundamentada no método de Bardin (2011), a análise de conteúdo foi a abordagem escolhida para interpretar os dados e identificar categorias temáticas alinhadas aos objetivos do estudo. Foi realizada com o suporte do *software* Atlas.ti, amplamente reconhecido em pesquisas qualitativas por sua credibilidade e capacidade de organizar e codificar dados textuais de maneira eficiente.

Este software disponibiliza ferramentas robustas para codificação, categorização e interpretação, o que possibilitou uma análise detalhada e sistemática dos dados provenientes das entrevistas e documentos analisados. Vale ressaltar que o *software* é uma ferramenta que auxilia o pesquisador no processo de organização da análise dos dados, mas que as inferências e categorizações devem ser realizadas pelo pesquisador, apoiado pela sua base teórica.

Durante a leitura dos artigos da revisão sistemática de literatura e a análise documental foram definidas categorias iniciais (Quadro 06) que poderiam emergir nas entrevistas como fatores de influência na participação das universidades em rankings de sustentabilidade.

Quadro 06: Categorias iniciais

Categorias	Descrição	Pressuposto	Referência Teórica
Competição	Fatores relacionados à necessidade de diferenciação institucional e melhoria do posicionamento da universidade em relação a outras instituições, tanto em nível nacional quanto internacional.	A participação em rankings de sustentabilidade pode ser vista como uma estratégia para destacar a instituição no cenário acadêmico.	Malik et al. (2020); Desai e Madsen (2021); Peterson e Laird (2020);
Legislação	Normativas e legislações que exijam a participação em rankings.	A participação nos rankings pode ser uma resposta a essas exigências, demonstrando conformidade com as regulamentações vigentes.	Sonetti, Lombardie Chelleri (2016)
Órgãos Regulatórios e Governo	Exigências de órgãos reguladores e políticas públicas que estimulam ou condicionam a participação das universidades nos rankings de sustentabilidade como forma de atender aos requisitos institucionais.	As universidades podem participar dos rankings como forma de atender às exigências do Governo e/ou de órgãos reguladores.	Peterson e Laird (2020); Jodar et al. (2020)
Legitimidade e Reputação	Busca pelo reconhecimento e fortalecimento da imagem institucional, utilizando a participação nos rankings de sustentabilidade como uma forma de demonstrar compromisso com práticas sustentáveis e ganhar legitimidade junto à sociedade.	A presença nos rankings pode conferir maior legitimidade à instituição e reforçar sua imagem institucional no cenário acadêmico e social.	Salvioni et al. (2017). Jódare De la Poza (2020)
Alianças Estratégicas e Financiamento	Parcerias com outras instituições de ensino, organismos internacionais, Poder público e empresas,	A participação nos rankings pode potencializar oportunidades de cooperação, financiamento e	Peterson e Laird (2020); Sonetti,

Categorias	Descrição	Pressuposto	Referência Teórica
	que incentivam a troca de conhecimento e o fortalecimento da agenda sustentável, bem como o acesso a recursos financeiros e incentivos relacionados à sustentabilidade.	ampliação do acesso a redes estratégicas que fortalecem ações sustentáveis.	Lombardie Chelleri (2016)

Fonte: Autora

Durante a realização das entrevistas, observou-se que algumas das categorias inicialmente previstas não foram mencionadas pelos participantes. Em contrapartida, surgiram dois novos fatores de influência que não foram considerados inicialmente, resultando na criação de duas categorias adicionais. Esses novos fatores evidenciam aspectos importantes que não foram previstos a priori, mas que desempenham papel fundamental nas dinâmicas de participação das universidades nos rankings.

A primeira categoria, “Autoavaliação e Planejamento Estratégico”, reflete o uso dos rankings como ferramentas de autoavaliação institucional. Os entrevistados indicaram que os rankings servem de referência para o planejamento estratégico das universidades. Nesse sentido, a participação nos rankings fornece dados importantes para a avaliação das práticas institucionais e auxilia na definição de metas para o aprimoramento contínuo das ações sustentáveis, permitindo a reestruturação de práticas com base nos resultados obtidos.

A segunda categoria, “Contribuição ao Ecossistema Regional”, surgiu na fala de apenas um entrevistado, sendo fator impulsionador para responder à solicitação de dados por parte da instituição organizadora de um dos rankings de sustentabilidade. A participação no ranking foi vista como uma forma de fortalecer a produção de dados regionais e colaborar para o desenvolvimento da região.

Além disso, foi necessário realizar um agrupamento de categorias para melhorar a compreensão e a clareza na análise dos dados. Algumas categorias apresentaram semelhanças ou redundâncias que poderiam prejudicar a organização e a interpretação dos resultados. Por exemplo, as categorias referentes a “Competição” e a “Legitimidade/ Reputação” foram agrupadas sob a nova denominação de “Competitividade e Legitimidade Institucional”. Esse agrupamento permitiu entender de forma mais integrada a busca das universidades por diferenciação institucional, fortalecimento da imagem e conquista de legitimidade, aspectos que estão diretamente relacionados à participação nos rankings de sustentabilidade.

Da mesma forma, as categorias “Legislação” e “Órgãos Regulatórios e Governo” foram combinadas, originando a categoria “Regulação e Exigências Legais”. Essa nova categoria reflete as normativas e critérios dos órgãos reguladores que influenciam diretamente a participação das universidades nos rankings, seja por meio de regulamentações específicas ou pela necessidade de atender a critérios legais e governamentais para garantir a conformidade com políticas públicas e normas.

Por fim, foi mantida a categoria “Alianças Estratégicas e Financiamento”, que destaca a relação entre a colaboração interinstitucional e o acesso a recursos financeiros para projetos sustentáveis, evidenciando que as universidades podem se beneficiar de parcerias estratégicas com outras instituições de ensino, governos, órgãos de fomento ou empresas.

Assim, o quadro 07 apresenta as categorias finais utilizadas na análise de conteúdo das entrevistas, organizando os fatores que influenciam a participação das universidades nos rankings de sustentabilidade identificados no estudo. Essa reorganização permitiu uma compreensão mais abrangente das dinâmicas envolvidas, conectando aspectos teóricos e empíricos para enriquecer as análises e as discussões realizadas.

Quadro 07: Categorias finais

Categorias	Descrição	Referência Teórica
Competitividade e Legitimidade Institucional	Fatores relacionados com a busca pelo reconhecimento e fortalecimento da imagem institucional e melhoria do posicionamento da universidade em relação a outras instituições, tanto em nível nacional quanto internacional.	Malik et al. (2020); Desai e Madsen (2021); Peterson e Laird (2020); Salvioni et al. (2017). Jódar e De la Poza (2020)
Regulação e Exigências Legais	Normas, legislações e exigências do Governo e/ou órgãos reguladores que incentivam ou condicionam a participação das universidades nos rankings de sustentabilidade como forma de atender aos requisitos institucionais e demonstrar conformidade com diretrizes governamentais e políticas públicas.	Peterson e Laird (2020); Jodar et al. (2020) Sonetti, Lombardie Chelleri (2016)
Alianças Estratégicas e Financiamento	Parcerias com outras instituições de ensino, organismos internacionais, Poder público e empresas, que incentivam a troca de conhecimento e o fortalecimento da agenda sustentável, bem como o acesso a recursos financeiros e incentivos relacionados à sustentabilidade.	Peterson e Laird (2020) Sonetti, Lombardie Chelleri (2016)
Autoavaliação/ Planejamento Estratégico	Uso dos rankings como ferramentas de autoavaliação institucional, aproveitando os indicadores como norteadores de metas institucionais e aprimoramento contínuo das ações sustentáveis, permitindo que a instituição reestruture suas práticas com base nos resultados obtidos.	Dias Sobrinho (2003); Salvioni et al. (2017). Jódare De la Poza (2020)
Contribuição para o Ecossistema Regional	Participação nos rankings como forma de fortalecer a produção de dados regionais e colaborar para o desenvolvimento da região.	Sonetti, Lombardie Chelleri (2016)

Fonte: Autora

4. RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa organizados por instituição, a fim de proporcionar uma análise detalhada dos diferentes aspectos que influenciam a participação de cada universidade nos rankings internacionais de sustentabilidade. Com isso, busca-se facilitar a compreensão das especificidades de cada instituição, considerando seu histórico, estrutura e contexto de atuação.

Os resultados serão apresentados em três etapas para cada universidade. Primeiramente, a caracterização institucional, incluindo dados gerais sobre a instituição, sua estrutura, número de campi, perfil acadêmico e histórico. Em seguida, serão expostos os resultados da análise documental, abordando as iniciativas relacionadas à agenda da sustentabilidade, além do desempenho e trajetória da universidade nos rankings internacionais de sustentabilidade. Posteriormente, serão apresentados os resultados das entrevistas, destacando percepções e experiências dos responsáveis diretos pela participação das universidades nesses rankings. Por fim, será realizada uma análise crítica dos resultados, comparando as evidências documentais e as perspectivas dos entrevistados para uma compreensão mais aprofundada do tema.

4.1 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

4.1.1 Caracterização institucional

A UFPE foi fundada em 1946 e tem sua sede na cidade do Recife, contando ainda com dois campi no interior do estado, localizados nos municípios de Vitória de Santo Antão e Caruaru. Ao longo das últimas décadas, a instituição expandiu sua infraestrutura e oferta acadêmica, criando mais de 2.500 vagas em cursos de graduação e implantando mais de 30 novos cursos, como parte dos programas de interiorização do ensino superior e reestruturação das universidades federais (UFPE, 2024).

Atualmente, a UFPE reúne mais de 40 mil pessoas, incluindo docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes de graduação e pós-graduação, distribuídos em seus três campi. O Campus Recife abriga a Reitoria, nove Centros Acadêmicos, oito Órgãos Suplementares, além de instalações acadêmicas e administrativas, como o Centro de Convenções, a Concha Acústica, o Clube Universitário, a Creche Universitária, as Casas dos Estudantes Masculina e Feminina e o Restaurante Universitário. Fora do campus, também na capital pernambucana, estão o Centro de Ciências Jurídicas, o Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias, o Centro Cultural Benfica, o Memorial de Medicina e o Núcleo de Educação Continuada.

Já no interior do estado, a UFPE conta com o Centro Acadêmico do Agreste, localizado em Caruaru, e o Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão, situado na Zona da Mata Norte no município de Vitória de Santo Antão (UFPE, 2025).

O CAA foi o primeiro campus da UFPE fora da capital, inaugurado em março de 2006, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural da região devido à importância estratégica no agreste pernambucano, caracterizado por cadeias produtivas nas áreas da confecção e da agroindústria, além relevante centro regional de comércio e serviços. A estrutura acadêmica do campus está organizada em seis Núcleos de Ensino: Ciências Exatas e da Natureza, Ciências da Vida, Design e Comunicação, Formação Docente, Gestão e Tecnologia. Além da oferta de cursos, o campus conta com Laboratórios Integrados de Ciência e Tecnologia, destinados ao desenvolvimento de pesquisas, atividades de extensão e formação continuada, com o objetivo de fomentar a interiorização do conhecimento científico e contribuir para o desenvolvimento regional (UFPE, 2025).

Por sua vez, o Centro Acadêmico de Vitória (CAV), foi implantado em agosto de 2006 e sua estrutura acadêmica é composta por cinco núcleos de conhecimento que abrangem os cursos de Enfermagem, Nutrição, Licenciatura em Ciências Biológicas, Educação Física e Saúde

Coletiva, além de se destacar por seus programas de pós-graduação, que desempenham um papel relevante na ampliação da oferta de ensino superior na Zona da Mata de Pernambuco (UFPE, 2025).

Mais recentemente, em julho de 2024, o Governo Federal anunciou, no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), a criação de um novo campus da UFPE no município de Sertânia, no Sertão pernambucano. A previsão é de que o campus inicie suas atividades no segundo semestre de 2025, com a oferta inicial de quatro cursos de graduação. A implantação do campus no Sertão representa um novo avanço na política de interiorização da universidade, ampliando a presença do ensino superior público e gratuito.

4.1.2 Resultados apurados na análise documental

A sustentabilidade é reconhecida como um valor institucional da UFPE desde a publicação de seu Plano Estratégico Institucional (PEI) em 2013. A instituição tem desenvolvido iniciativas voltadas à sustentabilidade, com ênfase na dimensão ambiental, incluindo o Plano de Logística Sustentável (PLS), o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e a produção de guias e manuais elaborados pela Superintendência de Infraestrutura (SINFRA). Entre esses materiais, destaca-se o Manual de Sustentabilidade, que fornece diretrizes sobre o descarte correto de resíduos e promove boas práticas ambientais na universidade, incluindo um mapa dos pontos de coleta de resíduos como óleo de fritura, medicamentos, pilhas e baterias (UFPE, 2025).

Apesar dessas iniciativas, a análise documental revelou que a agenda de sustentabilidade da UFPE ainda não está plenamente integrada à sua comunicação institucional e que a presença do tema nos documentos institucionais ainda é limitada. No Relatório de Gestão de 2023 e no Relatório de Autoavaliação Institucional de 2024 (RAI), observa-se uma escassez de menções explícitas ao tema da sustentabilidade, sugerindo uma divergência entre a importância relatada

no planejamento estratégico e práticas sustentáveis realmente implementadas.

No que se refere à participação em rankings, foi possível encontrar menção sobre a presença da universidade em classificações gerais no RAI. O documento destaca que a UFPE:

“acompanha e divulga diversos índices e rankings, dentre eles, o Índice Geral de Cursos (IGC) do INEP/MEC, o QS World University Rankings (QS), o Times Higher Education World University Rankings (THE) e o Ranking Universitário Folha (RUF)” (RAI, 2023).

Entretanto, não foram identificadas referências à participação da UFPE em rankings de sustentabilidade em nenhum dos documentos analisados. Essa ausência pode ser atribuída ao fato de que a participação nestas classificações seja relativamente recente e ainda não se consolidou como uma prática institucionalizada.

A análise documental revelou ainda aspectos relacionados às categorias delimitadas nesta pesquisa (quadro 07) com relação aos fatores que podem influenciar a decisão institucional de participar de rankings. No que se refere à categoria “Competitividade e Legitimidade Institucional”, o RAI afirma que:

“Vários rankings nacionais e internacionais de universidades são divulgados anualmente e funcionam como uma espécie de selo de qualidade para as Instituições de Ensino Superior. Na produção de índices para construir estes rankings, as metodologias são as mais variadas, mas resultam no mesmo produto: números representando características específicas de uma instituição social, complexa e de alta relevância para a sociedade.” (RAI,2023)

E o documento também ressalta:

“Quando se trata de elencar IES, tais números têm a conveniência de tornar a comparação facilmente compreensível, analisar diversos aspectos que caracterizam as instituições, fornecer dados e informações sobre as universidades e até servir de benchmarking institucional.” (RAI,2023)

Ainda que esses trechos não se refiram diretamente aos rankings de sustentabilidade, eles sugerem que a participação da UFPE em classificações em geral é percebida como um meio de aprimorar o

posicionamento da universidade em relação a outras instituições, tanto no cenário nacional quanto internacional, além de ser estratégica para a consolidação de sua reputação acadêmica.

Como os documentos institucionais não fizeram referência aos rankings de sustentabilidade, nem demonstraram o histórico de participação da UFPE neste tipo de classificação, foi necessário recorrer aos sites oficiais dos três rankings estudados nesta pesquisa para mapear o desempenho da instituição. O quadro 08 apresenta o levantamento realizado do desempenho histórico da universidade nos rankings analisados.

Quadro 08: Desempenho da UFPE nos rankings internacionais de sustentabilidade

Ano	THE Impact	QS Sustentabilidade	GreenMetric
2011	-	-	150
2012	-	-	190
2013	-	-	262
2014	-	-	324
2015	-	-	391
2016	-	-	492
2017	-	-	598
2018	-	-	684
2019	-	-	-
2020	301 - 400	-	-
2021	301 - 400	-	-
2022	601 - 800	-	-
2023	401 - 600	1201+	-
2024	601 - 800	1201 - 1250	-

Fonte: Autora

Os dados indicam que a UFPE iniciou sua participação em rankings de sustentabilidade com o *GreenMetric*, onde esteve presente por oito edições. Neste ranking, que enfatiza aspectos operacionais e de

infraestrutura, a UFPE foi declinando de classificação gradualmente ao longo dos anos, culminando na posição 684 em 2018. Isto pode ter influenciado a decisão de encerrar a participação da instituição, ou ainda pode ter ocorrido uma mudança no foco estratégico da universidade para favorecer outras áreas não avaliadas por este ranking. Em todo caso, não foi possível identificar a causa por meio da análise documental

Após essa fase, a UFPE ingressou no THE Impact Rankings, experimentando flutuações em sua classificação ao longo dos anos. Essas variações podem estar associadas a mudanças nas políticas institucionais ou desafios em manter práticas consistentes alinhadas com os ODS. Recentemente, a universidade passou a integrar o QS World University Rankings: Sustainability, ainda em posições menos expressivas.

Em se tratando de critérios de escolha dos rankings, o único elemento encontrado nos documentos que esclarece o motivo da participação em um ranking específico é o trecho do RAI referente ao QS World University Rankings. Este trecho destaca que:

"O QS World University Rankings é um dos melhores e mais famosos rankings universitários internacionais. Trata-se de uma organização mundial sediada na Inglaterra que utiliza métodos de avaliação publicados desde 2004." (RAI,2023)

Embora não se refira diretamente ao QS World University Rankings: Sustainability, o texto indica que a escolha por este ranking se deve ao seu prestígio internacional e experiência em avaliações universitárias. Na fase seguinte da pesquisa, por meio de entrevista semiestruturada, procurou-se compreender de maneira mais aprofundada os fatores que influenciam essas escolhas e as estratégias adotadas pela UFPE.

4.1.3 Resultados apurados na entrevista

A entrevista realizada com a responsável pela gestão da participação da UFPE nos rankings de sustentabilidade revelou aspectos

importantes sobre os desafios e as estratégias adotadas pela instituição. A Coordenação de Informações Gerenciais (CGI), inserida na Diretoria de Avaliação Institucional e vinculada ao Gabinete do Reitor, lidera esse esforço. O setor conta com uma equipe composta por uma coordenadora e quatro técnicos, todos com formação em estatística.

A CGI tem como principal atribuição a coleta, análise e gestão de dados institucionais relacionados a discentes, docentes, técnicos administrativos e às atividades acadêmicas, de pesquisa e extensão. Essas informações são utilizadas tanto para divulgar as ações da universidade à sociedade quanto para atender às demandas dos órgãos reguladores, tais dados também são fundamentais para a participação nos rankings

A operacionalização da participação da UFPE nos rankings acadêmicos e de sustentabilidade envolve um processo estruturado de preenchimento de formulários e envio de informações institucionais às entidades responsáveis pela avaliação. A coleta de dados é realizada predominantemente por meio da pesquisa de informações numéricas já disponíveis no site da universidade.

Contudo, enfrentam-se desafios na obtenção de evidências, tais como relatórios e publicações institucionais, que são essenciais para validar as informações fornecidas. Segundo a entrevistada: "Todas as informações não numéricas necessitam de evidências. Então, precisamos, de alguma forma, mostrar e colocar um link que direcione à página ou ao documento pertinente." Ela reforça que "a universidade faz muitas coisas. Reconhecemos que há muitas iniciativas, mas o pessoal não se preocupa em fazer relatório, de evidenciar que faz" (Entrevistado 01).

Apesar da CGI possuir autonomia para reportar dados diretamente às organizações responsáveis pelos rankings, essa independência na compilação e envio das informações resulta em um processo de revisão que pode ser percebido como insuficiente. A entrevistada expressou preocupação, afirmando: "É muito desconfortante... porque fica assim, na

visão de uma só pessoa. Porque, geralmente, é um servidor que faz o apanhado. Eu, como coordenadora, preciso rever, e ver se concordo ou não" (Entrevistado 01). Esta citação sublinha a necessidade de se estabelecer mecanismos institucionais mais robustos para assegurar que múltiplos setores ou a alta gestão revisem e validem os dados antes de serem submetidos.

Dentro da universidade, a participação em rankings também é alvo de críticas por parte de alguns professores e gestores, que questionam sua real utilidade. Estes argumentam que os rankings podem não refletir adequadamente as especificidades de uma universidade pública brasileira, levantando dúvidas sobre a real viabilidade dessas avaliações.

“Uns dizem que a gente não deve ser pautado por ranking. Porque o ranking gera competição, porque isso não reflete o trabalho da universidade, porque a universidade pública tem outros interesses. O interesse não está na questão só de desempenho bom, é o interesse social..” (Entrevistado 01).

A crítica encontra respaldo na literatura, que destaca a necessidade de indicadores que sejam comparáveis internacionalmente, respeitando as particularidades regionais, propiciando uma avaliação mais equitativa entre instituições que operam em contextos socioeconômicos distintos (Veidemane, 2022). Essa diferença entre a proposta dos rankings e a realidade das instituições brasileiras questiona a validade dos indicadores utilizados.

“Acho que eles se sentem incomodados porque é uma instituição de fora avaliando a universidade. Então, sem reconhecer, de fato, a realidade da universidade. Talvez se fosse um ranking... Nacional. Feito por uma instituição nacional. E levasse em conta todas as nuances de uma universidade pública brasileira, talvez fosse mais aceito.” (Entrevistado 01).

Essa ambiguidade gera um paradoxo institucional: enquanto alguns gestores e docentes criticam a influência dos rankings sobre o planejamento estratégico da universidade, há uma expectativa por um bom desempenho quando os resultados são divulgados. "Fica até parecendo uma coisa contraditória. Porque eles criticam para não fazer o

planejamento pautado por ranking, mas, quando saem os rankings, querem estar bem" (Entrevistado 01).

A diferença de atenção dada aos rankings gerais em comparação aos específicos de sustentabilidade pode explicar por que há uma carência de informações relacionadas a este último tipo de classificação nos documentos institucionais, mesmo que tal temática tenha sido destacada como um valor institucional da UFPE desde 2013. Conforme a entrevistada apontou, a atenção dada aos rankings gerais difere dos rankings de sustentabilidade.

"No começo, a gente não tinha resultado de sustentabilidade. A primeira vez, a gente participou em 2019. Demorava para sair o resultado. E assim... A gente nunca fez um levantamento como é que está o nosso desempenho. Assim... Mais próximo. Feito os demais rankings. E que realmente a gente reconhece que precisa fazer esse acompanhamento mais próximo. Mas também ninguém pediu. Ninguém questiona. Então, não há o interesse. A gente não vê o interesse por parte da gestão nesses rankings específicos." (Entrevistado 01).

A entrevista permitiu aprofundar o entendimento sobre os fatores que influenciam a participação da UFPE nos rankings internacionais de sustentabilidade, evidenciando diferentes perspectivas relacionadas às categorias teóricas da pesquisa apresentadas no quadro 07.

A "Competitividade e Legitimidade Institucional" são fortes motivações para a UFPE participar dos rankings. A entrevistada mencionou a prioridade atribuída aos rankings QS e THE, que são considerados os mais importantes de acordo com a instituição: "Vamos focar nos dois principais, o QS e o THE, que são os mais badalados" (Entrevistado 01). Além disso, parece haver uma pressão por um bom desempenho nas classificações, segundo a entrevistada: "Toda vez, que sai resultado de um, vem aquela questão, e aí? a UFPE como é que está?" (Entrevistado 01). Esta pressão pode ser oriunda de múltiplos fatores externos e internos, pois mesmo nem sempre compreendendo a relevância dos rankings, os gestores parecem reconhecer sua importância como medida de legitimidade e reconhecimento institucional.

Embora não tenham sido percebidos benefícios concretos ou parcerias específicas decorrentes da participação nos rankings de sustentabilidade: "Eu não tenho essa informação. Se existe, não repassam para a gente" (Entrevistado 01), levantando questionamentos sobre como os resultados dos rankings são utilizados estrategicamente pela universidade, as classificações são reconhecidas como ferramentas para fortalecer a imagem institucional, facilitando parcerias e alianças estratégicas:

"Se você está entre as melhores colocadas, você tem muito mais visibilidade, muito mais reconhecimento. Ajuda no trabalho. No network de desenvolver trabalho com outras instituições. Eu acho que essa é uma das principais, se não a principal importância do ranking" (Entrevistado 01).

No que se refere ao uso dos rankings como ferramenta de autoavaliação e planejamento estratégico UFPE, a entrevistada destacou que, no início da participação nos rankings e quando tal responsabilidade passou a ser da CGI, houve uma solicitação para monitorar os resultados de modo estratégico:

"Monitorar os resultados, mas de forma que fizesse uma projeção... não só para ver se caiu ou subiu, mas para a gente conseguir detectar onde era que a gente estava indo mal, onde é que a gente estava indo bem e o que a gente deveria fazer para conseguir ter resultados melhores" (Entrevistado 01).

Esse trecho indica que, embora a universidade esteja empenhada em utilizar os rankings para autoavaliação, encontra-se ainda em uma fase inicial de amadurecimento nesse esforço.

Ao ser questionada sobre a existência de alguma obrigatoriedade legal ou regulatória recomendando a participação nos rankings, a entrevistada informou: "Não tem. Não tem normativo" (Entrevistado 01). Sugerindo que participação impulsionada por um movimento proativo e voluntário da universidade em posicionar-se melhor no cenário acadêmico. Já a categoria que aborda a contribuição para o ecossistema regional não foi diretamente mencionada durante a entrevista. O quadro 09 apresenta um resumo dos achados da entrevista.

Quadro 09: Resumo dos achados da UFPE

Categorias	Resumo dos achados - UFPE
Competitividade e Legitimidade Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Escolha dos rankings QS e THE por serem considerados os mais importantes pela instituição; • Há pressão interna para bom desempenho nas classificações; • Professores e gestores parecem reconhecer a importância dos rankings como medida de legitimidade e reconhecimento institucional.
Regulação e Exigências Legais	<ul style="list-style-type: none"> • Não há exigência legal. A participação nos ranking é voluntária.
Alianças Estratégicas e Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> • Os rankings são reconhecidos como potencial facilitador de parcerias, mas sem evidências específicas de impacto até o momento.
Autoavaliação/ Planejamento Estratégico	<ul style="list-style-type: none"> • A instituição está em processo de amadurecimento para utilizar os rankings na identificação de áreas de melhoria e estratégias de ação.
Contribuição para o Ecossistema Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Não houve menção

Fonte: Autora

Em síntese, a análise dos dados coletados na entrevista destaca que a participação da UFPE em rankings internacionais de sustentabilidade é guiada majoritariamente por motivações internas de competitividade e planejamento estratégico, sem a presença de pressões regulatórias obrigatórias. Enquanto a universidade busca aumentar sua visibilidade e legitimar seu reconhecimento no cenário acadêmico global, ainda enfrenta desafios na tradução desses esforços em benefícios concretos e parcerias estratégicas. Além disso, a ausência de uma estratégia clara para alavancar os resultados dos rankings em contributos diretos para o ecossistema regional revela uma área potencial para desenvolvimento.

Estes achados proporcionam uma base para discussões que serão realizadas na seção específica dedicada a esse propósito. Nessa parte do trabalho, as categorias serão analisadas de acordo com a literatura pesquisada, procurando identificar as implicações dos achados no

contexto institucional e permitindo compreender o alinhamento ou divergência com as outras universidades federais estudadas.

4.2 Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

4.2.1 Caracterização institucional

A UFRPE foi fundada em 1912, tem sede em Recife e opera também a partir de diversos campi e unidades acadêmicas situados nos municípios de Belo Jardim, Serra Talhada e Cabo de Santo Agostinho, além de centros de pesquisa que se espalham pelo interior do estado (UFRPE, 2024). Atualmente, a universidade abriga um corpo docente e administrativo composto por mais de 1.200 docentes e mais de mil servidores técnicos administrativos, atendendo aproximadamente 17 mil estudantes matriculados (UFRPE, 2024).

Entre os serviços que a UFRPE oferece à sua comunidade acadêmica, destacam-se o Restaurante Universitário, que proporciona alimentação balanceada a preços acessíveis para estudantes, docentes e servidores. O Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) facilita o acesso a uma vasta coleção de acervos bibliográficos necessários ao ensino e pesquisa. A Editora Universitária apoia a publicação de obras acadêmicas e científicas, contribuindo para a disseminação do conhecimento produzido pela instituição. Além disso, o Hospital Veterinário serve tanto ao propósito educacional quanto ao atendimento ao público, oferecendo cuidados veterinários e operando como um importante centro de prática e pesquisa para estudantes e profissionais da área.

No que diz respeito à sua oferta acadêmica, a UFRPE proporciona diversos programas de graduação, com mais de 3.500 vagas disponibilizadas anualmente por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). (UFRPE, 2024).

Inicialmente, a instituição surgiu da fusão das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária, originalmente estabelecidas no Mosteiro de São Bento, em Olinda. Em 1936, passou a se chamar Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (ESAP), sob administração

estadual. Mais tarde, em 1947, a ESAP foi unida a três institutos de pesquisa: o Instituto de Pesquisas Agronômicas, o Instituto de Pesquisas Zootécnicas e o Instituto de Pesquisas Veterinárias, formando a Universidade Rural de Pernambuco (URP). O título atual, Universidade Federal Rural de Pernambuco, foi adotado em 1967 quando a instituição foi incorporada ao Ministério da Educação (UFRPE, 2024).

Nos anos 1970 a 1990, houve uma significativa ampliação dos cursos de licenciaturas, e no início dos anos 2000, foi intensificado o processo de interiorização, que resultou na criação de unidades acadêmicas em Garanhuns e Serra Talhada, a última inaugurada em 2006. A educação a distância (EaD) foi também uma inovação significativa com a criação da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UEADTec). Posteriormente, em 2014, a Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (UACSA) foi estabelecida, oferecendo cursos de Engenharia com foco nas necessidades do polo industrial de Suape. A unidade mais recente, localizada em Belo Jardim, foi inaugurada em 2017, ampliando ainda mais a presença da UFRPE no interior pernambucano (UFRPE, 2024).

4.2.2 Resultados apurados na análise documental

O modelo de gestão da sustentabilidade da UFRPE parece estar alinhado à estratégia da instituição, conforme evidenciado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021-2030, onde a sustentabilidade é destacada como um valor institucional, e ainda nas diversas menções em documentos institucionais sobre iniciativas que integram a sustentabilidade nos aspectos operacional e educacional da universidade.

Além disso, conforme destacado no Relatório de Gestão 2024, a instituição desenvolve um processo participativo envolvendo a alta gestão e representantes de diversos setores, por meio das Comissões Mobilizadora e Executiva do Projeto UFRPE Sustentável, estabelecidas pela Resolução n° 151/20215 do Conselho Universitário (CONSU/UFRPE) (RG UFRPE, 2024). Este projeto, criado em 2015, tem

como objetivo estabelecer um arcabouço e uma dinâmica organizacional favoráveis à construção e adoção da gestão sustentável na universidade. (Projeto UFRPE sustentável, 2015).

O projeto segue diretrizes da legislação federal sobre sustentabilidade socioambiental e da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), tendo como principal instrumento o Plano de Logística Sustentável (PLS), que está associado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme o Relatório de Gestão 2024.

“O Plano objetiva implementar cultura e práticas que promovam a sustentabilidade do ponto de vista organizacional na instituição, a partir de seu planejamento de médio prazo. É composto por 31 metas distribuídas em 6 eixos temáticos, que abordam as dimensões ambiental, social e econômica da sustentabilidade. Além disso, alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU” (RG UFRPE, 2024).

De acordo com a análise documental, a UFRPE tem ampliado seus esforços na agenda da sustentabilidade, com políticas institucionais alinhadas aos ODS da ONU. De acordo com o Relatório de Gestão:

“Em 2024, a instituição recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o Selo ODS Educação, com 47 iniciativas contempladas, um aumento de 261% em relação a 2023. As iniciativas apresentam impactos na maioria dos ODS e atuam em prol da melhoria da qualidade de vida da comunidade em que se inserem” (RG UFRPE, 2024).

O Selo ODS reconhece o trabalho de organizações educacionais, públicas e privadas, que contribuem com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estimulando participação em ações que auxiliem no alcance das metas da Agenda 2030, em especial o ODS-4: Educação de Qualidade.

Além do Selo ODS, a UFRPE participa de vários rankings nacionais e internacionais, e seu desempenho recebe destaque nos documentos analisados, sugerindo que a instituição considera importante participar dessas classificações e mencioná-las em seus documentos institucionais.

“A UFRPE manteve o 1o lugar nacional no ranking de transparência ativa ao cumprir com 100% dos itens exigidos pela Controladoria Geral da União (CGU) (RG UFRPE, 2024)”

“O índice de satisfação dos usuários expostos na Plataforma Fala.BR registra a média de 4.63 / 5.00, cujos indicadores estão relacionados à completude e à fácil compreensão das respostas, colocando a UFRPE em 84o no ranking de satisfação entre as 313 instituições avaliadas no Painel da Lei de Acesso à Informação” (RG UFRPE, 2024).

No âmbito dos rankings de sustentabilidade, a instituição participa exclusivamente do THE Impact Rankings. Esta escolha parece estar fundamentada na metodologia do ranking, que se concentra na avaliação dos esforços universitários globais em relação ao cumprimento dos ODS. Tal alinhamento sugere um posicionamento estratégico e coerente da universidade, uma vez que seus documentos institucionais indicam um direcionamento dos esforços da UFRPE para atender aos parâmetros dos ODS, bem como a divulgação do desempenho da instituição aos longo dos anos neste ranking: “No THE Impact Rankings 2023, a instituição alcançou a 4ª colocação geral entre as universidades nordestinas” (RAI UFRPE, 2023), e ainda: “Em 2024, a UFRPE ficou em 3º lugar geral dentre as instituições federais de ensino do Nordeste no THE Impact Rankings” (RG UFRPE, 2024).

Na edição de 2024, a UFRPE obteve dois destaques (Figura 14): o mundial no ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, alcançando a 86ª posição entre mais de 2000 universidades de todo o mundo e o regional no ODS 17 - Parcerias e meios de implementação, ficando em 8º lugar entre as 20 universidades federais brasileiras participantes, sendo o 1º lugar entre as universidades federais do Nordeste (RG UFRPE, 2024).

Figura 14: Destaques recebidos pela UFRPE no THE Impact Ranking 2024



Fonte: Relatório de Gestão UFRPE, 2024

Com intuito de seguir um padrão na apresentação das informações referentes ao desempenho das universidades nos rankings de sustentabilidade estudados nesta pesquisa, elaborou-se a partir de dados dos sites de rankings, o quadro 10, que apresenta o desempenho histórico da UFRPE.

Quadro 10: Desempenho da UFRPE nos rankings de sustentabilidade

Ano	THE Impact	QS Sustentabilidade	GreenMetric
2022	801 - 1000	-	-
2023	1011 +	-	-
2024	1001 - 1500	-	-

Fonte: Autora

Os dados revelam um declínio na classificação global que contrasta com o destaque regional apresentado nos documentos institucionais, podendo indicar que a instituição prefere comparar-se com as universidades brasileiras e nordestinas, valorizando sua atuação regional. Considerando as categorias delineadas nesta pesquisa (quadro 07) sobre os fatores que influenciam a participação nos rankings, a

análise documental identificou que a UFRPE é majoritariamente influenciada por três das cinco categorias.

A categoria mais evidente é "Autoavaliação/Planejamento Estratégico". Os documentos institucionais destacam a utilização dos rankings como instrumentos de autoavaliação, empregando os indicadores para guiar metas institucionais e o aprimoramento contínuo das ações sustentáveis, possibilitando a reestruturação das práticas da instituição com base nos resultados alcançados.

Os documentos também refletem ponderações que atribuem os resultados ao amadurecimento institucional, ao mesmo tempo que reconhecem a necessidade de melhorias:

“O desempenho em sustentabilidade alcançado pela UFRPE em 2024 é resultado de um constante processo de amadurecimento das práticas institucionais ao longo do tempo, envolvendo a alta gestão e toda a comunidade universitária. É sabido que ainda há muito o que se avançar nessa temática, mas a Universidade vem assumindo o compromisso constante no sentido de institucionalizar a Agenda 2030, a partir de seu planejamento institucional, que apresenta a sustentabilidade como eixo estratégico, e do alinhamento crescente de suas políticas, programas e projetos institucionais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O compromisso da UFRPE com a sustentabilidade, embora evidente em iniciativas práticas e estratégicas, ainda enfrenta desafios na integração total ao planejamento e comunicação institucional. A análise documental realizada evidencia avanços consideráveis e sugere um panorama promissor, mas também identifica áreas de melhoria necessárias para que a instituição se destaque ainda mais no cenário global de sustentabilidade educacional.” (RG UFRPE, 2024).

Além disso, na categoria "Competitividade e Legitimidade Institucional", a UFRPE aparentemente busca reconhecimento e fortalecimento de sua imagem institucional, visando à melhoria de seu posicionamento nos rankings, especialmente no contexto regional.

No que se refere à categoria "Regulação e Exigências Legais", embora não haja menção à obrigatoriedade legal para participação nos rankings, a instituição parece relacionar práticas sustentáveis com os ODS e diretrizes governamentais, como a Agenda Ambiental na

Administração Pública e o Plano de Logística Sustentável. As demais categorias não foram identificadas na análise documental.

Na fase seguinte da pesquisa, com a realização de entrevistas semiestruturadas, pretendeu-se aprofundar a compreensão sobre os fatores que influenciam as escolhas e estratégias adotadas pela UFRPE com relação a estas classificações. Os resultados apurados serão apresentados na próxima seção.

4.2.3 Resultados apurados na entrevista

A entrevista realizada com a coordenadora de sustentabilidade da UFRPE, e principal responsável pela gestão da participação da universidade nos rankings de sustentabilidade, revelou aspectos sobre os desafios e estratégias da instituição na participação em rankings de sustentabilidade e suas percepções sobre tais classificações.

A Coordenadoria de Sustentabilidade, subordinada à Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão Estratégica (PROPLAN), tem a responsabilidade de estudar e propor programas e projetos de sustentabilidade que estejam alinhados com a realidade da UFRPE, além de integrar comissões responsáveis por planos estratégicos sustentáveis. Entre suas principais atribuições, destaca-se a gestão da execução do Plano de Logística Sustentável da UFRPE, oferecendo suporte às unidades organizacionais por meio da sistematização, monitoramento e avaliação das informações (UFRPE, 2024).

O setor também é responsável por conduzir a participação nos rankings de sustentabilidade juntamente com o Instituto de Inovação, Pesquisa, Empreendedorismo, Internacionalização e Relações Institucionais – Instituto IPÊ da UFRPE.

De acordo com a entrevistada, a unidade tem um perfil estratégico focado em planejamento e gestão, não sendo responsável pela execução direta das ações sustentáveis.

“A nossa estrutura organizacional favorece esse processo de inclusão dessas questões de sustentabilidade, inclusive considerar fatores externos, como os próprios rankings. A gente consegue levar isso para a discussão dentro dos processos de planejamento para a instituição. Por isso que foi pensada a coordenadoria dentro da Pró-Reitoria de Planejamento (Entrevistado 2).

A Coordenadoria de Sustentabilidade atua, portanto, como um eixo articulador, garantindo que a agenda sustentável permeie as diferentes áreas da universidade. Embora a coordenadoria possua um papel estratégico, a entrevistada destacou a sobrecarga de trabalho devido à limitação de pessoal. Desde sua criação em 2019, a coordenadoria tem sido operada com um número reduzido de servidores, o que tem afetado a capacidade de participação em outros rankings de relevância.

“A estrutura da coordenadoria tem o coordenador e duas sessões, mas hoje não são ocupadas, nunca foram, sempre teve só uma pessoa, desde que a coordenadoria foi criada em 2019 [...] essa questão de pessoal é, sim, um impedimento para que a gente consiga avançar em alguns pontos. A coordenadoria foi pensada num momento e não conseguiu preencher aquilo ali. Só que as demandas só vêm crescendo. E aí realmente está num nível de sobrecarga. Isso atrapalha que a gente consiga participar de mais rankings” (Entrevistado 2).

Atualmente, a instituição participa exclusivamente do THE Impact Rankings. De acordo com a entrevistada, a operacionalização da participação na classificação segue um processo estruturado de coleta, organização e submissão de dados.

“A gente lança a coleta de dados, manda por e-mail para todos os gestores, faz reuniões também, divulgando e explicando como é que deve ser feito o preenchimento. As evidências, é importante que elas sejam públicas, que, idealmente, sejam utilizados documentos institucionais” (Entrevistado 2).

A metodologia de coleta de dados passou por modificações recentes de modo a otimizar o processo, facilitar a categorização e garantir a qualidade das informações submetidas.

“Até o ano passado a gente utilizava uma planilha, era muita informação e alguns itens eram divididos, dois setores falavam a mesma coisa, aí já aconteceu de um apagar a informação do outro, então o que a gente transformou a planilha em Google Forms, direcionou um Forms por setor e foi botando lá os quesitos que a gente achava”(Entrevistado 2).

As informações são analisadas em conjunto com o Núcleo de Internacionalização, garantindo a precisão e a pertinência dos dados submetidos aos rankings.

“O Núcleo de Internacionalização (Ninter) e a Coordenadoria de Sustentabilidade se reúnem, e fazem o tratamento desses dados, verificam se esses links realmente estão funcionando, se as respostas realmente atendem ao que a gente acha que eles esperam que a gente responda, se precisar, a gente retorna o contato com o setor para poder fazer alguma confirmação” (Entrevistado 2).

No que se refere à interação com a alta gestão, a coordenadoria de sustentabilidade tem autonomia para conduzir o processo de coleta e submissão dos dados dos rankings.

“Então a gente tem esse envolvimento direto da alta gestão, por meio também dessa estrutura de governança que a gente criou a partir desse projeto, o UFRPE Sustentável. E aí a coordenadoria de sustentabilidade é delegada para conduzir esse processo, e a gente tem autonomia para conduzir, é porque a pró-reitoria de planejamento tem autonomia para conduzir esses processos, de coleta de dados” (Entrevistado 2).

Isso se deve ao fato de que os gestores já estão inseridos no processo de coleta, garantindo legitimidade às informações submetidas.

“No caso do ranking, uma vez que são os gestores que estão dando, disponibilizando esses dados, a gente não passa por uma outra etapa antes de submeter, não. A gente considera que aqueles dados são os dados que o setor tem, só trata e submete” (Entrevistado 2).

A cada novo ciclo, notam-se melhorias nas informações submetidas, evidenciando um amadurecimento organizacional. Esse progresso não apenas fortalece a capacidade da universidade de responder adequadamente às exigências dos rankings, mas também promove uma cultura de autoavaliação e análise crítica dos seus processos internos.

“A cada ano a gente faz sempre mais ou menos os mesmos dados, e aí eu consigo perceber até, inclusive, que alguns setores, de um ano para o outro, me disponibilizam uma informação que no ano anterior não tinha, porque ele percebeu que aquilo ali ele conseguia fazer” (Entrevistado 2).

Este aprendizado institucional é fundamental, pois aproxima a universidade dos seus objetivos estratégicos de sustentabilidade, proporcionando um ambiente de melhoria contínua, onde os resultados são usados para refinar as estratégias, podendo ser percebido, inclusive, na escolha dos rankings.

“Com o selo ODS foi assim, a reitoria tomou conhecimento, se interessou, entrou em contato com a pró-reitoria, que apresentou a demanda para a coordenadoria. A gente avaliou e desde 2022 a UFRPE participa do selo ODS [...] eu acredito que com o ranking deve ter acontecido da mesma forma” (Entrevistado 2).

A entrevista com a coordenadora de sustentabilidade permitiu identificar os principais fatores que motivam a participação da UFRPE em rankings de sustentabilidade, conforme categorizado no quadro 07. A categoria mais destacada foi "Autoavaliação/Planejamento Estratégico".

“Quando a gente pensa em sustentabilidade é tanta coisa e a gente ter métricas definidas que estão prontas para a gente e a gente conseguir pegar aquilo ali e começar a utilizar internamente, facilita esse processo. Então, são métricas que foram estudadas, tem todo um embasamento teórico. Então, acho que isso também conta muito para que a gente participe” (Entrevistado 2).

A entrevistada ressaltou que participar dos rankings é visto como uma oportunidade para diagnóstico e melhoria contínua da instituição. Assim, os rankings são utilizados como uma ferramenta essencial para identificar pontos fortes e áreas que necessitam de aprimoramento, sendo integrados ao planejamento estratégico dos setores. Conforme destacado: "a gente orienta inclusive os setores para utilizarem o ranking nos seus planejamentos" (Entrevistado 2).

“Eu gosto de olhar para os rankings como algo de autoavaliação e autoconhecimento para que a gente consiga melhorar, como eu falei no início. Toda vez que eu me reúno com os gestores e a gente tem a oportunidade de discutir essa questão da nossa participação nos rankings e outras premiações desse tipo eu sempre coloco muito assim, isso é uma oportunidade de aprendizado organizacional” (Entrevistado 2).

No que se refere à categoria “Competitividade e Legitimidade Institucional”, embora a competitividade seja um aspecto inerente aos

rankings, a coordenadora ressalta que o mais importante é a troca positiva entre instituições: “Eu, particularmente, não gosto de olhar os rankings como algo competitivo.” (Entrevistado 2). Entretanto a credibilidade dos rankings é essencial, pois a universidade só busca participar de rankings que ofereçam uma verificação relevante e que justifiquem o esforço investido.

“A gente não vai participar de qualquer ranking, a gente não vai participar de qualquer premiação ou certificação. A gente tem que validar também aquilo ali, se faz sentido, se vai ser um esforço que a gente vai estar colocando naquilo ali.[...] Nós somos uma instituição de ensino, então temos que prezar por essas questões também” (Entrevistado 2).

Além da legitimidade validada pela adesão por parte de outras universidades surge como fator relevante, no entanto, a limitação de servidores na equipe torna-se um obstáculo para esta ampliação de participação.

“A gente gostaria muito, por exemplo, de participar do Green Metrics. Porque a gente faz parte da rede de universidades, a Rede Uni Sustentável. O pessoal se movimenta muito com relação ao Green Metrics, mas não tenho força de trabalho, apoio, para conseguir agregar mais um ranking” (Entrevistado 2).

Fica claro ainda que as comparações regionais e nacionais com outras instituições são feitas de forma construtiva, com o objetivo de evidenciar áreas a melhorar, sem deixar de valorizar a trajetória de crescimento da universidade.

“Eu acho que é importante, sim, que as instituições participem desses rankings, para a gente se conhecer, para a gente conhecer outras instituições, se comparar, mas no sentido positivo de comparação, de entender o que minha irmã está fazendo e será que eu posso fazer, será que a gente pode se aproximar para poder entender como é que isso é feito, né? E se fortalecer a partir disso, né? Utilizar os rankings como algo para fortalecer a atuação da instituição” (Entrevistado 2).

Esses fatores combinados configuram uma competitividade saudável e a legitimidade institucional que impulsionam a participação da UFRPE nos rankings, não apenas pela busca de reconhecimento, mas

também pela integração dessas práticas com sua agenda institucional de sustentabilidade.

Já com relação a categoria “Alianças Estratégicas e Financiamento”, a entrevistada não soube informar diretamente, mas mencionou que o setor de Internacionalização poderia disponibilizar informações mais detalhadas.

“Eu não vou saber dizer. Talvez a internacionalização consiga responder melhor essa questão do impacto com relação a parcerias internacionais. [...] Que eu tenha conhecimento, não. Mas pode ser que exista” (Entrevistado 2).

Já a categoria que aborda a contribuição para o ecossistema regional não foi diretamente mencionada durante a entrevista. O quadro 11 apresenta um resumo dos achados da entrevista.

Quadro 11: Resumo dos achados da UFRPE

Categorias	Resumo dos achados - UFRPE
Competitividade e Legitimidade Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • A participação nos rankings é vista como uma oportunidade para reforçar a legitimidade institucional • A credibilidade dos rankings é essencial, pois a universidade só busca participar de rankings que ofereçam uma verificação relevante e que justifiquem o esforço investido. • As comparações regionais e nacionais com outras instituições são feitas de forma construtiva, com o objetivo de evidenciar áreas a melhorar, sem deixar de valorizar a trajetória de crescimento da universidade.
Regulação e Exigências Legais	<ul style="list-style-type: none"> • Embora não tenha sido destacada especificamente na entrevista, a adesão a rankings pode indiretamente ajudar a universidade a se alinhar com normas e exigências legais relacionadas à sustentabilidade, refletindo seu compromisso com a responsabilidade socioambiental.
Alianças Estratégicas e Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> • A entrevistada menciona a possibilidade de parcerias estratégicas através do setor de Internacionalização, embora detalhes específicos não tenham sido aprofundados no diálogo. • A colaboração com redes internacionais, como a UNAI, é citada como parte das estratégias de alinhamento.
Autoavaliação/ Planejamento Estratégico	<ul style="list-style-type: none"> • Participar dos rankings é visto como uma oportunidade para diagnóstico e melhoria contínua da instituição.

Categorias	Resumo dos achados - UFRPE
	<ul style="list-style-type: none"> Os rankings são percebidos como ferramenta de suporte no planejamento estratégico por terem metodologias embasadas teoricamente.
Contribuição para o Ecosistema Regional	<ul style="list-style-type: none"> Não houve menção

Fonte: Autora

A análise dos dados obtidos pela entrevista evidencia que a participação da UFRPE em rankings de sustentabilidade é principalmente orientada por motivações internas, com ênfase na autoavaliação e no planejamento estratégico. A instituição se empenha em usar os rankings como ferramentas de diagnóstico para identificar áreas de melhoria e reforçar suas práticas sustentáveis. Contudo, apesar desses esforços, a universidade ainda encontra desafios ao traduzir os resultados desses rankings em exemplos concretos de parcerias estratégicas efetivas e contribuições tangíveis para a universidade.

Na seção de discussões, os achados serão contrastados com a literatura existente para explorar suas implicações no contexto institucional da UFRPE. A análise permitirá verificar o alinhamento ou a divergência da universidade em relação a outras instituições federais.

4.3 Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

4.3.1 Caracterização institucional

A Univasf foi instituída por meio da Lei nº 10.473, de 27 de junho de 2002, como a primeira universidade federal do Brasil com a característica institucional multicampi, voltada especificamente para o desenvolvimento regional. Com sede em Petrolina, no estado de Pernambuco, a Univasf estende sua área de atuação para o Semiárido nordestino. Tal abrangência engloba oito estados do Nordeste brasileiro, além de regiões do norte de Minas Gerais, promovendo a inserção do ensino superior em uma vasta área caracterizada por desafios climáticos e sociais únicos (Univasf, 2023; Univasf, 2024).

A estrutura multicampi, princípio fundamental da Univasf, iniciou-se com a implantação dos campi em Petrolina (PE), Juazeiro (BA) e São Raimundo Nonato (PI). Posteriormente, houve expansão com a criação do campus Senhor do Bonfim (BA), do campus Paulo Afonso (BA) e, mais recentemente, do campus Salgueiro (PE). Esta expansão reflete os esforços da instituição para consolidar sua presença em áreas estratégicas, promovendo acesso e interiorização do ensino superior (Relato Integrado Univasf, 2023). Com isso, a universidade conta atualmente com seis campi distribuídos entre os estados de Pernambuco, Bahia e Piauí, atendendo uma comunidade acadêmica próxima de 7.500 estudantes, com suporte de 851 servidores, entre docentes e técnicos-administrativos (Univasf, 2024).

A Univasf estrutura-se administrativamente por meio de uma gestão discricionária, conduzida pela Reitoria e outra colegiada, operacionalizada por dois Conselhos Superiores: a) Conselho Universitário (Conuni), com funções deliberativas, normativas, consultivas e de planejamento e b) Conselho de Curadores, que atua como órgão consultivo e deliberativo em questões de fiscalização econômico-financeira (Univasf, 2023).

Academicamente, a Univasf organiza-se em Colegiados Acadêmicos, os quais são responsáveis por deliberar e gerir as atividades relativas ao ensino, pesquisa, inovação e extensão. Esses colegiados promovem a formação integral dos estudantes e o fortalecimento das relações da universidade com a comunidade (Univasf, 2023).

Atualmente, a universidade oferece uma diversificada gama de cursos de graduação e pós-graduação. São ofertados 31 cursos de graduação presencial, divididos em 25 bacharelados e 6 licenciaturas, além de 6 cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD), dos quais 1 é bacharelado e 4 licenciaturas. Também são oferecidos 2 cursos de licenciatura pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). No nível de pós-graduação, a Univasf disponibilizou, no ano de 2023, 11 cursos de especialização (4 EAD e 7 presenciais), 17 mestrados,

4 doutorados e 16 cursos de residência, totalizando 1.414 discentes vinculados a programas de especialização e pós-graduação (Relato Integrado Univasf, 2023).

Além disso, a Univasf desempenha um papel essencial no desenvolvimento sustentável do Semiárido, promovendo pesquisas e inovações em temáticas relevantes como gestão de recursos hídricos, agricultura resiliente, energias renováveis e preservação do bioma Caatinga. A estrutura multicampi e a amplitude de atuação demandam da universidade uma gestão complexa e desafiadora (Univasf, 2024).

4.3.2 Resultados apurados na análise documental

A análise documental aponta que a Univasf tem realizado esforços para avançar em sua responsabilidade socioambiental, mas que ainda enfrenta desafios significativos relacionados à continuidade e institucionalização de suas práticas. Embora o Relatório Integrado de 2023 destaque a importância do tema, as ações de sustentabilidade na universidade frequentemente são pontuais e carecem de continuidade.

“É imperativo, nos momentos atuais, que as Universidades Federais se engajem em políticas de desenvolvimento voltadas para o não desperdício, a conservação dos recursos naturais e a atenção para uma cultura de gestão sustentável. Estas instituições apresentam um papel ímpar, pois impulsionam o desenvolvimento econômico, geram novos conhecimentos, transmitem experiências, possibilitando as mudanças de comportamento. Isto é, possuem responsabilidade social voltada para a formação de pessoas conscientes da importância de assegurar a sustentabilidade das futuras gerações” (Relato Integrado. 2023)

No documento "Univasf em Números 2012 - 2019: Dados e Ações da Gestão Universitária", publicado em 2020, é possível traçar a evolução das ações de sustentabilidade da universidade. O Programa de Gestão Socioambiental, ativo desde 2013, foi criado para diagnosticar práticas socioambientais e promover melhorias no uso dos recursos naturais. Uma das primeiras iniciativas foi a coleta seletiva, iniciada em 2014 com a aquisição de coletores e a assinatura de um acordo de cooperação técnica com uma cooperativa de catadores em 2015.

Em 2016, a campanha "Univasf Sustentável" foi lançada, posteriormente tornando-se o nome oficial do programa socioambiental da universidade (Univasf, 2020). Em 2018, foi publicada a primeira edição da cartilha "Univasf Sustentável", que oferecia sugestões sobre a redução do uso de papel e energia. correu durante o período da pandemia da COVID-19. Essa edição incluiu orientações sobre como aplicar os "5 Rs" (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar) no ambiente doméstico. Além disso, ampliou seu foco ao oferecer sugestões sobre a gestão do tempo no contexto do trabalho remoto. Embora essas adições tenham se afastado do foco central de sustentabilidade, elas podem ter ocorrido como uma adaptação necessária às condições impostas pela pandemia.

A análise documental evidencia descontinuidades em determinadas iniciativas sustentáveis da instituição, tais como a campanha de distribuição de canecas. Essa campanha, que teve início com a distribuição de 860 canecas em 2013, reduziu para apenas 26 canecas em 2019. Esse declínio sinaliza desafios financeiros, conforme ilustrado no relato integrado de 2023:

“Em 2013 a Univasf iniciou a distribuição de canecas sustentáveis para os servidores, produzidas através do artesanato de cerâmicas da Serra da Capivara. No entanto, com o passar dos anos, a atividade foi descontinuada, pois apesar da alta qualidade, as canecas de cerâmica apresentam um preço elevado nos dias atuais, não havendo viabilidade para novas aquisições. Dessa forma, a aquisição dos copos plásticos descartáveis continuou gerando custos permanentes para a universidade.” (Relato integrado, 2023)

Outro fator que afetou o programa foi a reestruturação interna, que levou à extinção da coordenação de gestão ambiental. Essa mudança organizacional interrompeu algumas atividades críticas e retardou a implementação de novas iniciativas devido à falta de estrutura e planejamento estratégico:

“Devido a reestruturação da equipe da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI), em maio de 2022 durante a gestão pró-tempore, que ocasionou a extinção da coordenação de gestão ambiental, as atividades vinculadas ao programa

Univasf Sustentável, voltadas a atender a pauta de sustentabilidade da instituição, foram paralisadas. Essa conjuntura, por exemplo, não permitiu a construção de um novo Plano de Logística Sustentável o que, por tabela, afetou qualquer possibilidade de intervenção, dada a ausência do plano que as estrutura.” (Relato Integrado. 2023)

Além disso, houve interrupções na continuidade da A3P. Embora a universidade tenha feito esforços para dar prosseguimento extraoficial a essas atividades, dificuldades estruturais e administrativas com a cooperativa parceira impediram o avanço dessas iniciativas.

“Durante o ano de 2023 tentou-se de pronto reativar a retomada da coleta seletiva, ainda que de forma extra-oficial dado a impossibilidade administrativa de construção e publicação de edital para consolidação dos convênios com as cooperativas formalmente constituídas na região. No entanto, em virtude de problemas estruturais e administrativos por parte da cooperativa acordada, as atividades acabaram não sendo efetivadas. De todo modo, o ano de 2024 se inicia com a publicação do Edital No 01/2024/DDI que trata do chamamento público com vistas a efetivar o convênio com as cooperativas ativas e em situação regular.” (Relato Integrado. 2023)

Apesar de não haver menção com relação à participação em rankings de sustentabilidade nos documentos institucionais, a Univasf estreou recentemente no ranking internacional UI GreenMetric, sendo a única universidade federal de Pernambuco a participar dessa avaliação no momento. Em sua primeira participação, a instituição alcançou a 847ª posição, um resultado significativo considerando que a universidade ainda está em processo de estruturação de sua agenda sustentável (UI GreenMetric, 2024).

A ausência de menções explícitas ao ranking nos documentos analisados pode ser atribuída à sua recente participação, o que limita a disponibilidade de informações detalhadas. Devido a essa lacuna, nesta etapa da pesquisa não foi possível identificar os fatores que influenciaram a participação da universidade ou relacioná-los com as categorias investigadas (quadro 07). Para aprofundar essa análise, a fase seguinte da investigação foi direcionada à coleta de informações mais detalhadas,

permitindo uma compreensão ampliada sobre o posicionamento da Univasf nessas classificações

4.3.3 Resultados apurados na entrevista

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI), vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI), é a unidade responsável pela operacionalização da participação da Univasf no ranking de sustentabilidade. A entrevista realizada com o diretor da unidade revelou informações importantes sobre os desafios enfrentados e as práticas adotadas pela universidade nesse contexto.

A DDI acumula responsabilidades significativas, como as ações estratégicas de planejamento e gestão de riscos, além das iniciativas sustentáveis, conforme ressaltado pelo entrevistado:

“A DDI tem dois grandes braços, digamos assim. Ela é mais conhecida pela parte da sustentabilidade, que é o que mais atinge a comunidade, mas talvez a incumbência mais importante da DDI seja zelar pela estratégia da Universidade, que a gente cuida do planejamento estratégico, do PDI, da gestão de riscos. [...] Só que ao longo dos anos, a DDI também assimilou a responsabilidade da sustentabilidade” (Entrevistado 03).

De acordo com o entrevistado, as limitações financeiras e estruturais se apresentam como desafios determinantes na priorização das ações da universidade, com impacto direto na sua capacidade de dar andamento à pauta de sustentabilidade.

“A Universidade está passando por um momento especialmente complicado. [...] ainda que a gente saiba a importância da sustentabilidade, e não só sustentabilidade ambiental, sustentabilidade organizacional em todos os âmbitos, quando se vai pensar no orçamento, "o lençol é curto", porque aqui os gestores vão priorizar a bolsa do aluno que precisa se manter, ou fazer, sei lá, um evento de conscientização, compra de canecas, né?” (Entrevistado 03).

A concorrência interna por recursos surgiu em outro trecho da entrevista, quando o entrevistado relatou um certo constrangimento em

solicitar verbas para ações necessárias:

“Eu me sinto até constrangido de dizer, não tem como liberar um recursozinho, quando, na verdade, o diretor do transporte está dizendo, que se a gente não fechar o contrato até às 18h, não tem motorista. Então esse lugar é um pouco difícil de ocupar. [...] A pauta perde um pouco a relevância dentro de todo o contexto “ (Entrevistado 03).

Segundo o entrevistado estes desafios se agravaram desde o período de intervenções administrativas do Governo Federal entre 2020 e 2022, período que impactou profundamente a estrutura política e administrativa da instituição, colocando a sustentabilidade em segundo plano:

“E isso teve profundos impactos na estrutura política, administrativa da nossa instituição, e aí muita coisa não foi feita, e muita coisa, assim, prioridade mesmo, quanto mais o que a gente está tratando aqui, sustentabilidade” (Entrevistado 03).

A restrição orçamentária também afetou a estrutura organizacional, extinguindo a coordenação de sustentabilidade que cuidava especificamente da temática, tornando-se um fator limitante para a consolidação da agenda de sustentabilidade devido à ausência de uma coordenação formal e dedicada, conforme destacado:

“Essa coordenação deixou de existir do ponto de vista do organograma e também no mundo real. Os servidores já foram para outros setores, estagiários, pessoal técnico administrativo e terceirizados “ (Entrevistado 03).

A restrição de equipe impõe desafios consideráveis ao cumprimento das atribuições da unidade. Atualmente, a DDI conta apenas com três membros: O coordenador, um servidor e um terceirizado.

No que se refere à participação em rankings de sustentabilidade, a adesão ao UI GreenMetric ocorreu de forma pioneira, como explicou o entrevistado:

“Ano passado a gente participou do GreenMetric e eu acredito que tenha sido a primeira inscrição que a gente fez. [...] Eu não sei dizer se a gente já tinha participado de outro” (Entrevistado 03).

A adesão também parece ter ocorrido de maneira discricionária, sem contar com um planejamento institucional sistematizado. A participação ocorreu principalmente devido à iniciativa pessoal e à decisão autônoma do diretor da unidade, que descreveu o processo como uma resposta espontânea a uma notificação recebida da área de internacionalização: “Chegou pela internacionalização, me notificaram e de livre e espontânea vontade, eu preenchi” (Entrevistado 03). O entrevistado também destacou a independência com que essa decisão foi tomada: “Total autonomia. Foi porque eu decidi participar. Poderia não ter decidido”(Entrevistado 03).

Além disso, o entrevistado contou com o auxílio de um servidor do setor de internacionalização que, por ter envolvimento com questões de sustentabilidade, bem como fluência em inglês, proporcionou apoio importante:

“Eu fiz com um dos colegas da internacionalização, mas foi mais no sentido de ter esse suporte. Porque esse colega é egresso do curso de biologia, então é um cara muito envolvido com sustentabilidade e domina muito o inglês” (Entrevistado 03).

Aparentemente em decorrência da falta de planejamento, o processo de coleta e preenchimento de dados enfrentou desafios de prazo e acesso a dados:

“Alguns dados eu consegui, tive que garimpar. Alguns eu já tinha dos relatórios que a gente produz e alguns eu não consegui, porque quando chegou até mim, o prazo já estava perto de um deadline”

Apesar das limitações, a participação no UI GreenMetric é vista como relevante para o fortalecimento simbólico e posicionamento institucional no cenário acadêmico: “A gente precisa entrar no mapa, de qualquer forma, e contribuir, porque isso é dado” (Entrevistado 03).

Desta forma, no que diz respeito às categorias delimitadas neste estudo, a entrevista permitiu a identificação das principais categorias que

influenciam a participação da Univasf em rankings internacionais de sustentabilidade.

A intenção de colaborar com dados regionais surgiu como um fator chave. O entrevistado enfatizou a importância de fornecer informações que permitam análises comparativas regionais:

“É só mesmo de fomento do ecossistema, de fornecer mais dados. Você, enquanto pesquisador, vai conseguir chegar lá nesse ranking e olhar. A Univasf faz parte do Nordeste, como é que estão as universidades do Nordeste? É um dado, mas é muito indireto” (Entrevistado 03).

No que se refere a categoria “Competitividade e Legitimidade Institucional”, a desmotivação relacionada à comparação com outras instituições federais emergiu como uma preocupação. O entrevistado expressou frustração com a disparidade de desempenho:

“Enquanto gestor, me incomoda muito, dar respostas muito ruins. A gente está muito aquém do que deveria, quando a gente vai lá olhar os rankings e vê outras universidades” (Entrevistado 03).

Este sentimento ressalta a necessidade de aprimorar recursos e estratégias para alcançar uma maturidade organizacional que fortaleça o papel da sustentabilidade como alicerce para o fortalecimento institucional.

Já com relação a categoria “Autoavaliação e Planejamento Estratégico”, apesar da mesma diretoria ser responsável tanto pelo planejamento quanto pela sustentabilidade, os rankings não parecem ser usados como ferramenta de planejamento estratégico. O entrevistado apontou para a lacuna no PDI vigente em relação a metas sustentáveis:

“A gente vai ver algumas falhas, uma delas é que a pauta da sustentabilidade não se faz presente. O PDI que a gente tem atualmente, que foi pensado para ser executado de 2016 a 2025, não tem metas sobre sustentabilidade. Então, a gente vai criar grupos temáticos para pensar a sustentabilidade. E, provavelmente, isso vai virar um eixo temático dentro do novo PDI” (Entrevistado 03).

Embora a categoria “Alianças Estratégicas e Financiamento” não tenha emergido como um fator determinante para a participação em rankings, as alianças e colaborações são reconhecidas como forma de

avançar na agenda sustentável. A troca de experiências ocorrida no Fórum Baiano de Sustentabilidade nas Universidades Federais foi apontada como importante: “A gente troca ideia, comenta um tema específico para se discutir, e a gente tem uma parceria muito próxima” (Entrevistado 03).

A categoria “Regulação e Exigências Legais” não foi mencionada durante a entrevista, indicando a ausência de legislações e pressões regulatórias diretas no contexto dos rankings. O quadro 12 apresenta um resumo dos achados identificados na entrevista.

Quadro 12: Resumo dos achados da Univasf

Categorias	Resumo dos achados - UNIVASF
Competitividade e Legitimidade Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • A participação da Univasf no ranking GreenMetric é percebida como uma oportunidade de inserir a universidade no mapa acadêmico internacional e de contribuir simbolicamente para a legitimação da sustentabilidade no contexto institucional. • Há uma percepção de desmotivação ao comparar os resultados da Univasf com outras universidades mais estruturadas
Regulação e Exigências Legais	<ul style="list-style-type: none"> • Não houve menção
Alianças Estratégicas e Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> • A troca de experiências com outras instituições ocorreu de forma indireta, especialmente por meio de fóruns como o Fórum Baiano de Sustentabilidade nas Universidades Federais, mas não interferiu na decisão de participar do ranking.
Autoavaliação/ Planejamento Estratégico	<ul style="list-style-type: none"> • A participação no ranking ainda não é vista como uma oportunidade para diagnóstico institucional e aprimoramento de práticas. • O processo de formulação do novo PDI pretende incluir a sustentabilidade como eixo temático.
Contribuição para o Ecossistema Regional	<ul style="list-style-type: none"> • A participação no ranking foi percebida como uma forma de contribuir com dados regionais

Fonte: Autora

A carência de recursos humanos e financeiros é um dos principais limitadores da atuação sustentável na instituição. A equipe de sustentabilidade, composta por apenas três membros, lida com múltiplas demandas, enquanto a pauta de sustentabilidade enfrenta concorrência com outras prioridades institucionais.

Essa situação evidencia que a Univasf ainda está em processo de amadurecimento tanto em nível institucional quanto na unidade responsável pela sustentabilidade. O entrevistado destacou que esse processo de aprendizado se aplica, inclusive, à equipe gestora: “Nós mesmos que estamos gerindo a pasta, é um processo também de amadurecimento” (Entrevistado 03).

Este reconhecimento enfatiza a necessidade de aprimoramento das práticas internas e o fortalecimento das capacidades institucionais para alcançar uma abordagem mais integrada e eficiente em relação à sustentabilidade.

A análise realizada revelou uma abordagem ambivalente da Univasf em relação à sustentabilidade. Por um lado, identificam-se iniciativas e ações importantes, especialmente ao meio ambiente, mas, por outro, observa-se uma descontinuidade e desafios estruturais que comprometem a efetividade das ações.

Na seção seguinte, serão discutidos os achados referentes às três universidades analisadas, proporcionando uma visão comparativa e abrangente sobre os fatores que influenciam suas participações em rankings de sustentabilidade.

4.4 Análise crítica e discussão dos dos resultados

Nesta seção realizou-se a triangulação dos dados adquiridos por meio da análise documental, entrevistas, e revisão de literatura. O objetivo é validar e aprofundar a compreensão dos fatores que influenciam as universidades federais de Pernambuco na participação nos rankings internacionais de sustentabilidade. As discussões são apresentadas na seguinte ordem: análise comparativa das universidades e uma discussão aprofundada sobre os fatores de influência na decisão das universidades.

4.4.1 Análise Comparativa das Universidades Federais de Pernambuco

A análise comparativa das universidades federais de Pernambuco revelou que, embora compartilhem a mesma natureza jurídica e contexto estadual, as diferenças em termos de estrutura organizacional, maturidade institucional e estratégias de gestão influenciam significativamente a forma como cada instituição integra a sustentabilidade em seu planejamento estratégico. Essas diferenças afetam tanto a execução das ações quanto os resultados em termos de sustentabilidade, refletindo abordagens distintas face aos desafios institucionais

A UFPE manifestou formalmente seu compromisso ao considerar a sustentabilidade como valor institucional e incluir o tema em seu PEI desde 2013. No entanto, a análise documental evidenciou uma discrepância entre o que se propõe no nível estratégico e a execução na prática, observando-se a ausência de menções de ações de sustentabilidade nos seus relatórios institucionais mais recentes. Esse achado sugere que, embora a sustentabilidade seja reconhecida como uma prioridade estratégica pela universidade, sua implementação ainda enfrenta significativos desafios.

No que se refere à estrutura organizacional, o setor responsável pela gestão da participação nos rankings da UFPE é o mesmo que cuida das informações gerenciais, facilitando o acesso, a organização e a análise dos dados. Por estar vinculada diretamente ao gabinete do reitor e ser formada por uma equipe de estatísticos, a unidade tem autonomia e habilidade técnica para analisar os dados. Entretanto, a equipe parece não ter familiaridade com a temática da sustentabilidade. Esta lacuna pode indicar que a análise dos resultados dos rankings são feitas genericamente, dificultando a transformação dos resultados em avanços práticos para a universidade, visto que as vantagens das participações não foram mencionadas nem nos documentos e nem na entrevista.

Por sua vez, a UFRPE demonstrou a priorização institucional do tema ao criar um setor específico para a gestão da sustentabilidade e vinculá-lo à Pró-Reitoria de Planejamento, que apesar de ter apenas um número reduzido de servidores, parece conseguir que a temática seja levada em consideração no planejamento institucional. Tal integração pode estar relacionada ao fato da unidade ter um perfil estratégico e não executor.

A limitação de pessoal na parece ser um fator considerado na decisão de restringir a participação da universidade a apenas um ranking de sustentabilidade, concentrando-se especificamente no THE Impact Rankings, que é fortemente orientado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Essa escolha, aliada à participação no Selo ODS, pelo qual a instituição tem sido reconhecida, sugere uma estratégia que busca otimizar os esforços mediante o foco em iniciativas que proporcionem maior alinhamento estratégico e reconhecimento institucional.

Já a Univasf, talvez por ser a universidade com menos tempo de existência, encontra-se ainda em fase de amadurecimento de sua estrutura organizacional e parece ser mais afetada com instabilidades no cenário político e cortes orçamentários do Governo Federal. A limitação de recursos e a extinção da coordenação responsável pela gestão ambiental, geraram dificuldades na continuidade das ações de sustentabilidade da universidade. Esta instabilidade sugere a fragilidade da agenda de sustentabilidade na instituição. A falta de recursos financeiros é uma barreira significativa para a implementação de práticas sustentáveis em universidades, como apontado por Velazquez, Munguia e Sanchez (2005).

A estrutura de gestão dos rankings ainda parece estar em processo de consolidação. Embora o setor responsável esteja vinculado ao Pró-Reitoria de planejamento e seja responsável pela elaboração do PDI, a equipe limitada acumula múltiplas atribuições, fazendo com que a sustentabilidade fique em segundo plano.

O retrato da estrutura organizacional das universidades é resumido no quadro 13, que reflete tanto a configuração institucional quanto o grau de autonomia na escolha de rankings. Essa comparação evidencia como a organização interna e o nível hierárquico impactam a capacidade dessas instituições de gerenciar eficazmente suas participações nos rankings de sustentabilidade.

Quadro 13: Estrutura organizacional para participação nos rankings de sustentabilidade

	UFPE	UFRPE	UNIVASF
Unidade	Coordenação de Informações Gerenciais (CGI)	Coordenadoria de Sustentabilidade (CS)	Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI).
Organograma	Subordinada ao gabinete do reitor	Subordinada à pró reitoria de planejamento	Subordinada à pró reitoria de planejamento
Equipe	5 estatísticos	apenas uma servidora	2 servidores e um terceirizado
Atribuições	Responsável pela participação de todas as avaliações institucionais		Responsável pelo planejamento estratégico geral, pela gestão de riscos e execução das ações de sustentabilidade
Autonomia na escolha do ranking	NÃO	NÃO	SIM
Validação dos dados pela alta gestão	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: Autora

O quadro comparativo facilita entendimento sobre a importância que cada universidade atribui aos rankings de sustentabilidade, destacando suas diferenças estruturais na gestão desse processo. A UFPE, ao centralizar as atividades relacionadas aos rankings em uma equipe de especialistas, permite uma abordagem mais sistemática, mas também pode incorrer em análises excessivamente generalistas. A UFRPE ao estabelecer um setor específico para a sustentabilidade indica

comprometimento com a temática, mas a limitação de pessoal reduz a atuação. Já na Univasf, por estar em fase de reestruturação parece atribuir múltiplas funções à equipe reduzida.

A análise das práticas de participação nos rankings de sustentabilidade revela uma aparente falta de autonomia e clareza nos critérios de seleção dos rankings em que as universidades participam. Embora os setores responsáveis não necessitem da validação da alta gestão para submeter suas respostas, a escolha dos rankings parece ser mais aleatória do que fruto de um planejamento estratégico bem delineado.

Especificamente, a UFRPE parece ser a única instituição que leva em consideração as particularidades dos rankings ao focar no THE Impact Rankings, que alinha suas avaliações ODS, ainda que tal alinhamento não seja explicitamente formalizado como uma estratégia institucional. Já a UFPE participa de rankings de sustentabilidade que são promovidos por entidades que também organizam rankings gerais nos quais já está envolvida, o que pode indicar uma continuidade de interesses institucionais mais ampla, mas não necessariamente uma seleção estratégica baseada em sustentabilidade.

Por sua vez, a UNIVASF parece se engajar nos rankings de forma reativa e discricionária, resultado de decisões pontuais tomadas pelo diretor da unidade responsável, sem uma conexão explícita com uma visão institucional maior. Essa abordagem reativa, como apontado por Flauzino (2021), pode comprometer a eficácia das iniciativas de sustentabilidade, uma vez que não há um planejamento estratégico que as sustente.

Concluindo, a análise comparativa das universidades federais de Pernambuco destacou não apenas as nuances estruturais e organizacionais que moldam suas participações nos rankings de sustentabilidade, mas também as implicações das estratégias adotadas, ou a ausência delas, em relação a essa participação. A próxima seção se dedicará à discussão sobre os fatores que influenciam a decisão das

universidades de se engajarem em rankings de sustentabilidade.

4.4.2 Análise do fatores que influenciam a participação nos rankings de sustentabilidade

A análise dos dados coletados (documentos e entrevistas) das universidades federais de Pernambuco demonstrou que a participação em rankings internacionais de sustentabilidade é impulsionada por uma combinação de fatores internos e externos, com predominância das motivações internas. Essa seção visa aprofundar a discussão sobre esses fatores, relacionando as categorias delimitadas nesta pesquisa com os resultados apurados e confrontando-os com a teoria. O quadro 14 apresenta um resumo dos achados na pesquisa das três universidades estudadas, organizados de acordo com cada categoria, servindo como base para a discussão subsequente.

Quadro 14: Resumo dos achados das três universidades

Resumo dos achados	Competitividade e Legitimidade Institucional	Regulação e Exigências Legais	Alianças Estratégicas e Financiamento	Autoavaliação/ Planejamento Estratégico	Contribuição para o Ecosistema Regional
UFPE	- Escolha dos rankings QS e THE por serem considerados os mais importantes pela instituição; - Há pressão interna para bom desempenho nas classificações; - Professores e gestores parecem reconhecer a importância dos rankings como medida de legitimidade e reconhecimento institucional.	-Não há exigência legal. A participação nos ranking é voluntária.	-Os rankings são reconhecidos como potencial facilitador de parcerias, mas sem evidências específicas de impacto até o momento.	-A instituição está em processo de amadurecimento para utilizar os rankings na identificação de áreas de melhoria e estratégias de ação.	-Não houve menção
UFRPE	- A participação nos rankings é	- Embora não tenha sido	- A entrevistada menciona a	- Participar dos rankings é visto	-Não houve

	<p>vista como uma oportunidade para reforçar a legitimidade institucional ;</p> <p>- A credibilidade dos rankings é essencial, pois a universidade só busca participar de rankings que ofereçam uma verificação relevante e que justifiquem o esforço investido;</p> <p>- As comparações regionais e nacionais com outras instituições são feitas de forma construtiva, com o objetivo de evidenciar áreas a melhorar, sem deixar de valorizar a trajetória de crescimento da universidade.</p>	<p>destacada especificamente na entrevista, a adesão a rankings pode indiretamente ajudar a universidade a se alinhar com normas e exigências legais relacionadas à sustentabilidade, refletindo seu compromisso com a responsabilidade socioambiental.</p>	<p>possibilidade de parcerias estratégicas através do setor de Internacionalização, embora detalhes específicos não tenham sido aprofundados no diálogo.</p> <p>A colaboração com redes internacionais, como a UNAI, é citada como parte das estratégias de alinhamento.</p>	<p>como uma oportunidade para diagnóstico e melhoria contínua da instituição.</p> <p>- Os rankings são percebidos como ferramenta de suporte no planejamento estratégico por terem metodologias embasadas teoricamente.</p>	menção
Univasf	<p>- A participação da Univasf no ranking GreenMetric é percebida como uma oportunidade de inserir a universidade no mapa acadêmico internacional e de contribuir simbolicamente para a legitimação da sustentabilidade no contexto institucional.</p> <p>Há uma percepção de</p>	- Não houve menção	<p>- A troca de experiências com outras instituições ocorreu de forma indireta, especialmente por meio de fóruns como o Fórum Baiano de Sustentabilidade nas Universidades Federais, mas não interferiu na decisão de participar do ranking.</p>	<p>- A participação no ranking ainda não é vista como uma oportunidade para diagnóstico institucional e aprimoramento de práticas.</p> <p>- O processo de formulação do novo PDI pretende incluir a sustentabilidade como eixo temático.</p>	- A participação no ranking foi percebida como uma forma de contribuir com dados regionais

	desmotivação ao comparar os resultados da Univasf com outras universidades mais estruturadas				
--	--	--	--	--	--

Fonte: Autora

Competitividade e Legitimidade Institucional

A busca por competitividade e legitimidade institucional emerge como um motivador comum entre as três universidades analisadas, embora com diferentes nuances. Na UFPE, a seleção dos rankings de sustentabilidade nos quais a universidade decide participar é influenciada pela credibilidade das instituições organizadoras desses rankings. Tal escolha reflete a busca por reconhecimento institucional e reforça a legitimidade conferida por classificações consideradas mais relevantes. Além disso, os dados indicam a existência de uma pressão interna por bom desempenho nesses rankings. Professores e gestores demonstram reconhecer os rankings como instrumentos legítimos de avaliação e prestígio institucional.

De maneira semelhante, os resultados da UFRPE também apontam para a valorização da credibilidade dos rankings. A universidade participa apenas de avaliações que ofereçam algum tipo de verificação ou validação que justifique o esforço investido na coleta e fornecimento de dados. A participação é percebida como uma oportunidade estratégica para reforçar a legitimidade institucional, sendo utilizada de forma propositiva para identificar áreas de melhoria. Comparações regionais e nacionais com outras instituições são realizadas de maneira construtiva, com ênfase na trajetória de crescimento da universidade, sem desconsiderar os desafios ainda existentes.

Na Univasf, a categoria de competitividade e legitimidade aparece vinculada à percepção de que participar de rankings de sustentabilidade

representa uma oportunidade de inserção no cenário acadêmico internacional. A iniciativa também é entendida como um ato simbólico que contribui para legitimar a pauta da sustentabilidade no contexto institucional. No entanto, foi possível identificar certa desmotivação por parte do entrevistado, especialmente ao mencionar a comparação dos resultados da Univasf com os de outras instituições, revelando um possível efeito colateral da exposição a essas métricas comparativas.

Os rankings internacionais de sustentabilidade funcionam, portanto, como mecanismos de mensuração e comparação entre diferentes instituições de ensino superior. Atuam como uma espécie de "selo de qualidade", fornecendo indicadores de desempenho institucional que impactam diretamente na reputação das universidades. Integrar esses rankings pode, de fato, fortalecer a visibilidade institucional e contribuir para a construção da reputação, embora a simples participação não seja garantia desse reconhecimento.

Contudo, é importante destacar que a competitividade induzida por rankings também pode gerar efeitos negativos. Conforme discutido por Jódar e De la Poza (2020), a ambição de alcançar melhores posições, aliada às expectativas políticas, pode motivar um monitoramento excessivo da gestão universitária, baseado nos critérios dessas avaliações. As autoras afirmam que “as disfunções dos rankings que qualificam as universidades públicas e privadas, e a ambição de políticos amadores, motivam seu monitoramento excessivo da gestão universitária de acordo com os rankings” (Jódare De la Poza, 2020, p. 5). Esse cenário revela a existência de pressões externas que podem comprometer a autonomia institucional e desviar o foco das universidades de suas missões essenciais.

É importante destacar, por fim, que essas distorções apontadas pela literatura não foram observadas nos resultados obtidos junto às universidades pesquisadas. Apesar da valorização dos rankings como instrumentos de visibilidade e legitimidade, as instituições demonstram o

interesse de uso estratégico e crítico desses mecanismos, mesmo que ainda estejam amadurecendo esta prática.

Regulação e Exigências Legais

A categoria “regulação e as exigências legais” não se configurou como fator determinante para a participação das universidades nos rankings internacionais de sustentabilidade. Isso se deve, em grande parte, ao caráter voluntário dessas iniciativas, que não impõem obrigações formais às instituições de ensino superior. Contudo, os resultados obtidos apontam para uma relação indireta entre a participação nos rankings e o atendimento a normas e diretrizes legais relacionadas à sustentabilidade.

No caso da UFRPE, por exemplo, foi observado que a participação nos rankings pode, de forma indireta, auxiliar a universidade a se alinhar com exigências legais e normativas associadas à temática socioambiental. Esse alinhamento reflete não apenas uma preocupação com a conformidade institucional, mas também um compromisso com a responsabilidade socioambiental. Embora a adesão aos rankings não seja exigida por lei, seu uso estratégico pode favorecer a organização interna de ações sustentáveis e reforçar a transparência institucional frente à sociedade e aos órgãos reguladores.

Assim, os rankings de sustentabilidade, ainda que não possuam força normativa, funcionam como instrumentos auxiliares na institucionalização da agenda ambiental. Eles favorecem a sistematização de dados e a padronização de práticas que, em muitos casos, convergem com os critérios exigidos por legislações nacionais, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e a obrigatoriedade de elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) no âmbito da administração pública federal, conforme previsto nas diretrizes do Ministério do Planejamento.

Portanto, embora a regulação não seja um motor direto da participação das universidades em rankings de sustentabilidade, a

utilização desses instrumentos pode contribuir para a construção de uma cultura institucional mais atenta às obrigações legais e às expectativas normativas que envolvem o tema da sustentabilidade no ensino superior.

Alianças Estratégicas e Financiamento

A participação em rankings internacionais de sustentabilidade é, por vezes, associada à possibilidade de fortalecimento de alianças estratégicas e à atração de financiamento. No entanto, os dados coletados indicam que, entre as universidades analisadas, essa associação ainda não se traduz em evidências concretas de impacto. A falta de clareza sobre os benefícios práticos decorrentes da participação nesses rankings sugere que a adesão pode estar sendo guiada por um "efeito manada" ou modismo institucional. Nessa perspectiva, as universidades tenderiam a acompanhar uma tendência do setor, mesmo sem uma compreensão clara dos resultados esperados com essa participação.

Na UFPE, os rankings são reconhecidos como um possível facilitador de parcerias institucionais, embora não tenham sido identificadas evidências específicas que comprovem esse impacto até o momento. A percepção é de que a participação poderia, potencialmente, abrir portas para colaborações nacionais e internacionais, mas sem a certeza de um retorno tangível. De forma semelhante, a UFRPE menciona a "possibilidade de parcerias estratégicas através do setor de Internacionalização", destacando, ainda, a colaboração com redes internacionais, como a United Nations Academic Impact (UNAI), como parte de uma estratégia de alinhamento institucional com a agenda global da sustentabilidade.

No caso da Univasf, o tema de alianças estratégicas e financiamento não foi explicitamente abordado nas entrevistas. Também não foram encontrados, nos documentos institucionais analisados, registros que indiquem ações concretas relacionadas à obtenção de recursos ou parcerias estratégicas em decorrência da participação em

rankings. Apesar de as três universidades serem atualmente membros da rede UNAI, apenas a entrevistada da UFRPE fez menção a essa vinculação. A ausência de referências a essa rede nos documentos institucionais pode indicar que a participação em redes internacionais, embora potencialmente simbólica, ainda não tem impactos concretos na rotina administrativa e acadêmica das instituições.

Dessa forma, a percepção geral é de que, embora reconhecidas como oportunidades potenciais, alianças estratégicas e acesso a financiamento ainda não se consolidaram como motivações diretas ou efeitos práticos da inserção das universidades federais de Pernambuco nos rankings internacionais de sustentabilidade.

Autoavaliação e Planejamento Estratégico

A avaliação institucional é compreendida como um processo sistemático que analisa e julga as atividades acadêmicas e administrativas das universidades, oferecendo um diagnóstico abrangente das instituições a partir de seu contexto e políticas globais. Salvioni et al. (2017) destacam a importância da avaliação institucional para subsidiar o planejamento estratégico e promover ações voltadas à melhoria contínua das Instituições de Ensino Superior. Essa abordagem integrada possibilita o aprimoramento contínuo da eficácia institucional.

A autoavaliação e o planejamento estratégico são instrumentos fundamentais para a gestão universitária, permitindo não apenas a identificação de pontos fortes e fragilidades, mas também o alinhamento institucional com metas de médio e longo prazo.

A partir dos dados coletados, observa-se que a participação nos rankings internacionais de sustentabilidade tem sido percebida como uma ferramenta complementar ao processo de autoavaliação e apoio ao planejamento estratégico em, pelo menos, duas das universidades pesquisadas. A UFRPE afirma que “participar dos rankings é visto como uma oportunidade para diagnóstico e melhoria contínua da instituição” e que “os rankings são percebidos como ferramenta de suporte no

planejamento estratégico por terem metodologias embasadas teoricamente” (Entrevistado 02). A UFPE, por sua vez, reconhece estar “em processo de amadurecimento para utilizar os rankings na identificação de áreas de melhoria e estratégias de ação” (Entrevistado 01). Já a Univasf ainda não percebe claramente essa relação, mas aponta que o “processo de formulação do novo PDI pretende incluir a sustentabilidade como eixo temático” (Entrevistado 03), o que pode indicar uma tendência futura de integração mais estratégica dessas ferramentas.

Nesse sentido, o uso das métricas propostas pelos rankings pode apoiar o monitoramento do desempenho institucional, contribuindo para o entendimento dos processos organizacionais e a alocação eficiente de recursos.

Contudo, é necessário cautela quanto à influência excessiva dos rankings na definição de metas institucionais. A busca por excelência em pesquisa e educação deve estar orientada pelo compromisso público e pela missão institucional, e não exclusivamente por posicionamentos em classificações externas. Como alertam Jódar e De la Poza (2020), “seria muito árduo e demorado definir as metas de uma instituição pública como uma universidade pública, mas, de alguma forma, esses objetivos devem estar relacionados à busca pela excelência em pesquisa e educação para melhorar um país”. Assim, embora os rankings possam oferecer subsídios à autoavaliação, é preciso garantir que sua utilização esteja a serviço do aprimoramento institucional e da responsabilidade pública.

A integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) também aparece como elemento importante nesse processo. De acordo com Leal Filho et al. (2018), a adoção dos ODS contribui para promover uma cultura institucional voltada à sustentabilidade em todos os níveis. Gutiérrez-Mijares et al. (2023) reforçam que essa integração é fundamental para a formulação de políticas, diretrizes e indicadores que viabilizem a implementação de práticas sustentáveis nas instituições de ensino superior.

Os dados indicam, portanto, que as universidades federais analisadas encontram-se em diferentes estágios de maturidade na incorporação dos rankings como ferramentas de gestão. Enquanto a UFRPE já utiliza essas métricas de forma mais estruturada em seu planejamento institucional, a UFPE caminha nessa direção, e a Univasf demonstra intenções iniciais de integração, especialmente no contexto do novo PDI. A experiência adquirida com os rankings pode, assim, contribuir para o fortalecimento da gestão e para a institucionalização de práticas sustentáveis alinhadas aos desafios contemporâneos da educação superior.

Contribuição para o Ecossistema Regional

A contribuição para o ecossistema regional é um fator menos expressivo, sendo mencionada apenas pela UNIVASF, que percebe a participação no ranking como "uma forma de contribuir com dados regionais" (Entrevistado 03). Essa percepção sugere uma possível valorização do papel da universidade como agente promotor de dados e informações que podem subsidiar políticas públicas ou iniciativas locais voltadas à sustentabilidade.

Por outro lado, a ausência de menção a esta categoria pelas demais universidades pode indicar que, atualmente, a participação em rankings internacionais de sustentabilidade não está integrada a uma estratégia explícita de envolvimento ou impacto direto nas dinâmicas regionais.

4.4.3 Desafios e Limitações

A análise dos dados revelou uma série de desafios e limitações enfrentados pelas universidades federais de Pernambuco em sua participação em rankings internacionais de sustentabilidade.

Do ponto de vista operacional, a escassez de recursos financeiros e humanos foi mencionada por todas as universidades como uma barreira

significativa à implementação de ações estruturadas e contínuas de sustentabilidade.

Outro ponto recorrente diz respeito às críticas sobre a transparência e a adequação dos indicadores utilizados nos rankings. A entrevistada da UFPE mencionou que há resistências internas por parte de professores e gestores, que questionam a capacidade desses instrumentos em representar de maneira justa e realista a situação das universidades públicas brasileiras. Essa percepção reforça o argumento de que os rankings, embora reconhecidos internacionalmente, ainda carecem de adaptação à diversidade institucional e aos contextos específicos do Sul Global.

A descontinuidade das ações e a ausência de mecanismos sistemáticos de avaliação também foram identificadas como entraves importantes. A análise documental da UNIVASF revelou a interrupção de diversas iniciativas sustentáveis, como a campanha de distribuição de canecas e os programas de coleta seletiva. Esse tipo de descontinuidade compromete a consolidação de uma cultura institucional voltada à sustentabilidade, além de dificultar a mensuração dos impactos ao longo do tempo. Como destacam Kioupi e Voulvoulis (2020), “pouco trabalho foi feito para avaliar as ofertas universitárias em educação para sustentabilidade, de modo que sua qualidade, conteúdo curricular e eficácia são amplamente desconhecidos”, o que reforça a urgência de mais pesquisas e mecanismos avaliativos nesse campo.

Adicionalmente, embora os rankings estejam inseridos em um contexto global de crescente competitividade entre instituições e nações, ainda não se evidenciam, no caso das universidades estudadas, benefícios diretos — financeiros ou institucionais — advindos da participação nesses instrumentos. Como apontam Wen et al. (2023), “as pressões da globalização forçaram o ensino superior a participar do mercado; o conhecimento se tornou uma mercadoria com implicações geopolíticas; e os países posicionaram o desenvolvimento das universidades como um meio de construção do Estado e aumento da

competitividade global nacional”. No entanto, no contexto das universidades públicas brasileiras, cujas finalidades institucionais não estão diretamente vinculadas à lógica mercadológica, os resultados da presente pesquisa não permitem compreender de forma clara os motivos que sustentam a participação nesses rankings, já que os ganhos esperados em termos de recursos ou visibilidade internacional não foram evidenciados pelas instituições analisadas.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O estudo evidenciou um descompasso entre o discurso teórico que atribui às universidades um papel central na promoção da sustentabilidade e a efetiva incorporação desse princípio no planejamento estratégico das instituições analisadas. Apesar de compromissos formais com a sustentabilidade, observa-se que tais iniciativas ainda são frequentemente tratadas como elementos periféricos, sem conexão direta com o núcleo das estratégias institucionais.

Nesse contexto, os rankings internacionais de sustentabilidade surgem como ferramentas com potencial transformador. Ao oferecerem indicadores claros e comparáveis, esses instrumentos podem orientar a inserção da sustentabilidade nos planos institucionais, servindo tanto como guias quanto como mecanismos de autoavaliação. Contudo, é fundamental que a adoção desses indicadores seja realizada de forma crítica e adaptada às realidades locais, assegurando que as ações empreendidas sejam relevantes, efetivas e alinhadas com o contexto específico de cada universidade.

A análise dos resultados revelou uma complexa interação entre a busca por legitimidade institucional, a autoavaliação e as pressões que impulsionam a participação das universidades federais de Pernambuco nos rankings de sustentabilidade. Embora o desejo de reconhecimento e visibilidade institucional seja uma motivação importante, a ausência de um alinhamento consistente entre os critérios dos rankings e as práticas internas das universidades indica uma abordagem ainda incipiente e, em muitos casos, pouco estratégica em relação à sustentabilidade.

As evidências sugerem que a participação das universidades nos rankings está relacionada a fatores específicos de cada instituição. A análise documental demonstrou esforços para integrar práticas sustentáveis aos processos acadêmicos e administrativos, mas também apontou dificuldades para consolidar uma cultura organizacional que priorize efetivamente a sustentabilidade. As entrevistas, por sua vez,

indicaram que a motivação para participar dos rankings nem sempre decorre de um compromisso intrínseco com o desenvolvimento sustentável, mas, em muitos casos, está associada à busca por visibilidade institucional. Ademais, observou-se uma ausência de critérios claros para a escolha dos rankings e, em algumas situações, uma desconexão entre os setores responsáveis pela participação e a alta gestão.

Entre os principais achados, destaca-se a diversidade de estratégias adotadas pelas universidades: a UFPE orienta sua participação pelos objetivos de visibilidade e planejamento estratégico; a UFRPE utiliza os rankings como ferramenta de autoavaliação e diagnóstico; já a UNIVASF destaca sua contribuição para os dados regionais sobre sustentabilidade. Essa heterogeneidade revela que não há um padrão comum, e que os objetivos variam de acordo com o contexto institucional e os recursos disponíveis.

A pesquisa também identificou barreiras importantes à implementação de práticas sustentáveis, como a necessidade de mudança cultural, a limitação de recursos e a ausência de políticas institucionais robustas (Leal Filho, 2015). A sustentabilidade precisa ser compreendida não apenas como uma exigência externa ou um critério de avaliação, mas como um valor estratégico integrado à missão universitária e ao planejamento de longo prazo.

A institucionalização da sustentabilidade exige uma abordagem integrada, que envolva a governança universitária, a cultura organizacional e o comprometimento de toda a comunidade acadêmica. Embora os rankings funcionem como estímulo à adoção de boas práticas, persistem resistências internas e limitações estruturais que dificultam sua plena efetivação. Os resultados indicam que as universidades estão motivadas a aprimorar seus processos e enxergam os rankings como ferramentas úteis de autoavaliação. No entanto, a ausência de uma gestão integrada que conecte planejamento, infraestrutura, contexto

regional e articulação com a alta administração compromete a eficácia das ações.

Além disso, constatou-se que as universidades podem estar desenvolvendo mais ações sustentáveis do que aquelas reportadas aos rankings, o que revela um compromisso genuíno com a sustentabilidade. Contudo, a ausência de sistemas adequados de coleta de dados e de comunicação estratégica compromete a visibilidade dessas iniciativas, evidenciando lacunas de planejamento e divulgação que impedem o reconhecimento institucional merecido.

Apesar do avanço no reconhecimento da sustentabilidade como um tema central para o ensino superior, a pesquisa demonstra que as universidades ainda não realizam análises aprofundadas dos critérios dos rankings antes de aderirem a eles. Isso reforça a crítica de que a participação tende a ser reativa, motivada por reputação, sem necessariamente refletir uma internalização plena dos valores da sustentabilidade (Gaitán-Angulo et al., 2022).

Em contrapartida, a participação em rankings internacionais de sustentabilidade pode ser uma ferramenta valiosa para as universidades federais de Pernambuco, desde que seja utilizada de forma estratégica e alinhada com os objetivos institucionais. Se a participação se limitar a "aparecer", os rankings se tornarão apenas mais um instrumento de competição vazia. No entanto, se forem utilizados como um norteador para a sustentabilidade, poderão facilitar o trabalho, otimizar recursos e engajar pessoas em prol de um futuro mais sustentável.

Por fim, é essencial que as ações de sustentabilidade sejam genuínas e efetivas, integradas ao planejamento institucional, e acompanhadas por monitoramento contínuo. A sustentabilidade deve ser compreendida como um valor fundamental e permanente das universidades, não apenas como uma métrica para escalar posições em rankings internacionais.

Diante do exposto, e visando contribuir para o aprimoramento das práticas de sustentabilidade e da participação das universidades nos rankings, são sugeridas as seguintes recomendações:

Fomento à cooperação entre as universidades: Estabelecimento de parcerias formais entre as universidades federais de Pernambuco para troca de experiências, boas práticas e desenvolvimento de estratégias conjuntas de participação nos rankings.

Integração da sustentabilidade ao planejamento estratégico: Reforçar a sustentabilidade como um eixo central no planejamento institucional, garantindo sua inclusão nos documentos estratégicos e aprimorando processos internos, identificando áreas de melhoria e estabelecendo metas realistas de avanço em sustentabilidade.

Maior sensibilização e capacitação interna: Promoção de ações de sensibilização e capacitação para os gestores e servidores, a fim de ampliar a compreensão sobre a importância da sustentabilidade e dos rankings para o desenvolvimento institucional.

Fortalecimento da governança e da sustentabilidade: Criação ou fortalecimento de unidades institucionais responsáveis pela gestão da sustentabilidade, garantindo recursos adequados e autonomia para implementação de ações eficazes.

REFERÊNCIAS

AKYOL ÖZCAN, K. Sustainability ranking of Turkish universities with different weighting approaches and the TOPSIS method. *Sustainability (Switzerland)*, v. 15, n. 16, 2023.

BLANCO-PORTELA, N.; R-PERTIERRA, L.; BENAYAS, J.; LOZANO, R. Sustainability leaders' perceptions on the drivers for and the barriers to the integration of sustainability in Latin American Higher Education Institutions. *Sustainability (Switzerland)*, v. 10, n. 8, 2018.

BOIOCCHI, R.; RAGAZZI, M.; TORRETTA, V.; RADA, E.C. Critical analysis of the GreenMetric World University Ranking system: The issue of comparability. *Sustainability (Switzerland)*, v. 15, n. 2, 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 7.746, de 05 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Instrução Normativa n.º 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012> Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm

Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL MEC Resolução nº 2, de 15 de junho de 2022. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866 Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). *Portal TCU*. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BURMANN, C.; GARCÍA, F.; GUIJARRO, F.; OLIVER, J. Ranking the performance of universities: The role of sustainability. *Sustainability (Switzerland)*, v. 13, n. 23, 2021.

CAEIRO, S.; FILHO, W. L.; JABBOUR, C.; AZEITEIRO, U. M. (Eds.). *Ferramentas de Avaliação de Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior: Mapeando Tendências e Boas Práticas ao Redor do Mundo*. Cham: Springer International Publishing, 2013. p. 3-27.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum Rio de Janeiro*: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 2ª edição. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/nosso-futuro-comum-relatorio/>

COSTA, A. V. O.; ALMEIDA, M. F. L. Indicadores de Sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior: Contribuições para a Agenda Ambiental PUC-Rio. In: **CONGRESSO DE GESTÃO DE TECNOLOGIA LATINO-IBEROAMERICANO**, 15., 2013, Porto, Portugal. Anais... Porto, Portugal: ALTEC, v. 1, p. 1-20, 2013.

CRESWELL, J. W. *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens*. Porto Alegre: Penso, 2014.

CYBERMETRICS LAB. *Ranking Web of Universities*. Disponível em: <<https://www.webometrics.info/en>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

DAGILIŪTĖ, R.; LIOMBIKIENE, G.; MINELGAITĖ, A. Sustentabilidade nas universidades: Percepções dos estudantes de universidades verdes e não verdes. *Revista de Produção Mais Limpa*, v. 181, p. 473-482, 2018.

DE FILIPPO, D.; SANDOVAL-HAMÓN, L. A.; CASANI, F.; SANZ-CASADO, E. Desempenho de sustentabilidade das universidades espanholas e pesquisa e desenvolvimento e inovação relacionados. *Sustentabilidade*, v. 11, p. 5570, 2019.

DE LA POZA, E.; MERELLO, P.; BARBERÁ, A.; CELANI, A. Universities' reporting on SDGs: Using the impact rankings to model and measure their contribution to sustainability. *Sustainability (Switzerland)*, v. 13, n. 4, p. 1-30, 2021.

DE PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes; DE SOUZA LEÃO, André Luiz Maranhão; DE MELLO, Sérgio Carvalho Benício. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. *Revista de ciências da administração*, v. 13, n. 31, p. 190-209, 2011.

DISTERHEFT, A.; CAEIRO, S.; AZEITEIRO, U. M.; LEAL FILHO, W. Ciência da Sustentabilidade e Educação para o Desenvolvimento Sustentável nas Universidades: Um Caminho para a Transição. In:

DISTERHEFT, A. et al. Processos e práticas de implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (EMS) em instituições de ensino superior europeias - Abordagens de cima para baixo versus participativas. *Journal of Cleaner Production*, n. 31, p. 80-90, 2012.

DOS SANTOS, N.; RODRIGUES, M.; CAVALCANTE, S. Gestão de fatores que promovem o desenvolvimento sustentável em uma instituição federal de ensino superior (ensino, pesquisa, extensão e gestão). *Revista Ciências Humanas*, v. 11, n. 1, 2018.

DUARTE, A.; GOMES, C. Ensino de sustentabilidade nos cursos de graduação e pós-graduação da UFPE. In: *Anais do PIBIC/CONIC UFPE*, Recife, 2022. Identificação do projeto: 21061702.

ELKINGTON, J. *Cannibals with forks* Canada: New Society, 1999.

ESCANDON-BARBOSA, D.; SALAS-PARAMO, J. Un Análisis Global del Desempeño de las Universidades en el Ranking Mundial de Instituciones de Educación Superior. *REICE. Revista Iberoamericana Sobre Calidad, Eficacia Y Cambio En Educación*, Madrid, v. 21, n. 4, p. 133-154, 2023.

GARRIDO-YSERTE, R.; GALLO-RIVERA, M.-T. The potential role of stakeholders in the energy efficiency of higher education institutions. *Sustainability (Switzerland)*, v. 12, n. 21, p. 1-17, 2020.

GUTIÉRREZ-MIJARES, M. E.; JOSA, I.; CASANOVAS-RUBIO, M. D. M.; AGUADO, A. Métodos para avaliar o desempenho da sustentabilidade em instituições de ensino superior: Uma revisão. *Sustainability (Switzerland)*, v. 48, p. 1137-1158, 2023.

HAMILTON, S. N.; WATERS, R. D. Mainstreaming standardized sustainability reporting: Comparing Fortune 50 corporations' and U.S. News & World Report's top 50 global universities' sustainability reports. *Sustainability (Switzerland)*, v. 14, n. 6, 2022.

HSIEH, M. Y. The most sustainable niche principles of social media education in a higher education contracting era. *Sustainability (Switzerland)*, v. 12, n. 1, 2020.

ISAKSSON, R.; JOHNSON, M. A preliminary model for assessing university sustainability from the student perspective. *Sustainability (Switzerland)*, v. 5, n. 9, p. 3690-3701, 2013.

JÓDAR, L.; DE LA POZA, E. How and why the metric management model is unsustainable: The case of Spanish universities from 2005 to 2020. *Sustainability (Switzerland)*, v. 12, n. 15, 2020.

KIOUPI, V.; VOULVOULIS, N. Sustainable development goals (SDGs): Assessing the contribution of higher education programmes. *Sustainability (Switzerland)*, v. 12, n. 17, 2020.

LEAL FILHO, W. et al. Sustentabilidade e Instituições de Ensino Superior: Integrando a Sustentabilidade nas Atividades do Campus. *Journal of Cleaner Production*, 2018.

LEAL FILHO, W. *Transformative approaches to sustainable development at universities: Working across disciplines*. Springer, 2015.

LIN, W.-C.; CHEN, C. Novel world university rankings combining academic, environmental and resource indicators. *Sustainability (Switzerland)*, v. 13, n. 24, 2021.

LIU, Z.; MOSHI, G. J.; AWUOR, C. M. Sustainability and indicators of newly formed world-class universities (NFWCUs) between 2010 and 2018: Empirical analysis from the rankings of ARWU, QSWUR and THEWUR. *Sustainability (Switzerland)*, v. 11, n. 10, 2019.

LOZANO, R. et al. Uma revisão do comprometimento e implementação do desenvolvimento sustentável no ensino superior: resultados de uma pesquisa mundial. *Journal of Cleaner Production*, v. 108, p. 1-18, 2015.

LUKMAN, R.; GLAVIC, P. Quais são os elementos-chave de uma universidade sustentável? *Tecnologia Limpa. Meio Ambiente. Política*, v. 9, p. 103-114, 2007.

LUKMAN, R.; KRAJNC, D.; GLAVIČ, P. Classificação universitária usando indicadores de pesquisa, educacionais e ambientais. *Revista de Produção Mais Limpa*, v. 18, p. 619-628, 2010.

MARQUES, C. S. Educação para Sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do tema em Pós-Graduações em Administração. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

MEJÍA-MANZANO, L. A. et al. An exploratory study examining the key aspects and actions for universities to achieve high sustainability rankings. *Sustainability (Switzerland)*, v. 15, n. 5, 2023.

MIOTTO, G.; LÓPEZ, M. P.; RODRÍGUEZ, J. R. Gender equality and UN sustainable development goals: Priorities and correlations in the top business schools' communication and legitimation strategies. *Sustainability (Switzerland)*, v. 12, n. 18, 2020.

NÉTILLON, R.; TROUILLOUD, A.; CAPELLE, L.; AGUILAR-MARTÍN, J. Greenhouse gas emissions in universities: A review of measurement techniques. *Sustainability (Switzerland)*, v. 15, n. 1, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Pacto Global das Nações Unidas. 2000.* Disponível em: <<https://www.unglobalcompact.org/>>. Acesso em: 9 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015.* Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Página Inicial.* Disponível em: <<https://www.un.org/pt/index.html>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Conferências sobre o Meio Ambiente.* Disponível em: <<https://www.un.org/en/conferences/environment>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PRME. *Princípios para a Educação em Gestão Responsável. 2007.* Disponível em: <<https://www.unprme.org/>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PUSTOKOZHEN, A.; BAIKALOVA, N. Higher education for sustainable development in Russia: The role of higher education rankings. *Sustainability (Switzerland)*, v. 15, n. 12, 2023.

QS WORLD UNIVERSITY RANKINGS. *QS World University Rankings: Sustainability 2024*. Disponível em: <https://www.topuniversities.com/qs-sustainability-rankings>. Acesso em: 18 jul. 2024.

RANKINGS of higher education institutions as elements of the sustainability ecosystem. *Sustainability (Switzerland)*, v. 14, n. 7, 2022.

SCIMAGO LAB. *SCImago Institutions Rankings*. Disponível em: <https://www.scimagoir.com/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SCHWANDT, Thomas A. *The Sage Dictionary of Qualitative Inquiry*. 4th ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2015.

SET4HEI disponível em <https://set4hei.org/> acessado em 20 de março de 2025

SHANGHAIRANKING CONSULTANCY. *Academic Ranking of World Universities 2023*. Disponível em: <https://www.shanghairanking.com/rankings/arwu/2023>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SHRIBERG, M. Ferramentas de avaliação institucional para sustentabilidade no ensino superior: pontos fortes, fracos e implicações para a prática e a teoria. *Higher Education Policy*, v. 15, p. 153-167, 2002.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualitas revista eletrônica*, v. 16, n. 1, p. 1-14, 2015.

TIMMERMANS, S.; EPSTEIN, S. A world of standards but not a standard world: toward a sociology of standards and standardization. *Annual Review of Sociology*, v. 36, p. 69-89, 2010.

UI GreenMetric World University Rankings 2024. Universitas Indonesia. Disponível em: <http://greenmetric.ui.ac.id/rankings/overall-rankings-2024>. Acesso em: 25 jun. 2024.

UNAI disponível em:

<https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/2024/03/unai-members.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

VALMORBIDA, S. M. I. et al. Rankings Universitários Mundiais: Que Dizem os Estudos Internacionais? *REICE: Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, v. 14, n. 2, p. 5-29, 2016.

VANZ, S. A. de S. O que medem os rankings universitários internacionais? Apontamentos teóricos, indicadores e características. *Informação e Sociedade*, v. 28, n. 2. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/38383>.

WETTENHALL, R. Global perspectives on university rankings. Higher Education Review, v. 43, n. 2, p. 3-24, 2011.

WORLD UNIVERSITY RANKINGS. THE Impact Rankings 2024.
Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/impactrankings>.
Acesso em: 18 jul. 2024.

Yin (2018) YIN, RK Pesquisa de estudo de caso: design e métodos. 5. ed.
Thousand Oaks: SAGE, 2018.

APÊNDICE A - Relação dos artigos selecionados na revisão sistemática de literatura.

Year	Authors	Title
2023	Mrzygłocka-Chojnacka, J. and Ryńca, R.	Using a Multi-Criteria Ranking Method to Assess Factors Influencing the Implementation of Sustainable Development at Higher Educational Institutions
2023	Akyol Özcan, K.	Sustainability Ranking of Turkish Universities with Different Weighting Approaches and the TOPSIS Method
2023	Wen, Y. and Zhao, X. and Li, X. and Zang, Y.	Explaining the Paradox of World University Rankings in China: Higher Education Sustainability Analysis with Sentiment Analysis and LDA Topic Modeling
2023	Mejía-Manzano, L.A. and Vázquez-Villegas, P. and Smith, A. and Soeiro, A. and Kálmán, A. and Atabarut, T. and Otaduy-Rivera, N. and Membrillo-Hernández, J. and Caratozzolo, P.	An Exploratory Study Examining the Key Aspects and Actions for Universities to Achieve High Sustainability Rankings
2023	Boiocchi, R. and Ragazzi, M. and Torretta, V. and Rada, E.C.	Critical Analysis of the GreenMetric World University Ranking System: The Issue of Comparability
2022	Hamilton, S.N. and Waters, R.D.	Mainstreaming Standardized Sustainability Reporting: Comparing Fortune 50 Corporations' and U.S. News & World Report's Top 50 Global Universities' Sustainability Reports
2022	Veidemane, A.	Education for Sustainable Development in Higher Education Rankings: Challenges and Opportunities for Developing Internationally Comparable Indicators
2022	Gaitán-Angulo, M. and Gómez-Caicedo, M.I. and Torres-Samuel, M. and Correa-Guimaraes, A. and Navas-Gracia, L.M. and Vásquez-Stanescu, C.L. and Ramírez-Pisco, R. and Luna-Cardozo, M.	Sustainability as an Emerging Paradigm in Universities
2021	Burmamann, C. and García, F. and Guijarro, F. and Oliver, J.	Ranking the performance of universities: The role of sustainability
2021	Pálsdóttir, A. and Jóhannsdóttir, L.	Key competencies for sustainability in university of iceland curriculum

2021	De La Poza, E. and Merello, P. and Barberá, A. and Celani, A.	Universities' reporting on SDGs: Using the impact rankings to model and measure their contribution to sustainability
2021	Lin, W.-C. and Chen, C.	Novel world university rankings combining academic, environmental and resource indicators
2020	Garrido-Yserte, R. and Gallo-Rivera, M.-T.	The potential role of stakeholders in the energy efficiency of higher education institutions
2020	Hsieh, M.Y.	The most sustainable niche principles of social media education in a higher education contracting era
2020	Jódar, L. and De la Poza, E.	How and why the metric management model is unsustainable: The case of Spanish universities from 2005 to 2020
2020	Muñoz-Suárez, M. and Guadalajara, N. and Osca, J.M.	A comparative analysis between global university rankings and environmental sustainability of universities
2020	Kioupi, V. and Voulvoulis, N.	Sustainable development goals (SDGs): Assessing the contribution of higher education programmes
2019	Liu, Z. and Moshi, G.J. and Awuor, C.M.	Sustainability and indicators of newly formed world-class universities (NFWCUs) between 2010 and 2018: Empirical analysis from the rankings of ARWU, QSWUR and THEWUR
2019	Miotto, G. and López, M.P. and Rodríguez, J.R.	Gender equality and UN sustainable development goals: Priorities and correlations in the top business schools' communication and legitimation strategies
2019	Puertas, R. and Marti, L.	Sustainability in universities: DEA-GreenMetric
2018	Blanco-Portela, N. and R-Pertierra, L. and Benayas, J. and Lozano, R.	Sustainability leaders' perceptions on the drivers for and the barriers to the integration of sustainability in Latin American Higher Education Institutions
2017	Salvioni, D.M. and Franzoni, S. and Cassano, R.	Sustainability in the higher education system: An opportunity to improve quality and image
2016	Sonetti, G. and Lombardi, P. and Chelleri, L.	True green and sustainable university campuses? Toward a clusters approach
2013	Isaksson, R. and Johnson, M.	A preliminary model for assessing university sustainability from the student perspective

APÊNDICE B - Roteiro da entrevista

Apresentação	<p>Agradecimento, minha apresentação e da pesquisa.</p> <p>Informações gerais sobre entrevistado: nome, cargo, tempo de serviço público, setores em que já atuou que possam ajudar na função atual, escolaridade.</p> <p>Confirmar assinatura do TCLE consentimento de participação voluntária</p>
Sobre entrevistado	<ul style="list-style-type: none"> ● Poderia falar um pouco sobre suas atividades na Universidade e sua rotina de trabalho? ● Como é seu envolvimento e desde quando está envolvido com os rankings? Por que ou como foi para esta área? ● Como está organizada a equipe que atua junto com você? Quantas pessoas integram a sua unidade? Como se apresentam no organograma?
Sobre Universidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Como acontece a operacionalização da participação nos rankings? As respostas são dadas baseadas em algum documento institucional? Os rankings estão alinhados com as metas institucionais? A posição nos rankings é considerada no planejamento institucional? Tem o apoio da gestão? Existe uma visão de longo prazo para essa participação? ● Como acontece a escolha dos rankings de sustentabilidade a participar? Quais critérios são considerados para participar ou deixar de participar de algum ranking? ● É fácil conseguir os dados? São acessíveis, confiáveis e organizados? Quais desafios para participar dos rankings? Em termos de recursos financeiros, humanos ou técnicos, quais são os principais obstáculos? Existe algum cronograma de reuniões com as áreas que disponibilizam os dados? ● Sente amadurecimento das áreas com o tempo e a experiência em responder os rankings? Na sua opinião isso facilita ou dificulta o trabalho? ● Existe alguma validação/ aprovação das respostas antes do envio para a instituição organizadora do ranking? Como acontece o fluxo? ● A universidade adapta suas políticas e práticas para melhorar sua posição nos rankings? Pode falar um pouco sobre mudanças ocorridas para atender aos critérios dos rankings?

Pressões/ motivações	<ul style="list-style-type: none"> ● Como a universidade começou a participar de rankings de sustentabilidade. Existe alguma obrigação legal ou houve algum evento ou motivação inicial específica? ● A comunidade acadêmica pressiona a participação? De que forma isso acontece? Houve algum benefício concreto como incentivos à pesquisa ou desenvolvimento de projetos? ● Como a participação nos rankings impacta a imagem interna da universidade? A participação influencia na percepção de prestígio ou confiança dentro da universidade? Como a universidade utiliza sua posição nos rankings para fortalecer sua confiança e legitimidade perante a comunidade acadêmica e o público em geral? ● A participação nos rankings melhorou parcerias com empresas, agências governamentais ou outras instituições internacionais? Quais as principais áreas beneficiadas? ● A universidade já conseguiu conquistar ou fortalecer parcerias devido à sua classificação em rankings de sustentabilidade? Como a universidade utiliza sua posição nos rankings de sustentabilidade para obter investimentos?
Outras universidades	<ul style="list-style-type: none"> ● Como se dá a relação com as outras federais de Pernambuco com relação às posições no ranking? Há algum trabalho em conjunto ou um grupo de trabalho, talvez? Ou alguma forma de competição por melhores posições nos rankings?
Encerramento	<ul style="list-style-type: none"> ● Gostaria de acrescentar algo mais sobre o tema ou sobre sua experiência com os rankings de sustentabilidade? ● Agradecimento final: Agradecer pela participação e reforçar a importância das informações fornecidas para a pesquisa.

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - COLETA DE DADOS VIRTUAL

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **Rankings Internacionais de Sustentabilidade: Pressões e Motivações das Universidades Federais de Pernambuco**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora **Sully Campos Freire**, mestranda do Propad, telefone [REDACTED] e e-mail: sully.freire@ufpe.br.

A pesquisa acontece sob a orientação da Profa. Dra. **Carla Regina Pasa Gomez**, telefone: [REDACTED], e-mail carla.gomez@ufpe.br.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde em participar desse estudo, pedimos que assinale a opção de “Aceito participar da pesquisa” no final desse termo.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Este estudo investiga os fatores que influenciam a participação das universidades federais de Pernambuco em rankings internacionais de sustentabilidade, analisando os principais rankings, como o UI GreenMetric, THE Impact Ranking e QS World University Rankings: Sustainability. O estudo visa contribuir para o entendimento das motivações das universidades federais de Pernambuco em relação aos rankings de sustentabilidade e o impacto dessas motivações na reputação e na avaliação das instituições. Para facilitar a gravação e a transcrição dos dados, as entrevistas serão conduzidas individual e virtualmente. Todos os participantes assinarão um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (entrevistas) ficarão armazenados pela pesquisadora e sob sua responsabilidade, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br.**

(Assinatura do Pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **Rankings Internacionais de Sustentabilidade: Pressões e Motivações das Universidades Federais de Pernambuco**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para participar da pesquisa.

Aceito Participar da pesquisa

Não aceito participar da pesquisa

(Assinatura do (a) entrevistado (a))